



Instituto Histórico e Geográfico do  
Rio Grande do Norte - IHGRN

# REVISTA

Nº XCIII – ANO 2016



ARTIGOS, CRÔNICAS E  
DISCURSOS  
REVISTA DO IHGRN  
2016

Itamar de Souza

Jansen Leiros

Augusto Coelho Leal

Jurandyr Navarro

José Eduardo Vilar Cunha

Pedro Simões

Tomislav R. Femenick

Nelson Patriota

Carlos Roberto de Miranda  
Gomes

Edgard Ramalho Dantas

Horácio Paiva

Odílio Botelho Medeiros

Ormuz Barbalho Simonetti

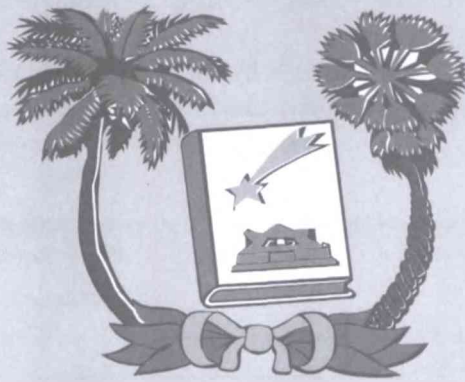
Adilson Gurgel de Castro

Armando Holanda

Valério Mesquita

Vicente Serejo

Francisco Fernandes Marinho

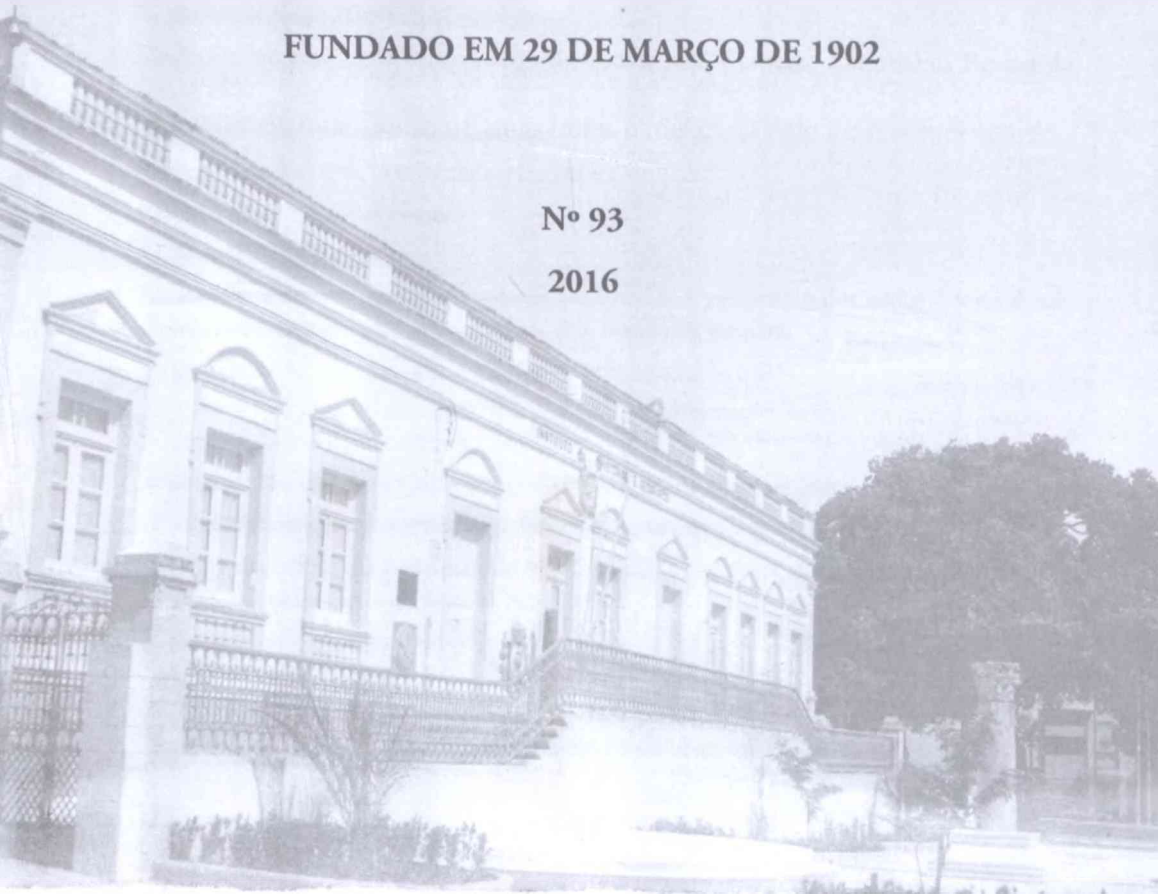


# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902

Nº 93

2016



## REGULAMENTO PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO IHGRN

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN, visando organizar o material destinado à impressão da sua Revista, decidiu adotar o segundo regulamento para a extensão dos trabalhos:

1. Temário pertinente a fatos históricos ou pessoas ilustres vinculadas a esses fatos ou pesquisas de reconhecida importância.
2. O conteúdo deverá ter, no mínimo:  
Para **artigos** – 01 (uma) lauda e no máximo 03 (três) laudas e devem ser:
  - escritos em língua portuguesa, com a ortografia vigente;
  - digitados em papel formato A4, fonte Times New Roman, corpo 12;
  - espaçamento entrelinhas 1,5 cm; 3 cm de margens superior e esquerda; e 2 cm de margens inferior e direita.
  - a) Para **ensaios e biografias** – até o máximo de 05 (cinco) laudas, nas condições anteriores.
  - b) Para **teses** - até o máximo de 10 (dez) laudas, nas mesmas condições formais anteriores.
3. O texto será enviado exclusivamente pela via eletrônica, através do e-mail: [ihgrn1902@gmail.com](mailto:ihgrn1902@gmail.com)
4. Deverão acompanhar o texto, os dados do autor: nome completo, endereço e pequeno currículo. Se estudante, qual a instituição de ensino; se profissional, a profissão ou atividade que exerce.
5. Não serão permitidas retificação de autoria, alterações, acréscimos e revisões no conteúdo do texto depois de efetuada a inscrição.
6. Os textos inscritos neste projeto serão analisados pelo Conselho Editorial da Revista do IHGRN.
7. São critérios de avaliação das propostas:
  - qualidade literária, criatividade e inovação;
  - coerência e coesão do texto;
  - correção linguística.
8. Os selecionados concordam, permitem e autorizam a publicação dos textos inscritos, mediante as condições deste regulamento, sem nenhuma ressalva.
9. As propostas submetidas **não poderão** possuir conteúdo que:
  - a) possa causar danos a terceiros, seja por meio de difamação, injúria ou calúnia, danos materiais e/ou danos morais;
  - b) se constitua em ofensa à liberdade de crença, ideologia e religiosa;
  - c) contenha dado ou informação racista ou discriminatória;
  - d) versem sobre temas polêmicos de ordem política, religiosa, desportiva ou social, salvo se natureza histórica de fatos já ocorridos.
10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Editorial da Revista do IHGRN.

Natal, 27 de julho de 2015.

**Conselho Editorial da Revista do IHGRN**

## FICHA TÉCNICA

**Editor:** Nelson Patriota

**Projeto gráfico e capa:** Waldelino Duarte

**Revisão:** Andreia Braz

**Gráfica:** Unigráfica

**Tiragem:** 1000 exemplares

## CONSELHO EDITORIAL

Edgar Ramalho

Jurandyr Navarro

Nelson Patriota

João Felipe da Trindade

Roberto Lima de Souza

Thiago Gonzaga

## CONSELHO FISCAL

Eider Furtado de Mendonça e Menezes

Tomislav Rodrigues Fermeick

Edgard Ramalho Dantas

## SUPLENTE

Eduardo Antônio Gosson

## SUPLENTE

Carlos Roberto do Miranda Gomes

## DIRETORIA

**Presidente:** Ormuz Barbalho Simonetti

## ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA

### Jurídico

Carlos Roberto de Miranda Gomes

### Para Eventos:

Carlos Augusto Marques Gurgel

Jansen Leiros

### Vice-Presidente

Roberto Lima De Souza

### Secretário Geral

Odúlio Botelho Medeiros

### Secretário Adjunto

Francisco Jadir Farias Pereira

### Diretor Financeiro

Augusto Côelho Leal

### Diretor Financeiro-Adjunto

José Eduardo Vilar Cunha

### Orador

Francisco Honório de Medeiros

### Diretor de Biblioteca, Arquivo e Museu:

Claudionor B. Barbalho

**Catálogo da publicação na fonte.**  
**Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva - CRB 15/692.**

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RN / Instituto Histórico e Geográfico do RN.  
- v. 1 (1903). Unigráfica. Natal: IHGRN, 1903.

v. 93 (abril/junho 2016).

149 p.:il.

Trimestral

1. História - periódico. 2. Geografia. 3. Genealogia. 4. Antropologia. 5. Rio Grande do Norte. I. Instituto Histórico e Geográfico do RN.

CDU 9 (813.2)



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO <b>Ormuz Barbalho Simonetti</b>	7
OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: PERÍODO COLONIAL <b>Itamar de Souza</b>	9
MATARAM O PADRE <b>Jansen Leiros</b>	23
O POETA E A PRAÇA <b>Augusto Coelho Leal</b>	29
CENTENÁRIO DE MANOEL RODRIGUES DE MELO <b>Jurandyr Navarro</b>	33
EDITH PIAF: 50 ANOS DE SAUDADES <b>José Eduardo Vilar Cunha</b>	39
VELHICE É UM JEITINHO DE FICAR QUIETO... <b>Pedro Simões (in memoriam)</b>	43
O 30 DE SETEMBRO E A REALIDADE HISTÓRICA <b>Tomislav R. Femenick</b>	49
SAUDAÇÃO A NILSON PATRIOTA, POETA DE TOUROS <b>Nelson Patriota</b>	63
UM PEDAÇO DA MINHA VIDA <b>Carlos Roberto de Miranda Gomes</b>	71

FÉ NO FUTURO <b>Edgard Ramalho Dantas</b>	77
DISCURSO DE POSSE DOS NOVOS SÓCIOS DO IHGRN – 29/03/2016 <b>Horácio Paiva</b>	79
A EMPOLGANTE VIDA DE UM ADVOGADO <b>Odúlio Botelho Medeiros</b>	83
DISCURSO DE POSSE NO IHGRN – 2016/2019 <b>Ormuz Barbalho Simonetti</b>	95
ELOGIO AO PATRONO DA CADEIRA Nº 13, DIOCLÉCIO DANTAS DUARTE <b>Adilson Gurgel de Castro</b>	107
O MENINO DE MÚCIO <b>Armando Holanda</b>	119
PALAVRAS DE DESPEDIDA <b>Valério Mesquita</b>	129
ELOY DE SOUZA, Um homem além do seu tempo <b>Vicente Serejo</b>	133
PRAIA DA PIPA NOS ROTEIROS DA COSTA DO BRASIL I <b>Francisco Fernandes Marinho</b>	141

# APRESENTAÇÃO

*Ormuz Barbalho Simonetti*

É com grande alegria que fazemos publicar mais um número da Revista do IHGRN, sendo este o nonagésimo terceiro e primeiro da minha gestão à frente desta Casa da Memória, que tanto nos honra com sua tradição secular, principalmente por ser guardiã de mais de 300 anos da História do nosso Estado e da própria região, abrigando documentos dos períodos Colonial, Imperial e Republicano.

A revista que é de cunho histórico e geográfico, constitui-se de um espaço democrático e está aberta a todos que quiserem se manifestar através de textos republicanos que tragam à luz fatos e acontecimentos significativos da vida cultural da nossa sociedade, não se indagando a época em que eles ocorreram.

Dessa forma, poderemos registrar, para sempre, feitos e acontecimentos que certamente não resistiriam ao princípio da oralidade, nem ao inevitável esquecimento tão comum em nossos dias.

Adotamos desde o número 91, uma parceria com a COSERN do GRUPO NEOENERGIA visando a publicação de quatro edições da Revista, com a manutenção da mesma capa, distinguindo-se dos outros números, apenas pela cor. Entretanto, na contracapa, como também em uma das “orelhas”, reservamos esses espaços para homenagear monumentos históricos, por vezes, desconhecidos, esquecidos ou ignorados por grande parte dos potiguares.

Eis a revista. Boa leitura.



# OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: PERÍODO COLONIAL

*Itamar de Souza<sup>1</sup>*

## PRIMEIRA PARTE

O processo educacional, que se desenvolveu no Brasil durante o período colonial (dos séculos XVI ao XVIII), reflete o que se passava na Europa nos campos socioeconômico e espiritual.

A expansão marítima de Portugal nos séculos XV e XVI, em direção à África e ao Brasil, resultou na incorporação definitiva dos povos existentes nessas regiões à cultura da Europa ocidental. Sabemos que, oficialmente, os portugueses descobriram o Brasil em abril de 1500, quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral atracou em Porto Seguro, na Bahia. Portugal, país pequeno e sem disponibilidade de grandes recursos financeiros, desenvolveu o seu projeto de colonização de maneira bastante lenta. Primeiro, vieram as expedições de 1501 e 1503 para fazer o reconhecimento do litoral brasileiro, ocasião em que colocaram nomes religiosos em diversos pontos:

---

<sup>1</sup> Sociólogo, historiador e membro efetivo do IHGRN.

Cabo de São Roque, de Santo Agostinho, Baía de Todos os Santos, ilha de São Sebastião etc. Segundo, para assegurar a posse da terra brasileira, já contestada pelos franceses, e, ao mesmo tempo, acelerar o seu povoamento, D. João III resolveu dividir o Brasil em Capitânicas hereditárias. Assim, entre 1534 e 1536, Sua Majestade criou catorze capitânicas e as distribuiu com doze donatários (VIANNA, 1961, p.66-68). Essa política de colonização, Portugal já havia testado nas suas ilhas do Oceano Atlântico.

Lembra o historiador Boris Fausto que a divisão desses lotes obedecia a “uma série de linhas paralelas ao Equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas”.

Além disso, acentua ainda o referido historiador que,

[...] os donatários receberam uma doação da Coroa, pela qual se tornavam possuidores, mas não proprietários da terra. Isso significava, entre outras coisas, que não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la (FAUSTO, 2007, p. 44).

É fato histórico devidamente comprovado que, apenas, duas capitânicas prosperaram: a de São Vicente, em São Paulo, e a de Pernambuco.

A capitania do Rio Grande (hoje, Rio Grande do Norte) foi concedida a João de Barros, o qual, segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, era “Feitor da casa de Mina e da Índia, com honras de Desembargador” (CASCUDO, 1984, p. 15). Seus filhos vieram aqui, em 1535, tentando tomar posse da capitania, mas foram mortos pelos índios potiguares, coadjuvados pelos franceses. Por isso, o início efetivo da colonização portuguesa no Rio Grande do Norte realizou-se tardiamente, isto é, a partir de 1597. Adiante, voltaremos a este assunto.

A terceira etapa da colonização portuguesa no Brasil foi iniciada pela criação de um Governo Geral, em 1548, objetivando aumentar as rendas da Colônia e a conversão dos nativos à fé católica.

## A Divisão Espiritual da Europa e a Esperança do Novo Mundo

A partir de 1517, Martinho Lutero, frade da Ordem de Santo Agostinho, rompeu com a Igreja católica, quebrando assim a unidade espiritual da Europa. A Reforma Protestante arrastou para as fileiras do protestantismo milhões de pessoas da Alemanha, Holanda, Inglaterra, Suíça e outros países da Europa. Praticamente, só Portugal e Espanha permaneceram fiéis à Igreja católica. Então, para compensar tantas perdas, o Papa buscou apoio no governo desses dois países que estavam descobrindo novas terras fora da Europa. A conversão desses novos povos à fé católica era uma estratégia a longo prazo.

Padroado é o termo técnico que se deu a esta aliança entre a Igreja e o Estado, oficializando uma interpenetração muito forte entre essas duas esferas do poder. Verdade é que, expandir o Império e a fé católica, tornou-se a síntese da política colonial de Espanha e Portugal. Assim, este binômio – Império e Fé Católica – aparece bem visível no Regimento, datado de 17 de dezembro de 1548, que D. João III entregou a Tomé de Sousa, o primeiro Governador Geral do Brasil.

Eis o que dizia este Regimento quanto à conversão dos indígenas:

Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente dela se convertesse à nossa fé católica, eu vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais a melhor maneira que para isso se pode ter, e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos; e para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçam sempre e não consintam que lhes seja feita opressão nem agravo algum; e fazendo-se-lhe, lho façam corrigir e emendar, de maneira que fiquem satisfeitos e as pessoas que lhas fizerem sejam castigadas como for justiça [...]. Porque como o principal intento meu é que eles se convertam à nossa santa

fé. Logo, é razão que se tenha com eles todos os modos que puderem ser para que o façais assim (KUHNNEN, 2005, p. 314).

Por conseguinte, o projeto de D. João III compreendia três pontos interligados: explorar as riquezas da colônia, conquistar os seus habitantes à fé católica e instruí-los nos padrões da cultura europeia. O primeiro ponto era tarefa dos colonos portugueses e os dois últimos, atribuição dos religiosos.

## **O Protagonismo Educacional dos Jesuítas**

Apesar de os frades franciscanos terem sido os pioneiros na evangelização católica do Brasil, pois um grupo de oito franciscanos veio, em 1500, com Pedro Álvares Cabral (SAVIANI, 2008, p. 39), coube aos membros da Companhia de Jesus o predomínio da tarefa educacional dos nativos. Neste setor, os jesuítas já tinham demonstrado a sua capacidade no continente europeu.

A Companhia de Jesus foi organizada pelo espanhol Inácio de Loyola, em 1539 (outros dizem que foi em 1540), cuja missão era evangelizar no mundo inteiro. Observa o padre Leonel Franca, jesuíta brasileiro, que

[...] a instituição de colégios para estudantes não pertencentes à Ordem não entrava no plano primitivo de Inácio, mas bem depressa se lhe impôs como uma necessidade quase indeclinável e um instrumento eficaz de renovação cristã muito em harmonia com as suas altas finalidades [...] (FRANCA, 1952, p. 7).

Assim, a partir de 1543, os jesuítas começaram a fundar os seus colégios. O primeiro foi fundado em Goa (Ásia), em 1543, por São Francisco Xavier. O segundo foi aberto em Gandia, 1547. Na Itália, eles fundaram

os colégios de Messina (1548), de Palermo (1549) e o colégio Romano (1551), os quais tiveram grande aceitação na sociedade de então. Essa experiência educacional se espalhou por vários países da Europa. Verdade é que, em 1615, “seu número já ascendia a 373” (FRANCA, 1952, p. 14). Uma prova do sucesso desses educandários é o fato de grandes personagens da cultura europeia dos séculos XVI e XVIII terem sido alunos dos colégios dos jesuítas, tais como: René Descartes, Corneille, Rousseau, Richelieu, Cervantes, Calderón de la Barca, Lope de Vega e muitos outros intelectuais de renome.

E como era a atuação dos jesuítas na educação em Portugal? Segundo o historiador português Rômulo de Carvalho,

Com os bens acumulados puderam os jesuítas dedicar-se largamente à expansão do ensino por todo o Continente Português (e no Ultramar), sempre resolutos e hábeis na sua atuação. Até o fim do século XVI a Companhia de Jesus criou e desenvolveu Colégios em Coimbra, Lisboa, Évora, Braga, Porto, Bragança, Funchal e Angra, além de uma Casa Professa e de uma Casa de Provação, ambas em Lisboa, e de três Residências (em Faro, na ilha de S. Miguel) e em Angola. Eram então em número de 591 os padres jesuítas distribuídos por esses estabelecimentos. O número de alunos que frequentavam os Colégios era muito elevado nas cidades mais populosas (CARVALHO, 2001, p. 325).

Portanto, os jesuítas possuíam toda uma capacidade empreendedora no campo educacional, já comprovada com sucesso na Europa e, particularmente, em Portugal. Por isso, estavam preparados para enfrentar os desafios da evangelização do Brasil, unindo a instrução à catequese.

## O início de uma obra gigantesca

A ação evangelizadora e educacional dos jesuítas no Brasil começou em março de 1549, quando eles aqui chegaram integrando a comitiva de Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Brasil. Eram seis jesuítas, sob o comando do Padre Manoel da Nóbrega. Eram eles: “os padres Leonardo Nunes, Antonio Pires, João de Azpilcueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome” (NISKIER, 2000, p. 43).

Poucos dias após o seu desembarque em Salvador (Bahia), os jesuítas começaram o seu trabalho catequético-educacional. Conforme assinala o padre Serafim Leite, grande historiador da Companhia de Jesus no Brasil,

[...] e antes de quinze dias, já funcionava uma “escola de ler e escrever”, início daquela [...] política de instrução que os padres haviam de manter inalterada, através dos séculos, de abrir sempre uma escola, onde quer que erigissem uma igreja. O mestre desta primeira escola foi Vicente Rijo ou Rodrigues. (Ele) é, pois, historicamente o primeiro mestre-escola do Brasil, a quem consagrou mais de 50 anos de uma vida entrecortada de trabalhos, doenças e benemerências (NISKIER, 1989, p. 44).

Segundo o historiador e pedagogo Dermeval Saviani, a educação do Brasil no período colonial abrange três etapas. A primeira, chamada de “período heroico”, inicia em 1549, com a chegada dos primeiros Jesuítas, e se estende até o final do século XVI. A segunda etapa se desenvolveu entre 1599 e 1759, caracterizada pela consolidação do sistema educacional que os Jesuítas implantaram no Brasil. E a terceira etapa, que se estende de 1759 até 1808, foi a era da reforma imposta pelo Marquês de Pombal. (SAVLANI, 2008, p. 31).

Na primeira etapa, “período heroico”, os jesuítas trabalharam de maneira improvisada, andando léguas e léguas, a pé, sobretudo no litoral,

contatando com os índios e procurando aprender as suas línguas. Desse modo, eles iam interagindo com os nativos. Como eram esses índios? Resumindo as suas características, diz o historiador Serafim Leite (2004, tomo II, p. 228):

O apostolado dos jesuítas tinha de ser quase individual: de índio para índio. Era preciso destruir em cada um o pendur multissecular da sua própria psicologia, afeita a antropofagias, poligamias e outros vícios carnisais, e à gula, em particular bebedeiras, ajuntando-se a isto o seu nomadismo intermitente.

O ponto mais importante dessa fase foi o início da formação dos aldeamentos. Estes consistiam em aglutinar os índios em determinado território, onde passaram a ser catequizados na doutrina cristã e, ao mesmo tempo, eram alfabetizados, isto é, aprendiam a ler, escrever, contar, cantar e tocar alguns instrumentos musicais. Através desses aldeamentos, os jesuítas defenderam a liberdade dos índios contra a voragem dos colonos que queriam escravizá-los. A história do Brasil colonial está repleta de choques entre jesuítas e colonos por causa da liberdade dos índios.

É importante ressaltar que os jesuítas, nos primeiros quinze anos de trabalho no Brasil, tiveram que enfrentar com as próprias mãos, e, naturalmente, com a ajuda dos índios, a implantação do seu sistema escolar. As casas dos aldeamentos eram feitas de taipa e cobertas de palha.

Como se mantinham os jesuítas, nesse “período heroico”? Eles se sustentavam com uma pequena ajuda do governo geral e com as esmolas alimentares dos índios (LEITE, 2004, tomo II, p. 255).

A situação dos jesuítas melhorou após a criação da Redízima, em 1564. Segundo o historiador Luiz Alves de Mattos,

Pela provisão de 7 de novembro de 1564 inaugura-se a política de aplicar o padrão da Redízima para a manu-

tenção dos grandes colégios da Companhia de Jesus no Brasil, aos quais ficavam anexados, para fins de custeio, e administrativamente subordinados, os colégios menores e as residências dos padres da Companhia nos aldeamentos de índios (MATTOS, 1958, p. 135).

Em que consistia a Redízima? Segundo o citado historiador Mattos (1958, p. 134), “Por essa fórmula, dez por cento de toda a arrecadação dos dízimos reais em todas as capitanias da colônia e seus povoados ficariam, in perpetuum, vinculados à manutenção e sustento dos colégios da Companhia de Jesus”.

A conquista desse financiamento para a manutenção do sistema educacional dos jesuítas, no Brasil, foi fruto de uma luta empreendida pelo Padre Manoel da Nóbrega junto ao governo português. Com o funcionamento da Redízima, os jesuítas puderam construir os seus colégios de alvenaria.

Naquela época, alfabetizar crianças era uma grande novidade no Brasil. Por isso, os jesuítas, com o objetivo de atrair os meninos indígenas, trouxeram de Portugal sete “meninos órfãos” para residir no colégio da Bahia. Isso aconteceu em 1550.

Segundo informação que nos foi deixada pelo padre Serafim Leite,

[...] Estes órfãos eram dos que acolhera, na Ribeira de Lisboa o P. Pero Doménech, fundador, em 1549, do Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa [...]. Com estes meninos perdidos de Lisboa, transformados já pela educação cristã, ia Nóbrega fundar na Bahia o Colégio dos Meninos de Jesus. Tratou de juntar-lhes “outros órfãos da terra, que havia muitos, perdidos e faltos de criação e doutrina, e dos filhos dos gentios quantos se pudessem meter em casa. E começou o trabalho de atração, mais natural que se podia imaginar, de criança para criança (LEITE, 2004, tomo I, p. 17-19).



Enquanto isso, proliferaram as escolas elementares, com grande número de alunos. Assim, ressalta o historiador Serafim Leite que,

Na maior parte das Aldeias da costa, estabeleceram-se pequenos Seminários, ou mais propriamente, escolas elementares, onde se ministrava aos filhos dos índios o duplo ensino da Doutrina e do Abecedário. Isto, desde o começo, na Bahia e S. Vicente. No período intensivo das Aldeias da Bahia, depois da chegada de Mem de Sá, o movimento escolar e catequético foi grande. Em 1559, escrevia o Governador a El - Rei D. Sebastião que “há escolas de trezentos e sessenta moços, que já sabem ler e escrever. Nóbrega refere que, na Aldeia do Espírito Santo, eram 150. O P. Melo diz que, na mesma Aldeia, um ano depois, a frequência era de trezentos. Por sua vez Antonio Rodrigues refere que, na do Bom Jesus de Tatuapara, “haverá na nossa escola 400 meninos” (LEITE, 2004, tomo II, p. 233).

De acordo com as conveniências de cada aldeia, as aulas eram ministradas ao longo de duas horas, ou duas horas e meia, ora pela manhã, ora à tarde.

A esta altura da nossa narrativa, é oportuno salientar que os jesuítas receberam a incumbência de educar, apenas, os filhos dos índios e dos colonos. As filhas, não. Apesar desse machismo transposto do Velho Continente para cá, os indígenas pediram ao Padre Manoel da Nóbrega que suas filhas também aprendessem a ler e a escrever, uma vez que elas participavam com assiduidade das aulas de catequese. Não obstante a receptividade do Padre Manoel da Nóbrega à reivindicação dos indígenas, ele precisava da autorização da Corte de Lisboa. A resposta foi negativa. Segundo a pesquisadora Miranda Ribeiro, “Infelizmente a Rainha de Portugal, Dona Catarina, negou a iniciativa, qualificando-a de ousada devido às ‘consequências nefastas’ que o acesso das mulheres da época à cultura dos livros da época pudesse representar” (RIBEIRO, 2000, p. 81).

A rainha Catarina, citada acima, era a viúva de D. João III, a qual assumiu a regência do trono entre 1557 e 1562, durante a menoridade de D. Sebastião (ASSUNÇÃO, 2004, p. 118).

Naquele tempo, século XVI, só as mulheres de origem social abastada eram alfabetizadas, porque contratavam professores particulares, que as ensinavam em casa. Segundo o historiador Luiz Alves de Mattos, em Lisboa, as escolas públicas para a educação feminina só foram criadas em 1815 (MATTOS, 1958, p. 90).

### **A pedagogia dos jesuítas**

Durante a primeira etapa da educação dos jesuítas no Brasil, prevaleceu a pedagogia brasileira, elaborada pelo Padre Manoel da Nóbrega. Depois, ela foi substituída pelo *Ratio Studiorum*.

A pedagogia dos jesuítas, mais conhecida pelo nome *Ratio Studiorum*, começou a ser elaborada a partir da experiência adquirida nos diversos colégios que a Companhia de Jesus implantou na Europa. Possuir um código de ensino era um desejo de Inácio de Loyola, fundador dessa Ordem religiosa, desiderato expresso na IV parte das Constituições, desde 1552 (FRANCA, 1952, p. 16).

Os primeiros ensaios para a elaboração do *Ratio Studiorum* foram escritos em 1586. Coube, então, ao superior geral dos jesuítas, Padre Cláudio Aquaviva, cujo governo da Ordem transcorreu entre 1581 e 1615, a glória de promulgar definitivamente o *Ratio Studiorum*, em 1599. Essa obra pedagógica foi resultado de meio século de experiência educacional (1548-1599), e não fruto de elucubrações teóricas. Sobre a feitura dessa obra pedagógica, observa o jesuíta brasileiro, Padre Leonel Franca:

[...] os primeiros jesuítas não desceram a campo, em matéria de educação, como revolucionários ou como inovadores. Não pretenderam romper com as tradições escolares vigentes nem mesmo trazer-lhes contribui-

ções inéditas. Ajustaram-se às exigências mais sadias da sua época e procuraram satisfazer-lhes com a perfeição que lhes foi possível (FRANCA, 1952, p. 27).

O objetivo do *Ratio Studiorum* era humanista; humanismo transmitido com ordem e disciplina, visando à formação integral do homem, desde a sua dimensão cultural até a dimensão religiosa. Os clássicos gregos e romanos foram valorizados, porém, submetidos a uma visão cristã da vida. Naquela época, século XVI, os jesuítas eram os intelectuais mais conhecedores das línguas clássicas, isto é, latim, grego e hebraico.

O plano de estudo estabelecido pelo *Ratio Studiorum* compreende três níveis: o elementar, o médio e o superior. O nível elementar tinha por objetivo iniciar o processo de instrução, isto é, ensinar a ler, escrever, contar, cantar e tocar instrumentos musicais. O nível médio, equivale ao nosso ensino secundário, chamado pelo “Ratio” de curso de humanidades, tinha a duração de seis a sete anos, e compreendia as seguintes disciplinas: Retórica, Humanidades, Gramática Superior, Gramática Média e Gramática Inferior. O nível superior abrangia dois cursos: o de Filosofia e o de Teologia. O curso de Filosofia, com duração de três anos, compreendia as seguintes disciplinas: Lógica, Introdução às Ciências, Cosmologia, Psicologia, Física, Matemática, Metafísica e Filosofia Moral. Por sua vez, o curso de Teologia tinha duração de quatro anos e abrangia as seguintes disciplinas: Teologia Moral, Sagrada Escritura e a Língua Hebraica (FRANCA, 1952, p. 47-53). Esse curso se destinava principalmente aos jovens que quisessem seguir a carreira eclesiástica. É escusado dizer que esse plano de estudos foi aplicado ao Brasil colonial com as necessárias adaptações, tal como foi o estudo do português e das línguas dos indígenas, e outras disciplinas.

## **A consolidação da educação dos jesuítas no Brasil**

Essa consolidação aconteceu na segunda etapa da educação colonial, isto é, no período que se estende de 1599 até 1759, ano em que os jesuítas foram expulsos do Brasil e de todo o Reino de Portugal.

A atividade educacional dos jesuítas no Brasil realizou-se em três níveis: as escolas elementares nas aldeias; os colégios instalados nos incipientes núcleos urbanos do litoral. Nesses educandários, era ministrado curso de humanidades, equivalente ao atual ensino médio. Por último, o ensino superior (Filosofia e Teologia), destinado principalmente aos que se preparavam para a vida eclesiástica.

Conforme assinala o historiador jesuíta Serafim Leite, “Na maior parte das Aldeias da costa, estabeleceram-se pequenos seminários, ou mais propriamente, escolas elementares onde se ministravam aos filhos dos índios o duplo ensino da doutrina e do abecedário, desde o começo, na Bahia, e S. Vicente”.

E acrescenta o referido autor: “Os Jesuítas ensinavam “os filhos dos Índios a ler e escrever, cantar e ler português, o que tomam bem e o falam com graça [...]” (LEITE, 2004, tomo II, p. 233).

A catequese e a instrução elementar dos índios se realizavam durante o dia inteiro. Duas horas ou duas e meia, pela manhã, e a mesma duração à tarde. As meninas participavam da catequese, que era feita pela manhã. Porém, eram excluídas da instrução, que era ministrada à tarde.

“Depois de um ligeiro almoço, começava a escola: ler, escrever, cantar e tocar instrumentos, conforme o jeito de cada um” (LEITE, 2004, tomo II p. 233).

O Padre Manoel da Nóbrega era um grande estrategista: idealizou e conseguiu implantar uma rede de colégios, de Norte a Sul do Brasil. Os primeiros colégios foram o da Bahia (1550), o de São Vicente (1553), o de São Paulo (1554), o do Espírito Santo (1552), o do Rio de Janeiro (1567) e o de Olinda (1575), além de outros. Verdade é que, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, por ordem do Marquês de Pombal, em 1759, eles possuíam em nosso país 17 colégios e seminários, conforme nos relata o professor Theobaldo Miranda Santos (SANTOS, 1957, p. 492).

No sistema educacional dos jesuítas, esses colégios desempenharam uma dupla função: primeiro, modelar a personalidade dos nativos de conformidade com os padrões culturais da Europa; segundo, eles eram o pon-

to de apoio e de irradiação das missões religiosas no interior do território brasileiro. A título de exemplo, basta citar o colégio de Olinda, que foi o ponto centralizador das atividades catequéticas e educacionais para Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Então, o que se estudava nesses colégios? No curso secundário, isto é, de humanidades, os jesuítas davam aos alunos toda uma formação humanista. Ressalta o padre Leonel Franca que,

o objetivo do curso humanista é a arte acabada da composição, oral e escrita. O aluno deve desenvolver todas as faculdades, postas em exercício pelo homem que se exprime e adquirir a arte de vazar esta manifestação de si mesmo nos moldes de uma expressão perfeita (FRANCA, 1952, p. 49).

Além do estudo da Retórica, como vimos anteriormente, o curso de humanidades compreendia também o estudo da Gramática latina e grega em três níveis: inferior, médio e superior. O estudo dos idiomas Latim e Grego era prioritário. Assim, no estudo do idioma grego, eram utilizados textos de São João Crisóstomo, São Basílio, São Gregório Nazianzeno e outros mais. No estudo do Latim, os textos preferidos eram os de Cícero, Virgílio, Horácio, César, Tito Lívio, Catulo e outros. Os textos de prosa e de poesia se alternavam nas aulas, que duravam cinco horas por dia: duas horas e meia pela manhã e o mesmo tempo à tarde. Além dessas duas línguas clássicas, os jesuítas levavam muito a sério o estudo do idioma nacional, o português, no nosso caso, e as línguas faladas pelos nativos. Vários sacerdotes jesuítas – José de Anchieta à frente – aprenderam a falar e a escrever as línguas dos indígenas.

O processo de aprendizagem dos jesuítas compreendia a preleção, a memorização, o teatro e o estudo da doutrina cristã.

A pedagogia do século XVI era muito rigorosa. O uso do chicote estava fortemente institucionalizado. No entanto, os jesuítas procuraram amenizar os castigos corporais.

Assim como aconteceu na Europa, onde grandes vultos da filosofia, da literatura, arte e ciência estudaram nos colégios dos Jesuítas, do mesmo modo sucedeu no Brasil. Concordando com o Barão do Rio Branco, diz Fernando de Azevedo: “os que no Brasil colonial tiveram algum nome nas letras, nas ciências, nas artes e na política, se educaram nos colégios dos jesuítas” (AZEVEDO, 1963, p. 250).

Os cursos superiores de Filosofia e Teologia funcionaram também no Brasil. Como já o dissemos anteriormente, eles eram frequentados predominantemente pelos que pretendiam seguir a carreira eclesiástica. Os dados estatísticos que, a seguir apresentamos, mostram como numerosos jovens brasileiros frequentaram esses cursos superiores. Vejamos abaixo o percentual de sacerdotes jesuítas de origem brasileira no período de 1549 até 1757, véspera da expulsão dos Jesuítas do Brasil:

1549: 6 jesuítas, todos estrangeiros

1574: 110 jesuítas, 14% brasileiros

1610: 165 jesuítas, 17% brasileiros

1654: 170 jesuítas, 34% brasileiros

1698: 304 jesuítas, 37% brasileiros

1732: 362 jesuítas, 45% brasileiros

1757: 474 jesuítas, 44% brasileiros

(HOORNAERT, 1979, T. 2, p. 46).

É escusado dizer que os livros e todo o material didático usado pelos jesuítas no seu sistema catequético-educacional foi trazido, por eles, da Europa.

# MATARAM O PADRE

*Jansen Leiros<sup>2</sup>*

**E**ram quatorze horas do dia 21 de novembro de 1833, no centro da Vila de Papari.

O sol forte, juntamente com muitos transeuntes, testemunhou uma cena chocante: um homem conhecido na vila se aproxima de um padre, portando nas mãos uma pistola. Em fração de segundos eles trocam breves palavras.

O homem armado, rosto congestionado, desferiu-lhe um tiro à queima-roupa e desapareceu a pé.

O religioso, vestindo sua batina negra, tombou ali mesmo, imóvel. Ninguém mais o viu o assassino.

Em fração de segundos ocorreu um burburinho no local onde hoje está o Mercado Público. Pessoas correm amedrontadas. Outras, curiosas, correm para acudir o vigário amado por todos. Mas era tarde demais, o religioso estava morto!

---

<sup>2</sup> Escritor associado às seguintes instituições: Academia Macaibense de Letras; Academia de Letras Municipais do Brasil; Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras; Academia Interamericana de Literatura e Jurisprudência; União Brasileira de Escritores; Comendador da Soberana Ordem do Mérito Apostólico de Santiago de Jerusalém; Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra; Instituto de Genealogia do RN.

Mataram o padre!

Mataram o padre!

Mataram o padre! Soavam os gritos!

Aquele grito soou uníssono nas vozes paparienses.

Os mais próximos entenderam a motivação daquele crime, mas boa parte da população ficou buscando resposta para tamanha “barbaridade”. “Como pode alguém matar um padre, homem ungido por Deus?” – teria pensado quem por ali passasse.

Mas o que foi isso?

Quem são essas duas pessoas?

Por que esse ato escabroso.

Vamos por partes: o nome do religioso assassinado era Antonio Gomes de Leiros, primeiro vigário da história da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó. Era norte-rio-grandense e estava na vila há quase dois anos, tendo chegado ali pouco tempo depois da criação da “Freguesia de Nossa Senhora do Ó”.

O Padre Leiros, como era conhecido, formou-se no Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça, em Olinda, PE, tendo sido ordenado em 1833.

Estava no auge da jovialidade, e com pouco tempo de estadia no local, conquistou a todos, passando a ser admirado e querido. Era convidado pelos paroquianos para fazer refeições em suas casas. Cada dia era um novo convite. Era esse o cotidiano do vigário.

Mas, então, o que ocorreu?

Por que alguém mataria uma pessoa tão amada e, ainda mais, um religioso?

Mas essa história sem justificativa teve pelo menos uma explicação.

Na realidade, o crime foi a culminância de uma contenda.

Naquela época o cenário urbano da vila era muito diferente.



Existia uma localidade próxima à Igreja Matriz, denominada “Sítio Bica”, exatamente no local que abrange o sítio do Sr. “Deca” e que se estende até a “Bica” atual (próxima da residência do Sr. “Veinho”).

Pelo aspecto atual, dá para deduzir a beleza do lugar à época, somada à prosperidade do solo, pois era farto em plantações de frutas e tubérculos, e cercado de água. Certamente foi isso que despertou cobiça no padre, pois, ignorando que a referida propriedade pertencia ao Sr. Tomás Marinho, tentou se apossar da mesma, fato este que revoltou o proprietário.

Como argumento, o religioso alegou que o referido sítio estava em área pertencente ao patrimônio da igreja. Para conseguir seu intento, contratou os serviços de um advogado que usava de ardis e chicanas para enredar as questões. Era o Dr. Manoel Gabriel de Carvalho, verdadeiro capeta. E, somado a sua função de sacerdote – espécie de reinado para uma época de grandes ignorâncias, Pe. Leiros investiu nessa empresa como leão atrás de uma presa.

A contenda rolou por meses a fio. Até que um dia saiu o resultado: “O padre ganhou a causa”.

Tomás Marinho ficou decepcionado. O resultado soou como uma facada no coração! As pessoas começaram a indagá-lo sobre o fato. Alguns passaram a debochá-lo, chamando-o de mole.

De uma hora para a outra o assunto tomou conta das bodegas. A cada dia o sofrimento do agricultor aumentava. E nesse sentimento revoltante ele jurou para si próprio vingar o que para ele significou um ultraje.

Logo após o crime o agricultor foi capturado e levado para prisão em Natal. Mal esquentou a cela, algum amigo ou familiar, oriundo da vila de Papari, conseguiu subornar o carcereiro com a importância de “quinhentos mil réis”. Em poucos minutos, Tomás Marinho sumiu na noite escura de chuva torrencial.

Houve uma verdadeira caçada pelas imediações, mas em vão. O assassino encantou-se.

Quatro anos após o crime, o Comandante do Destacamento do Corpo de Polícia da Vila Nova da Princesa, hoje denominada Assú, recebeu

uma denúncia. Diziam que um homem detentor de comportamento muito estranho rondava a referida vila. “Era um homem esquisito”, diziam.

Investigando o fato, o referido comandante, tenente José Antonio de Souza Caldas, constatou tratar-se de Tomás Marinho, e imediatamente foi ao seu encalço, mas, por ironia do destino, o infeliz agricultor teve um infarto minutos antes e foi descoberto já morto.

Quisera o destino que o agricultor não passasse por mais uma decepção?

Mas, por nova ironia, Tomás Marinho foi levado à sede da vila de Assu e sepultado na Igreja Matriz de São João Batista. Naquela época era comum enterrar pessoas nas paredes das igrejas, as quais funcionavam como cemitérios.

Mas, poucos dias após esse sepultamento, o bispo de Olinda, Dom João da Purificação Marques Perdigão, abalou-se até Assú em visita pastoral. Àquela ocasião a diocese do Rio Grande do Norte era subordinada a Pernambuco. Mal chegou, tomou conhecimento de que a igreja na qual ele se encontrava abrigava os restos mortais do assassino do padre de Papari.

O bispo ficou horrorizado.

Imediatamente pediu que o retirassem dali e o colocassem em local distante da igreja.

No período entre 3 a 5 de novembro de 1839, ou seja, seis anos após o assassinato do Padre Leiros, o Bispo Dom João da Purificação visitou Papari e deixou registrada a seguinte versão para o crime:

Foi nessa povoação que assassinaram o padre antecessor do atual, pela 1 hora da tarde, cuja morte mui sensível foi para a maior parte dos habitantes. Esse assassino, morrendo na freguesia do Assú, poucos dias antes de eu visitar aquela freguesia, foi sepultado na igreja, depois que aquele pároco encomendou o seu corpo, ignorando ser o assassino do dito padre. Logo, porém, depois que este corpo foi entregue à sepultura, foi desta tirado

e enterrado em lugar não sagrado, em consequência da certeza que o pároco teve de ser homem o assassino daquele pároco.

Dizem que as últimas palavras trocadas entre o padre Leiros e seu assassino, Tomás Marinho, foram as seguintes:

– Então, caro Tomás, perdeste a questão, não foi?

– Sim, padre...

E apontando-lhe a pistola e disparando-a, sentenciou:

– Mas o senhor saiu pior, pois perdeste a vida!

Infelizmente, o município de Nísia Floresta tem que conviver com esse fantasma em sua história, cujo seu primeiro padre foi assassinado por um morador local. LUÍS CARLOS FREIRE.

Fonte: Narrativa de história oral,  
contada no dia 23 de dezembro de 1994,  
pelo senhor Vicente Marinho (*in memoriam*).  
Arquivo Diocesano de Olinda - PE, 1995.

## O POETA E A PRAÇA

*Augusto Coelho Leal<sup>3</sup>*

Não conheço outra Praça em Natal cantada em versos, pode até ter, mas sinceramente não conheço. “Pio X praça que desapareceu / Praça de muitas recordações / Foi lá que o nosso amor nasceu / Onde guardei meu coração”. Esse é um pequeno trecho da música *Praça Pio X*, de autoria do poeta, cantor, compositor e violonista Airton Ramalho.

O poeta. Airton nasceu em Campina Grande, Paraíba. De uma família de músicos, primo de Hianto de Almeida, ainda criança veio morar em Natal. Traz no sangue a verve dos poetas e escritores paraibanos. Quando moço, seresteiro, boêmio, bom violonista, fez muitas serestas para moças natalenses, cantado e acompanhando outros jovens da sua época. As suas composições mais famosas são: *Praça Pio X*, *Baião do negrinho*, *A vedete do Seridó*, *O passarinho*. Esta última em parceria com outro grande artista potiguar, nosso Chico Elion.

A Praça – A Praça Pio X, ficava onde hoje é a nossa Catedral Metropolitana. O terreno onde foi construída pertencia à Diocese de Natal, falam que sua construção iniciou lá para os anos de 1900. Era o pároco de Natal o padre João Maria. Foi ele que teve a ideia de construir a Nova Ca-

---

<sup>3</sup> Sócio Efetivo do IHGRN.

tedral. Para se ter uma noção de tempo, o local era um grande sítio, onde existiam árvores, e um grande matagal.

O padre João Maria, com muita luta para conseguir recursos e com ajuda do povo que ia buscar pedras nas praias de Natal, começou a construção da Nova Catedral, para época, um prédio de uma arquitetura grandiosa. O padre morava um pouco distante e andava a pé para coletar recursos, por isso a população lhe deu de presente um burro, que lhe servia de montaria. O padre João faleceu no ano de 1905, e com ele foi para o túmulo o sonho da construção da Nova Catedral.

Os arredores daquele terreno passaram a ser habitados por pessoas ilustres e com boa situação financeira. O que ficou em pé da construção, teve que ser demolido, pois a Prefeitura resolveu construir ali uma praça, que serviria como parque. Essa obra tomou todo o quarteirão formado pela Avenida Deodoro, Rua Açu, Rua Jundiáí e a Rua Fontes Galvão.

Diferente da Praça Pedro Velho, a Praça Pio X quase não tinha árvores grandes. No local, durante o dia, fazia muito calor, por isso era frequentada mais no final da tarde e à noite, onde servia de encontros para namorar sentado nos bancos (eram poucos) ou bater papo. Também lá não existia quadra para práticas esportivas, nem parques para crianças, era uma praça mais de passeio a pé.

A praça, se não me falha a memória, tinha o piso em ladrilhos hidráulicos de cores branca ou cinza, e vermelho contrastando com a cor clara, formando vários desenhos em grandes faixas. No centro havia um coreto em forma de avião, que tinha uma escada que dava acesso ao pavimento superior, um cimentado liso, com muretas e postes de iluminação, que servia para retretas das bandas de músicas e show de alguns artistas. Na parte inferior, funcionava um bar, ponto obrigatório das madrugadas de jovens e adultos. Do alto do avião, tinha-se uma vista panorâmica de toda Avenida João Pessoa, incluindo aí o famoso Grande Ponto. A praça servia também para festas religiosas e populares, além de comícios políticos. Lembro-me bem da Festa da Mocidade, que era um grande parque de diversão, frequentada pela sociedade de Natal, com divertimentos para adultos e crianças. Lembro-me que eu e meus irmãos, juntamente com pa-

pai e mamãe, íamos com as melhores roupas para esse evento. Roda gigante, carrossel de carrinhos e cavalinhos, carros elétricos conhecidos como bate e volta, trem fantasma, vários jogos para adultos, tiro ao alvo e outros.

Ao lado da praça, ficava um grande prédio onde funcionou o Cinema Rio Grande, o melhor cinema de Natal e um dos maiores prédios da cidade. Em frente funcionava o Centro Cearense, que na minha juventude era um ponto de encontro para jovens e adultos.

“Praça, o teu nome vão guardar / E quem lá foi namorar / Não esquecerá / Breve tu serás a Casa de Deus / Eis aqui nossa homenagem / E também o nosso adeus”.

Assim escreveu e cantou o poeta, prestando suas últimas homenagens à praça dos seus sonhos. A praça de suas belas recordações, de uma juventude feliz e sadia. As imagens saíram dos seus olhos, mas ficaram e ficarão eternamente em suas lembranças.

# CENTENÁRIO DE MANOEL RODRIGUES DE MELO

*Jurandy Navarro<sup>4</sup>*

*(Palestra proferida aos 24 de julho de 2012, no Plenário do  
Conselho Estadual de Cultura, em homenagem ao  
Centenário de Manoel Rodrigues de Melo, ocorrido aos 07 de julho de 2007).*

Exmo Sr. Acadêmico Yaperi Araújo,

Presidente deste Conselho Estadual de Cultura, Senhoras e Senhores  
Conselheiros, Ilustres Familiares,

**I**nspiradora a lembrança, a de se prestar culto de gratidão a vultos vene-  
ráveis da nossa Cidadania. Gratidão pelo que eles realizaram para o bem  
da coletividade em que viveram.

Manoel Rodrigues de Melo foi um desses Varões intrépidos da causa  
abraçada.

Reverenciando os cento e cinco anos decorridos do seu nascimento,  
recordamos, através deste panegírico, uma trajetória gloriosa em prol da

---

<sup>4</sup> Presidente Honorário do IHGRN.

Cultura, principalmente a cultura do Rio Grande do Norte. A febricitante capacidade de seu espírito resoluto abordou outros questionamentos existenciais, não menos importantes, o magistério, a profissão liberal e atuação política, exercitados com dedicação e proficiência, incluindo a alma sempre aberta de servir, sem pensar em si.

Esta solenidade, iniciativa da Presidência deste egrégio Conselho, bem caracteriza a sua importância e significação.

A memória de feitos marcantes não pode ser olvidada pela indiferença e pela ingratidão. Gratos, deveremos ser, pelas conquistas dos nossos antepassados famosos. Atentos, precisamos estar, para darmos continuidade aos sucessos alcançados pelo casamento do binômio: devotamento e inteligência.

Após a Proclamação da República, em nosso Estado, abriu-se um clarão que iluminou a disseminação da Cultura, um tanto acanhada, antes desse período político.

A imprensa escrita existente na época, prosseguiu como espécie de arauto cultural, vindo em seguida a arte, com o teatro, as belas-letas e as nascentes Arcádias. A aurora do novo século surgido, cujo brilho apareceu com a conferência de Manoel Dantas, em 1909, intitulada “Natal Daqui a 50 Anos”, seguindo-se a Revista Feminina *Via-Láctea*, tendo à frente Palmira Wanderley, e outros empreendimentos literários.

Afigurava-se um diminuto renascimento, ocorrido na província natalense, lembrante ao celebrado movimento cultural, tendo a Europa como palco, cuja característica apaixonante era o interesse pela Antiguidade Clássica. Atuavam nesse cenário eruditos intelectuais, descobridores da beleza das coisas do pensamento. Manuscritos guardados em Mosteiros e Bibliotecas, ilustraram essa busca pelo Humanismo, operado, inicialmente, por Petrarca, o intelectual mais recordado dentre os italianos. No século XV, Florença domina o cenário, ao tempo de Lourenço, o Magnífico.

O influxo desse movimento atravessou séculos, espalhando-se pelo mundo ocidental, emitindo, ainda, reflexos, nos dias atuais.



De certa maneira, Manoel Rodrigues de Melo se vinculou a essa tendência, projetada que foi, na Literatura Brasileira e Potiguar, pela sua ação acadêmica, junto à Casa por ele edificada e dirigida durante 21 longos anos. Interessava-o, vivamente, o fenômeno cultural.

Esse templo literário, idealizado por Luís da Câmara Cascudo, teve, em Manoel Rodrigues de Melo, um dos seus principais propulsores, propiciando o Humanismo que ainda hoje contagia a nossa Cultura, pelos imortais que a integram.

Foi ele, durante largo período temporal, uma espécie de Arconte dessa Literatura, inteligente, espécie de arauto, o anunciador, aquele que guia, iluminando o caminho.

A Academia de Letras moldada, em parte, por esse desbravador e administrador notável, recorda, de certa forma, a pedagogia das Artes Liberais, das Escolas Medievais, que visavam o aperfeiçoamento da Linguagem e da Retórica, resultando, de consequência, na propagação da metódica instrução do intelecto e educação espiritual. Tal procedimento continua a ser aplicado na Casa “Manoel Rodrigues de Melo”.

A dinâmica existencial do insigne condutor baseou-se no trinômio: Cultura e Educação, a profissão liberal das Ciências Contábeis e a Política. Esta última atravessou curto período: a sua militância no Integralismo, período de 1932 a 1937, a exemplo do que fazia, em toda ocupação, entregou-se de corpo e alma a essa atividade social, ao lado de adeptos de refinada vida pública e esclarecida inteligência, interessados no bem-estar coletivo e no desenvolvimento e da paz da nacionalidade pátria. Após, no Partido de Representação Popular, em cuja legenda foi eleito Vereador em Natal.

A vocação escolhida, para as lides da ciência contábil, preencheu outro espaço, prestando serviço na Sociedade de Assistência Hospitalar, hoje, Hospital Universitário Onofre Lopes.

Ao lado desse labor, dedicou-se, também, ao magistério, lecionando na Escola Normal de Natal, durante anos.

Identificou-se com as coisas da educação e da religião, que segundo Dilthey, mestre da história pelas ideias, são as instituições mais salutares de uma sociedade humana.

A cultura foi, finalmente, a atividade constituinte do seu maior triunfo, a atividade do atribulado desempenho como cidadão do torrão norte-rio-grandense. Esse o desempenho que elevou a sua imagem de homem de Letras.

Foi integrante, durante anos, da Diretoria do Instituto Histórico, do qual era Vice-presidente.

Escreveu vários livros, dentre os quais se destacam: “Várzea do Açú” – São Paulo, Edição dos Cadernos, 1940 “Usos e Costumes” – 187 páginas; “Augusto Franklin, Sacerdote, Jornalista e Orador” – Natal, 1954 – 64 páginas - Biografia; “Terras de Camundá” – Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 1972 – 242 páginas - Romance; “Chico Caboclo e Outros Poemas” – Rio de Janeiro, Edição Pongetti, 1957 - Coleção “Ferreira de Itajubá” – 02 volumes – Poemas Brasileiros; “Patriarcas & Carreiros” – Recife – Editora Tradição, 1944, 64 páginas – 03 volumes – Rio G. do Norte – Vida Social e Costumes; “Cavalo de Pau” – 1953, Rio de Janeiro – Editora Pongetti – 157 páginas – Inclui Bibliografia (Criança Sertaneja); “Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte” – 1909 /1987 – São Paulo, Editora Cortez – Fundação José Augusto, Natal/RN – 269 páginas (documentos potiguaras), Imprensa RN, Jornais Brasileiros – Dicionários.

Criou revistas em associação com outros e colaborou em todos os jornais da nossa imprensa cidadina.

E para coroamento numa vida de preocupação intelectual, diplomou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, já em idade avançada.

Empolgou a crítica histórico-literária, o lançamento do livro mencionado “Dicionário da Imprensa”, editado pela FJA. Essa obra foi considerada como o livro do século, na opinião de Raimundo Nonato da Silva, Acadêmico e Escritor notável, seu prefaciador.

Tal obra deu continuidade à laboriosa pesquisa do Desembargador Luis Fernandes, compreendida de 1832 a 1908, esta espelhada na que foi realizada por Alfredo de Carvalho, anteriormente.

A pesquisa de Manoel Rodrigues de Melo foi sincrônica, acompanhando as anteriores na sequência cronológica. Fez aquisição de material coletado e o transmitiu. E não só. Serviu de marco histórico. Partilhou, assim, de uma “memória comum”, como diria o sociólogo nacional Félix Torres.

No dito livro refez ele a história dos jornais, catalogando, nome a nome, nas cidades potiguares em que eles circularam, registrando, nominalmente, seus diretores e colaboradores e fazendo a sua datação.

Nasceu Manoel Rodrigues de Melo, no Vale do Açu.

Recebeu o título de Doutor Honoris Causa, concedido em 1995, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, gestão do magnífico Reitor Geraldo Queiroz.

Cristão fervoroso, fez parte da Congregação Mariana dos Moços da Catedral, fundada pelo segundo Bispo de Natal, Dom Antônio dos Santos Cabral e durante anos, sob a direção criteriosa do professor Ulisses de Góes. Tomou parte, também, do “Centro de Imprensa”, órgão criado durante a gestão do Prelado Dom Marcolino Dantas, Centro responsável pela edição do jornal católico “A Ordem”, 1935, cujo editorial do primeiro número foi redigido pelo então Padre Luiz Monte, de saudosa memória. Jornal que perdurou até o final do Bispado de Dom Eugênio Sales, seu grande incentivador, e paralisado desde o início da gestão de Dom Nivaldo Monte até a presente data.

Após o vespertino “A Ordem”, funcionou durante alguns anos, o jornal “A Verdade”, criado por Ulisses de Góes e dirigido por leigos.

Dispensável é afirmar a falta de um jornal católico, numa capital brasileira de mais de um milhão de almas!

Manoel Rodrigues de Melo, anos seguidos, vivendo e trabalhando, sob o manto protetor da Igreja, teria idêntica opinião, sobre um veículo de informação, pregador da moral, da ética e dos bons costumes.

Deixou sua Biblioteca particular composta de livros escolhidos, dentre autores, os melhores, no presente sob a guarda da Fundação José Augusto. O coração arrastou a paixão para os livros, os apontamentos, a pesquisa nos jornais. Possuiu também uma pequena Hemeroteca, coleções de revistas e jornais diversificados, em cujas páginas, debruçava-se, durante noites insones à procura da pérola preciosa da cultura histórica.

Na Presidência da ANRL, construiu a sua sede própria, deixando-a mobiliada e organizou a sua Biblioteca, dentre outros melhoramentos indispensáveis ao seu funcionamento pleno.

Do depoimento do jornalista Arlindo Freire, no vespertino o “Jornal de Hoje”, consta essa passagem:

ao deixar Pendências, para estudar e trabalhar em Currais Novos, fez 250km montado em cavalo, pensando no que estava para acontecer em sua vida, olhando e admirando os horizontes das serras, planaltos, vales, rios e riachos, com árvores e arbustos da Caatinga. Durante aquela viagem, as lágrimas secas de tio Badéo, por haver deixado Pendências com seus pais, irmãos e amigos, eram enxugadas, não com o lenço de pano, mas com apoeira do solo serrano carregada pelo vento.

Em casa, na velhice, disse, certo dia, que já poderia morrer, pois havia dançado com a neta, Lalita, nos seus 15 anos, ter publicado o seu livro “Dicionário da Imprensa” e recebido o título de Doutor Honoris Causa, pela UFRN, consoante palavras da filha, na imprensa, Ligia Maria, aqui presente.

Senhoras e Senhores, em Manoel Rodrigues de Melo, o ardente coração deu cumprimento pleno às promessas do cérebro.

O que ele idealizou, foi realizado, e, o seu espírito de fé resoluto, pôde, assim, contemplar, ainda em vida, o céu estrelado de sua humana aspiração.



## EDITH PIAF: 50 ANOS DE SAUDADES

*José Eduardo Vilar Cunha<sup>5</sup>*

Os raios do alvorecer iluminavam a janela do quarto da residência Aragon, em Antibes, era uma manhã de outubro e, a pouca claridade espriada na vidraça, sinalizava o final de verão e início de outono. A estação de trem encontrava-se bem próxima da residência Aragon, onde passei minha temporada de estudos da língua francesa.

---

<sup>5</sup> Jornalista e escritor membro do IHGRN, da ACLA e da UBE.

Naquela manhã de outubro, após o “petit déjeuner”, dirijo-me a Gare Juan Le Pain, compro o bilhete do primeiro trem que saía para Cannes. Durante o rápido percurso que o trem percorre, menos de 10 minutos de trajeto, relembro Cannes, como a da cidade do consagrado festival de cinema francês. Nesse ínterim, a locomotiva para na estação, desço e, caminhando lentamente pelas estreitas ruas que dão acesso à praia, vislumbro o Carlton Hotel, que foi construído em 1911, possui estilo “Baile Époque” e é o hotel mais luxuoso da cidade.

A caminhada prossegue pela calçada da praia e, com minha digital, registro o que acho de mais interessante. De passagem por uma banca de jornal, leio a manchete estampada na primeira página do Nice-matin, “Edith Piaf, môme inoubliable”, paro, e compro o jornal.

Aqui faço um breve relato sobre a vida e a morte de Edith Piaf. Assim sendo, em 10 de outubro de 1963, Edith Piaf, aos 47 anos de idade, morre nas proximidades da cidade Grasse, a capital do perfume francês. Edith Piaf, todavia, depois de morta foi levada para Paris e enterrada no cemitério Père Lachaise, seu funeral foi acompanhado por urna multidão de franceses. Em 10 de outubro de 2013, computamos, portanto, 50 anos do seu desaparecimento.

Edith Giovanna Gassion nasceu em 19 de dezembro de 1915, no Quartier Belleville à Paris. Ela é filha de Louis Alfonse, artista contorcionista, e de Anette Maillard, cantora de rua. Edith praticamente passou toda sua infância convivendo com a pobreza. Ao término da Primeira Guerra Mundial, ela passa alguns anos ao lado de seu pai em pequenos circos. Nos anos 30 ela começa cantando nas ruas o repertório de Fréhel. Nessa época ela é descoberta por Louis Lepiée, proprietário do Cabaré Gerny's que ficava situado na Champs Elysées, em Paris. Louis Lepiée também a denominou de “La môme Piaf”, que significava “pardalzinho”, apelido adequado para urna jovem de aparência frágil e de voz poderosa. As primeiras composições musicais que ela cantou foram feitas por Raymond Asso e Marguerite Monnot. Em 1936, lança o seu primeiro disco. Em 1937, sua carreira é iniciada e Jean Cocteau a prestigia escrevendo especialmente para ela Le bei Indifférent. Em 1943, ela canta em Berlim, todavia,

depois da ocupação dos germânicos, resolve proteger seus amigos judeus da milícia e da Gestapo. Em 1956, no Carnegie Hall, em New York, Edith canta esplendorosamente e é prestigiada por pelo menos três milhões de telespectadores.

Edith Piaf teve uma vida amorosa muito tumultuada, com muitos amantes, entre eles, o comediante Paul Meurisse, Yves Montand, Eddie Constantine, o boxeador Marrei Cerdan, o cantor Georges Moustaki e por fim Théo Sarapo, um jovem cantor de 20 anos que em seguida foi seu marido, quando ela tinha 46 anos. Seus maiores sucessos foram: *La vie en rose*, *L'Hymme à l'amour*, *Milord*, *Non je ne regrette rien*, *La foule*, *Mon légionnaire*, *L'Accordéoniste*, *Mon Dieu*, *Johnny tu n'es pas un ange*, *L'homme à la moto*, *Plus bleu que tes yeux*, entre outras. De constituição física frágil, Edith Piaf, sofreu desde a infância. Com 17 anos foi mãe e com apenas dois anos de idade perde sua filha. Ela tornou-se alcoólatra e dependente de morfina para lutar contra poliartrite. Outra Tragédia de sua vida foi a perda do seu grande amor Marcel Cerdan num acidente de avião em 1949.

O povo francês tem uma verdadeira veneração por Edith Piaf, as suas músicas foram consagradas durante todo o período em que ela esteve nos palcos e, permanece por assim dizer, até os dias de hoje.





## VELHICE É UM JEITINHO DE FICAR QUIETO...

*Pedro Simões (in memoriam)*

Fui visitar um dos mais surpreendentes habitantes dos arredores da Quinta, “seu” Simpliciano, um veterano da guerra contra o tempo. Lembrava-se de quando havia completado oitenta e cinco anos, depois, perdera a conta e não tinha mais a menor ideia de quando havia acontecido esse aniversário.

Viúvo, desde quando ainda se lembrava, da finada Raimundinha, uma tênue lembrança, como uma velha fotografia obscurecida pela amarelidão do papel e pelas teias de uma aranha bordadeira, a mando do esquecimento.

Fiquei algum tempo matutando sobre a condição humana, fixando-me na velhice. Quando verbalizei a ideia, minha mulher me advertiu que “velhice” era uma palavra desrespeitosa, dura, depreciativa, humilhante. Que devia ser penalizada como preconceito. Tanto quanto “negro”.

Ora, por mais que criminalizem a expressão “negro”, ela não deixará de ser relacionada nos verbetes dos dicionários. Negro é negro, como branco é branco. Ambos são caracterizados pela falta de cor, são iguais. Se a expressão “negro” for proscrita, então que se proscruva o branco e se lhe dê as consequências pertinentes.

A ser assim, tais cores não serão utilizadas em quadros, esculturas, fotografias, utensílios. A noite e o dia serão banidos do grande espetáculo da natureza. Assim como as aves, os animais, os insetos, os frutos que se comprometerem com tais cores. Os olhos, todos os olhos. Viveremos com os olhos vazados ou os teremos monocromáticos.

Velho é velho. Nada expressa melhor essa condição. Experimente “ancião”, “idoso”, “integrante da terceira ou da melhor idade” são artifícios, cavilações, enganações. Ancião é um preciosismo, pedante e carregado de fatalidade. Acho-o agressivo e terminal, porque ele contém uma carga de inexorabilidade, como se o seu estado fosse de uma velhice inerte e inapelável.

Terceira idade não é determinante de nenhuma condição, porque há muitas seções integrantes desse estágio. Ela é generalista e injustificadamente niveladora. A partir dos sessenta o cidadão é integrante dessa terceira idade. Isso quer dizer que o “seu” Simpliciano, nonagenário (ou centenário, sei lá!) e eu somos a mesma pessoa?

Nem sei se tenho a felicidade de chegar tão longe e com certeza somos pessoas diferentes, cada um de nós distinto e com perdas e ganhos peculiares.

Por isso, prefiro a denominação tradicional de “velho”, porque a velhice compreende diversas estações – primavera, verão, outono e inverno – e etapas diversas de outras estações – a do calvário.

Depois explicarei essas metáforas. Por enquanto apresso-me em procurar “incorporar” esse estado de espírito que começa a me inebriar, sem, contudo, me envolver ainda. Mas caminho em sua direção a passos rápidos. Tenho sessenta e cinco e não sei se terei fôlego para tanta caminhada, com tanta carga me pesando sobre o lombo.

Cogito que a velhice é um jeito de ficar quieto num cantinho, olhando sem ver, míope das acontecências d’agora, clarividente das lembranças d’antanho. É andar na contramão do tempo, pedestres vários, de passinhos miúdos, olhos no relógio, como quem quer chegar a algum lugar de encontro marcado, ora o andar arrastado de quem mesmo quisesse não

poderia chegar no horário, a marcha incerta, insegura, insustentável, como transiasse num meio-fio ou no fio de uma navalha – um Carlitos bêbado.

É estar só e perdido numa imensidão de amores. Sentir-se infeliz mesmo no país da alegria. Ninguém entende que a velhice pede conformação, pacifica-se na resignação, mas nunca é prazerosa. Porque é um espanto atrás de outro, seguido de novos e constantes espantos – como um soluço renitente que o susto não extingue.

E ainda há quem diga, enfatuado ou desdenhoso, que a velhice é um estado de espírito. É que esses nunca tentaram pular um murinho de cinquenta centímetros de altura, nem impulsionar-se do chão pouco mais de um palmo para colher uma manga ou um caju; ou poder desfrutar sem restrições de um rodízio de churrasco ou de pizzas; fartar-se de cerveja ou caipirinhas, fazer o amor *au grand complet*, com pompas e circunstâncias;

É buscar o ontem, o anteontem ou o *tresontonte*, com nível e prumo, sem a necessidade de perícia ou atestado de autenticidade. Poder conduzir, no braço, mesmo que por pouquíssimos metros, o amantíssimo e cevadíssimo neto... E, meu Deus do céu!...carregar no colo, como o fez na noite de núpcias, a então doce e esbelta moçoila, agora não mais tão mocinha e já um pouco volumosa, sua companheira há dezenas de encarnações, naquela raríssima e temerária excursão ao mar encrespado de ondas.

Os mesmos teóricos da autoajuda, pregoeiros do otimismo, corrigem convenientemente o rumo da denunciada contradição, com um alerta: trata-se do espírito, meu rapaz, e não da matéria.

Querem eles referir-se a uma atitude mental, a uma postura diante do inevitável que ao menos resulte num proveito para o fatalizado, algo extraído do próprio infortúnio. Em português claro: tirar partido do flagelo, já que não há como reverter-se o quadro.

Assim, tá certo, nessas andanças eu danço o coco, marco o passo no frevo e até faço firulas nos caboclinhos.

Então vamos devagar, pelos aceiros, olho nas veredas, com cautela, uma providência tão recomendável quanto o caldo de galinha

Veterano de pequenos e grandes combates, o idoso tem atestado de herói registrado num documento intitulado “Folha de serviços”, onde se destaca um subtítulo, escrito em letras vermelhas, miúdas e tremuladas: **sobrevivente**.

(Nesse particular, a bem da verdade, deve ser dito que nem todos os velhos concordaram com esse acréscimo – alguns até ingressaram com mandado de segurança contra tal inclusão que entendem ser desnecessária, além de desabonadora ao glorioso título de combatente; outros nem, nem. Argumentam que, de fato, o seu heroísmo consiste mesmo num ato de pura resistência, de teimosia, em aceitar e disputar a duríssima prova de existir contra todas as expectativas).

Divergências à parte, ainda recebem, junto com o título, um salvo conduto que os permite andar impunes e invioláveis, catando e desfolhando manhãs e tardes baldias, que nem trevos de quatro folhas e de se licenciarem como contadores de coisas quase incontáveis – de estrelas, de estórias, de insetos abatidos pelo mata-moscas e de carneirinhos quando lhes faltar o sono. Ser caçador de cometas, de borboletas e de zig-zags.

Ser rastejador de fogo-fátuos é glória reservada a uns poucos trovadores e tocadores de pífanos.

Conquistaram com muita dificuldade o direito de serem repatriados à infância e de converterem os (bons) filhos em pais e mães; de serem teimosos, implicantes, rebeldes – sobretudo de serem sobrenaturais, invocando gente que já se encantou, retornando a um tempo que já se foi, conversando com companheiros invisíveis ou transfigurando os vivos nos personagens que lhes convierem.

Certos direitos, mesmo que lhe tenham sido contestados e algumas vezes negados, são inalienáveis.

O de falar alto e de não falarem se não quiserem, permanecendo mudos e vagos pelo tempo que quiserem. De chorarem debruçados sobre uma foto amarelada em que posaram guapos e belos, ao lado de uma legião de esquisitos dos anos cinquenta; quando ouvem na vitrola um bolero, um

tango ou um samba-canção que fale de amor e de saudade; à menção do nome próprio ou impróprio de homem ou de mulher.

Ou ainda ao sabor de um tempero caseiro ou aroma de um perfume Coty, Origan de Galy ou Chanel. Podem até chorar sem motivo aparente, eviscerando uma tristeza insuportável e sem fim.

Tem algumas coisas que pode, mas não é de bom tom. Mas pode, e deve, se a tanto chegar a sua vontade. Ou a sua necessidade.

Exemplo? Cuspir no chão, tirar meleca do nariz, aliviar as flatulências hiperativas e afrouxar as vísceras sempre que a bexiga ou o intestino os incomodarem. Andar de pijamas listrados, sem cuecas, pés descalços ou nos chinelos mal tratados de tanto arrastado, os cabelos desgrehados e barbas por fazer, as unhas retorcidas de tão grandes.

Podem xingar quem os incomode, comer com as mãos nuas, aplainar com a faca ou com os dedos a cobertura dos bolos, beber o “sobejo” dos copos alheios e usar o próprio garfo para tirar as comidas dos pratos de servir. Podem criar as estórias mais fantasiosas dando-as como verdadeiras.

Podem tudo. A idade, depoente de andadura tanta com carga no lombo, os anistia de qualquer transgressão. Só não podem o que não quiserem. Só não podem se regressarem espontaneamente à razão convencional, e preferirem ser adultos e bem comportados, embarcações nessas praias de abrolhos enganosos quais azuis e esculturais icebergs.

Latifundiários da tristeza, não deixam que dela os desapropriem. Ser triste é o que, afinal, lhes resta de mais seu e o que lhes distingue dos demais etários. Os outros são apenas sitiante, quando muito, de uma tristeza fugaz, temporária, arribaçã.

A tristeza anciã é diversa. Está encapsulada num fruto de casca muito resistente, uma carapaça fibrosa e cartilaginosa como catolé ou babaçu, coisinha miúda e poderosa com uma polpa sabor de baba de moça com pé-de-moleque. Agridoce.

No entanto, ninguém é obrigado a dela servir-se à toa, só se quiser.

Mas ser triste é preciso, tanto quanto ser alegre. São estações de trens, com partidas e chegadas. Há muita alegria e muita tristeza nas idas e vindas. Não sei se observaram que as alegrias, depois de passageiras, transformam-se em nostalgias, como acontece quando o filho de férias retorna do ou ao seu mundo.

Graças ao bom Deus, não há alegria ou tristeza terminais. Estão sempre em trânsito. É esse o nosso consolo.

O velho quer ser triste para chorar e purificar-se porque as lágrimas lavam a alma e também porque a tristeza é uma emoção mais madura, mais intensa que a sua correspondente na outra ponta do mesmo novelo de lá.

Logo não me venham falar em estado de espírito, principalmente os que não atravessaram os portais da velhice. É como o sacerdote celibatário tratando da paz familiar e da criação de filhos, ou o falastrão leigo que afirma estar montado na lei, um animal chucro que lhe é desconhecido.

Então, que venham a mim os velhinhos porque eu o sou, como tu o dissestes, precocemente portador de um estado de espírito ancião que me alcança às vésperas do meu enquadramento no Estatuto do Idoso.

Retorno à infância e pronto! A velhice se acaba.

# O 30 DE SETEMBRO E A REALIDADE HISTÓRICA

*Tomislav R. Femenick*<sup>6</sup>

*(Palestra proferida no dia 30 de setembro de 2015, na sessão magna da Loja Maçônica 24 de Junho, como parte das celebrações oficiais pela abolição da escravatura nas terras de Santa Luzia de Mossoró).*

Hoje estamos comemorando com festas o 132º aniversário da abolição da escravidão nesta terra de Santa Luzia de Mossoró. Mas será que sabemos o que estamos comemorando? Ou somente estamos participando de uma festa?

Neste século XXI, época das descobertas espaciais, quando outros planetas e outros sistemas solares começam a ser visitados por sondas terrestres, tempo das comunicações globalizadas por satélites e das guerras “limpas” comandadas a distância e programadas por computadores (guerras que mais parecem jogos de videogame, porém decisões que podem vitimar milhares de vidas); a escravidão é vista pelo mundo civilizado como uma aberração do comportamento humano ou, no mínimo, como uma herança que sobreviveu aos tempos em que os homens eram menos racionais, uma prática de povos bárbaros, limitada a regiões não civilizadas.

---

<sup>6</sup> Sócio efetivo do IHGRN.

Esta seria uma visão correta não fosse o fato de que resquícios da escravidão tenham sobrevivido até neste novo século, embora disfarçada, escondida, dissimulada.

Sabendo-se que somente fenômenos incomuns e anormalidades é que podem ser considerados como aberrações, temos, pois, que do ponto de vista histórico, desconsiderar essa classificação pelo simples fato de que, no passado de quase todos os povos do mundo, há a presença do escravismo como prática, quando não como instituição – em ambos os casos fazendo parte do “inconsciente coletivo” da sociedade humana. Os povos que não a exercitaram formam uma minoria tão inexpressiva que, do ponto de vista acadêmico, somente servem para confirmar a regra.

Passei vinte anos de minha vida pesquisando a escravidão em vinte e cinco países, em quatro continentes. Foi a base de minha dissertação de mestrado em economia, com extensão em sociologia e história. Mais tudo isso começou com a visão de um estandarte verde claro onde estava escrito Mossoró Livre, em letras que a memória me diz serem douradas, lá na antiga sede do Museu Municipal de Mossoró, no prédio do antigo Clube Ipiranga, nas minhas conversas-aulas com Vingt-un Rosado e Dona América. Ou ouvindo as histórias contadas pelo seu Terto Aires, na calçada do meu tio Padre Mota.

Mas voltemos à questão inicial: o que realmente é a escravidão? Essa é uma indagação que deve preceder a todo e qualquer estudo que trata do assunto. Daí a necessidade de se fazer uma digressão teórica sobre o assunto. Em alguns livros é comum encontrar explicações incompletas e até controversas entre si, pois este é um terreno de uma das ciências humanas, capazes de suportar posições opostas e até de negativas conjuntas, que têm por base interpretações de evidências – e as interpretações envolvem julgamento de valor, e todo julgamento é marcado por preconceitos.

Assim, nessas obras o **conceito** sobre a escravidão é genérico – geralmente simplesmente dizem que é “um sistema em que alguns seres humanos são tratados como se fossem propriedades de outros seres humanos, podendo ser vendidos e comprados”. O significado também é genérico: seria “um fenômeno que consiste em uma pessoa dispor o trabalho de outra



pessoa, sem remunera-la”. A definição, no entanto, é taxativa: “escravidão é o status do escravo, a pessoa que está sob o domínio de uma outra pessoa, portanto privado da liberdade”. É na definição do que seja a escravidão que se encontra a unanimidade: **ao escravo é negado o direito à liberdade.**

Todas as sociedades humanas aceitaram a escravidão. Até na Grécia Antiga, o berço da democracia, a escravidão era prática comum. Aristóteles, em *A Política*, desenvolveu o raciocínio de que existiam dois tipos de escravos: os legais, homens livres que foram escravizados circunstancialmente; e os naturais, aqueles que teriam nascido para serem escravos. Já na África negra, a instituição da escravidão estava intensamente arraigada à concepção de vida, à economia e à forma de pensar politicamente. No reino de Benim, além de escravizar os cativos de guerra (coisa comum em todas as sociedades escravocratas, desde a pré-história), todas as pessoas do país eram consideradas escravas do rei, até os mais importantes membros da corte.

Em síntese: a escravidão é uma categoria de relacionamento social e econômico, que tanto pode ser estabelecida pelos costumes como pela lei, isto é, pelo direito consuetudinário ou pelo status jurídico organizador de uma determinada sociedade. Sua característica primordial é reconhecer a algumas pessoas a prerrogativa de terem o direito de propriedade sobre outras, as quais podem ser obrigadas a trabalhar de forma coercitiva, para os seus proprietários. Dessa forma, o senhor apropriava-se da maior parcela do produto do trabalho do escravo, deixando-lhe apenas o necessário para sobreviver, além de poder dispor do escravo como se fosse uma mercadoria qualquer. Na forma mais radical de escravidão, o escravo é *reificado*, desprovido de sua autonomia e de sua dignidade, transfigurado, *transformado de indivíduo em coisa, em objeto*, por meio de um processo de alienação em que perde a sua qualidade de ser humano, em função da uma realidade objetiva adversa. Legalmente o *escravo é apenas mais uma mercadoria*, que pode ser adquirida por captura ou compra; após isso o dono obtém o direito de vender, penhorar, dar ou trocar por qualquer outra mercadoria ou direito, sem que o escravo envolvido na transação possa expressar ou exercer qualquer opinião ou direito.

Mas nem todos os sistemas escravagistas foram iguais. A divisão mais comum é sem dúvida a diferença entre a **escravidão antiga** (ou clássica) e a **escravidão moderna**, a das colônias americanas.

## A Escravidão Clássica

A evolução da capacidade do homem de produzir e a institucionalização da escravidão como categoria social e econômica andaram *pari passu*, simultaneamente, e, repito, não foi fato singular, existente em determinada região da terra. Ao contrário, com maior ou menor intensidade, é elemento evidenciado nos estudos históricos da maioria dos povos.

Nessa fase evolutiva da civilização, o escravismo se caracterizou pelo trabalho forçado, destinando-se a atender às necessidades comunais. O estudo dessas sociedades evidencia que uma parcela da sociedade trabalha e produz, enquanto outra somente se beneficia do resultado do trabalho do produtor direto. A distribuição e o consumo da riqueza obtidos nessas sociedades tinham proporção inversa ao esforço para obtê-los. Os produtores diretos ficavam com o mínimo necessário para continuarem vivos e trabalhando e os seus senhores recebiam o restante, a maior parte. Somente nos grandes impérios havia a produção de excedentes em maior proporção, destinados aos mercados internos e externos. Assim aconteceu na Mesopotâmia, na Suméria, no Império da Babilônia, na China, na Índia, no Egito Antigo, entre os Hebreus e na Roma Republicana e Imperial. Aconteceu também na América pré-Descobrimento entre os Olmecas, os Maias, os Astecas e os Incas.

Em quase todos esses casos, em todas essas nações, o que o escravo produzia era tão somente o necessário para suprir as necessidades imediatas dos seus senhores, pois quase não se pensava em produzir excedentes em larga escala. A estrutura econômica dessas sociedades tinha uma visão limitada ao seu território; raras eram as exceções.

## A Escravidão Moderna

O descobrimento da América deu-se em um período da história conhecido pela expansão do poder europeu, que já tinha explorado a costa ocidental da África e descoberto o caminho para as Índias. O encontro deste Novo Mundo não teria sentido para a Europa de então se não o explorasse, se dele não tirasse proveito. Primeiro, tentaram escravizar os nativos, porém teve pouca representatividade numérica, geográfica e, em alguns casos, temporal. Sem dúvida existiu no Caribe, América Central, México, Peru e no Brasil, principalmente. No Caribe, logo os indígenas foram drasticamente reduzidos; na América Central os indígenas eram pouco numerosos; no Brasil sua utilização foi limitada (ou teve relativa importância nas regiões norte e centro-sul). No México e nos Andes é que realmente superaram a escravidão negra.

No Novo Mundo, o homem criou uma sociedade nova quando construiu uma nova relação sua com a natureza, quando transformou a própria natureza em coisa nova e quando desenvolveu uma nova maneira de se apropriar dos recursos naturais, uma nova forma de se apropriar de seus produtos (produtos da natureza) e de agir sobre si mesmo. Singular é que entre os mesmos fatores que contribuíram para a formação do novo sistema escravista, a escravidão moderna, estava a cor negra da pele do escravo – fato gerador do preconceito contra os africanos e seus descendentes.

E aqui se levanta uma questão: quantos foram os escravos africanos introduzidos na América? Há tentativas de se chegar a um número plausível, utilizando-se métodos quantitativos acadêmicos aceitáveis, por grandes que sejam as variações; mas são tentativas, tão somente tentativas. A quantificação mais plausível é que tenha sido algo em torno de dez milhões. Para o Brasil vieram entre três e meio e cinco milhões de africanos. Aprisionados em sua terra natal, afastados do convívio de sua família, brutalizados nos confinamentos dos portos de embarques e na travessia do Atlântico, aqui vendidos em praças públicas como se animais fossem.

Esse novo tipo de escravidão diferenciava-se da escravidão clássica em vários aspectos, principalmente pelo grande número dos escravos e pelo

volume e destino da produção; produção em grande escala e quase toda ela voltada para a comercialização no mercado internacional. O açúcar, o rum, o algodão, o fumo, o café, a prata, o ouro produzidos na América era destinado à Europa, que os beneficiava. Alguns desses produtos, como o rum e algodão – este transformado em tecido –, também serviam como moeda de troca por novos escravos na África, escravos que eram trazidos para a América para produzirem mais açúcar, mais rum, mais algodão, mais fumo, mais café, mais prata, mais ouro. Em resumo: mercadorias europeias eram levadas para a África onde eram trocadas por escravos, que eram trazidos para a América, onde em trocados por produtos das colônias que eram levados para a Europa, onde o ciclo se completava e tudo se reiniciava. Havia variantes desse triângulo. Produtos das Antilhas iam para as colônias inglesas da América do Norte e vice-versa. Produtos brasileiros iam para a África. Negros eram reexportados das Antilhas para as Colônias do Norte ou para a América do Sul, ou em sentido inverso. Entretanto, o tráfico sempre esteve no âmago do pacto colonial: estava inserido na transferência de renda da colônia para a metrópole; impulsionou a acumulação capitalista primitiva; foi um instrumento do desenvolvimento da América e, principalmente, da Europa; um instrumento do atraso, da pobreza, do despovoamento e de martírio para os povos da África negra.

### **A escravidão em Mossoró**

Reli recentemente alguns textos de novos historiadores sobre o fenômeno da escravidão em Mossoró. Notei que em uns poucos deles desponta-se não uma tendência, porém uma presunção, de dessacralização do movimento abolicionista que teve a sua eclosão naquela memorável reunião de trinta de setembro de 1883 e na mensagem mandada ao senhor imperador, dizendo que, nesta terra, todos são livres mesmo contra sua vontade – poderiam ter poeticamente completado, “como é livre o vento sussurrante nas palmas dos carnaubais”.

Esses novéis contadores de história devem ter lido apressadamente alguns trechos de livros sobre teorias marxistas e se empolgaram com os

conceitos mais divulgados – e por isso mais fáceis de compreender – sobre os conceitos de *modo de produção* e do *etapismo* leninista-stalinista. Do primeiro pinçaram a noção de que “todo modo de produção possui em si mesmo as contradições que levarão à sua substituição por um processo mais avançado”. Do etapismo aceitaram a versão de que os modos de produção evoluem de forma ordenada do comunismo primitivo ao comunismo científico (seja lá o que isso for), coisa que Marx nunca disse em parte alguma. Esses estudiosos geralmente fazem “releituras” sobre assuntos particulares que, via de regra, nada mais são que tentativas de desvalorizar fatos maiores em troca do destaque de outros assuntos que, se algumas vezes também importantes, não têm fôlego para sobrepujar o âmago da questão.

Um forte argumento dessa nova história é que as atividades econômicas desenvolvidas na Mossoró da segunda metade do século XIX prescindiam da mão de obra escrava, pois aqui seria um *empório comercial*. De fato, o modo de produção econômica de nossa região não estava centrado na mão de obra escrava, que era periférica ou senhorial, caseira, de prestação de serviço à casa dos senhores. Isso não quer dizer que não houvesse escravos nas plantações de algodão, nas salinas e nas fazendas de criação de gado. Havia sim, porém eram em pequeno número.

O mesmo aconteceu em nosso Estado. Segundo Paulo Pereira dos Santos – meu colega na diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – em 1600, quando a primeira Sesmaria foi concedida, seu beneficiário João Rodrigues Colaço usou “escravos vindo de Guiné”, cuja “presença foi constante no processo produtivo” da província, porém em outras regiões que não o oeste. No entanto, os portos de desembarque desses trabalhadores eram Mossoró, Areia Branca e Macau. Essa carga humana era procedente da África (em menor número), do Maranhão e de Pernambuco. Desses pontos os africanos e seus descendentes eram levados para o agreste e o Seridó. Porém, as condições geográficas desses lugares propiciavam que houvesse muitas fugas de cativos.

Por outro lado, o Rio Grande do Norte não dependia totalmente da força de trabalho escrava para o seu desenvolvimento. Em 1811, a Província possuía uma população de 49.250 habitantes, dos quais 8.072

eram negros; poucos alforriados. Em 1835, o número de negros subiu para 12.363, porém já com 6.247 libertos; a metade.

O mesmo fenômeno aconteceu com Mossoró, que nunca foi uma sociedade predominantemente escravocrata do ponto de vista econômico; somente o aspecto social da escravidão aqui houve em destaque. Em 1862, havia no Município 2.493 habitantes, dos quais somente 153 eram escravos, cerca de 6% das pessoas. A cidade não era produtora de cana-de-açúcar e não possuía engenhos, as lavouras de algodão (diferentes de outras regiões) não usavam grande número de escravos e a pecuária exigia pouca mão de obra. Em junho de 1883, ano da abolição, havia 126 escravos em nossa terra; 40 foram alforriados em 13 junho e 86 em setembro, do mesmo ano.

Mesmo pouca a mão de obra escrava não deixava de ser fonte de lucros. Segundo Câmara Cascudo, “em Mossoró diversas casas comerciais tornaram-se compradoras de escravos, destacando-se entre elas a Mossoró & Cia, do Barão de Ibiapava”.

## A Abolição

A abolição da escravatura em Mossoró deu-se no movimento abolicionista nacional, grandemente influenciado pelos acontecimentos do vizinho Estado do Ceará. Nessa época, o parlamento imperial, pressionado pela opinião pública e por algumas lideranças políticas, discutia leis que pregavam a abolição imediata, outras que eram totalmente contrárias e outras mais que queriam uma “abolição gradativa”.

Enquanto isso a sociedade civil se organizava contra a escravidão: Em 1880, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e outras figuras importantes criaram, no Rio de Janeiro, a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*. Também no Rio, filósofos como Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, se engajaram na campanha. Em São Paulo, o advogado Luís Gama, um ex-escravo, transformou-se em um dos maiores heróis da causa emancipadora. No Recife, os alunos da Faculdade de Direito fundaram uma

associação abolicionista, da qual eram sócios Castro Alves, Rui Barbosa, Aristides Spínola, Plínio de Lima, Regueira Costa.

## **A Maçonaria e a Abolição**

A Maçonaria teve participação destacada e decisiva na campanha pela abolição da escravidão no Brasil. Isso é comprovado pelo fato de que quase todos os principais líderes da abolição eram maçons. José Bonifácio, o patriarca da independência e pioneiro da pregação da abolição; Eusébio de Queirós; que aboliu o tráfico de escravos; o Visconde do Rio Branco e outros abolicionistas como Luís Gama, Antônio Bento, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Silva Jardim e Rui Barbosa eram maçons. Os maçons David Canabarro e Bento Gonçalves deram exemplos práticos de abolicionismo quando, em 1839, declararam a emancipação de escravos, durante a Guerra dos Farrapos.

A história abolicionista da Maçonaria de Mossoró vem de 1875, quando passou a vedar a iniciação em seus quadros de pessoas que fossem comerciantes de escravos. Antes disso, no ano anterior o maçom Jeremias da Rocha Nogueira já propugnava pela “emancipação dos cativos”. No dia 24 de dezembro de 1882, como em datas anteriores, no templo maçônico foram entregues cartas de alforria para alguns escravos, fruto do “fundo de emancipação”. Segundo o Historiador Raimundo Nonato: “A Maçonaria de Mossoró foi a grande incentivadora do grande movimento Libertário, em Mossoró”.

## **O 30 de setembro**

Muito já se disse sobre os acontecimentos do dia 30 de setembro de 1833, em Mossoró. Muito já se contou sobre a sessão solene que quebrou os grilhões que prendiam a terra de Santa Luzia à aberração da escravidão. Muito já se falou sobre os homens que deram aquele grito de liberdade. Por isso é-nos limitada a abordagem de assunto tão nobre, porém já tão conhecido. Então, acho que é mais recomendado analisar a conjuntura daquele momento.

A ideia de libertar os escravos – mesmo sem chancela de uma Lei ou qualquer outro instrumento legal em nível do Império – teve início no Ceará nos anos de 1970 e se propagou mais intensamente a partir do início da década seguinte. As libertações dos escravos se iniciaram por Acarape, no dia 1º de janeiro de 1883, que emancipou 116 escravos; depois vieram outras, como em Paracatuba, São Francisco, Barurite, Icó, Fortaleza, por exemplo.

Segundo Emanuel Pereira Braz,

no momento imediatamente anterior à abolição dos escravos nesta cidade, a propagação do movimento não encontrou proprietários de escravos receosos de perderem seu patrimônio, ou exigindo indenização para libertar seus escravos. Não há registros de depoimentos de políticos no âmbito local que fossem contrários ao abolicionismo.

O que se encontrava aqui era a difusão de uma consciência libertária tanto é que nenhum senhor de escravo questionou a abolição ou pressionou por indenização.

Em Mossoró, a ideia de libertar os escravos se consolidou no decorrer de uma homenagem, que teve lugar em dezembro de 1882, prestada pela Loja Maçônica 24 de Junho a Romualdo Lopes Galvão pelo seu casamento com Amélia Dantas de Souza Melo, acontecido no dia 5 do mesmo mês, em Fortaleza. Dona Amélia era portadora de uma “prancha” da Maçonaria cearense endereçada aos maçons de Mossoró, propugnando a participação de todos na luta emancipadora. No dia 06 de janeiro de 1883, a “Sociedade Libertadora Mossoroense” foi instalada, na Câmara Municipal, que funcionava do edifício da Cadeia Pública, hoje Museu Lauro da Escóssia.

Segundo o historiador Geraldo Maia, a Sociedade Libertadora estabeleceu uma meta para alcançar seu objetivo de libertar todos os escravos



que viviam em Mossoró. “Foi instituído o 30 de setembro para que até esse dia os 86 escravos que aqui existiam fossem libertos”.

Diz, ainda, Geraldo Maia:

Um ponto interessante é que aqui na cidade, os escravos libertos continuaram vivendo nas fazendas, não mais como cativos, e sim como funcionários, remunerados. Ou seja, foi um movimento organizado, diferente do aconteceu com a Lei Áurea, quando os escravos foram expulsos das fazendas, tornando-se marginalizados.

Desde 1913, através da Lei nº 30, o dia 30 de setembro foi declarado feriado municipal e, desde então, passou a ser a grande data cívica mossoroense. Em recente reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Almino Afonso Neto (ou Almino Monteiro Álvares Affonso), ex-ministro, deputado federal e vice-governador de São Paulo, disse que esse é um fato único: uma cidade comemora como sua data não o dia de sua emancipação política, mais a sua emancipação social, a libertação dos seus antigos escravos.

Mas devemos preencher uma lacuna que sempre acontece: grande número das comemorações do dia 30 de setembro parece se esquecer do Clube do Spartacus e da figura de Rafael Mossoroense da Glória, seu presidente. Após a abolição, nossa cidade passou a ser o destino preferencial para os escravos fugidos e que viviam em regiões escravocratas. A lei garantia aos senhores de escravos, a devolução dos seus cativos, que, além do mais, por isso poderiam ser castigados. Aqui está uma das muitas contradições do regime escravocrata: a legislação era, em sua essência, totalmente dual. Negava ao escravo os direitos das leis, sob a desculpa de que o seu estado de reificado tirava-lhe a condição de cidadão, ao mesmo tempo em que lhe exigia os deveres das leis, sob a alegação de que sua condição de “ser” assim exigia.

Visando dar cobertura aos escravos fugidos, foi criado o “Clube dos Spartacus”, que tinha por objetivo dar guarida e refúgio aos escravos que

aqui chegavam escapando das amarras de seus donos e, mais importante, evitar que os seus donos ou os capitães de matto os descobrissem. Esse clube era a tropa de elite dos abolicionistas e tinha um ex-escravo como presidente, Rafael Mossoroense da Glória, e como secretário seu antigo dono, Alexandre Soares do Couto.

Senhores, senhoras,

Todo o movimento que desembocou no que hoje chamamos simplesmente de “30 de setembro”, tinha como fulcro, a parte essencial e mais importante, uma simples palavra: liberdade. Liberdade é condição daquele que não se acha submetido a qualquer força física ou legal, é condição daquele que não é cativo ou que não é propriedade de outrem, é a faculdade de decidir ou agir segundo a própria determinação.

Segundo a filosofia, liberdade é um conjunto de direitos, inerente ao indivíduo, de exercer a sua vontade dentro dos limites da lei. De acordo com a ética, a liberdade está relacionada com responsabilidade, uma vez que um indivíduo tem todo o direito de ter liberdade, desde que essa atitude não despreze a liberdade dos outros, não ultrapasse os princípios da ética e da Lei.

Mas será que isso explica realmente o que é essa coisa chamada liberdade? Não. Acho que não. Liberdade é um sentimento sublime que se deve saber que existe, mas que não se deve ter necessidade de nela pensar – a não ser de forma acadêmica ou em solenidades como esta. A humanidade somente pensa na liberdade quando dela sente falta. A liberdade é como as borboletas, os anjos os santos, algo diáfano, delicado e que se deve preservar com carinho; mas com todo o afincamento possível. E devemos nos lembrar de que sempre que a liberdade do outro desaparece, a nossa está ameaçada.

Meus senhores e minhas senhoras,

Felizes de nós que nascemos no chão deste “país de Santa Luzia de Mossoró”, que recebemos por herança a pira da liberdade, da cidadania. Felizes de nós que temos heróis a quem cultivar. Felizes de nós que sabemos que a liberdade é uma chama quase efêmera e que para sobreviver necessita de uma vigilância sem trégua; agora não contra a escravidão, mas contra

os arrotos dos governos autoritários, o aparelhamento do Estado, o tratamento desigual dos códigos e trâmites legais, os privilégios classistas e das autoridades e elites impuníveis. Todo dia é dia de luta. Bravos são aqueles dentre nós que a vigiam; que zelam pela liberdade.



# SAUDAÇÃO A NILSON PATRIOTA, POETA DE TOUROS

*Nelson Patriota*<sup>7</sup>

*(Palestra proferida no dia 19 de junho de 2008, por ocasião do lançamento do livro  
Noturno de Touros, de Nilson Patriota, na Livraria A. S. Livros)*

No futuro, algum crítico metuculoso e perspicaz, um discípulo de Manoel Onofre Jr., possivelmente, dirá, ao se referir à obra do escritor Nilson Patriota, entre outras coisas, que a ele aborrecia a repetição. De fato, desde o lançamento de *Voo de Pássaro*, crônicas, em 1979, outros cinco títulos lhe sucederam: *Itajubá esquecido* (ensaio, 1981), *Um gosto amargo de fim* (romance, 1986), *Uma canção ao amanhecer* (contos, 2000), *Touros, uma cidade do Brasil* (estudo histórico, 2000) e *Noturno de Touros* (poesia, 2006). Dir-se-ia que Nilson Patriota percorreu quase todo o ciclo dos gêneros literários. Falta-lhe, certamente, uma obra dramática, mas quem sabe dentro de mais alguns anos ele venha a publicá-la. Ou, possibilidade não menos provável, recomece o ciclo, com um novo romance ou uma reunião de crônicas e artigos.

---

<sup>7</sup> Sócio efetivo do IHGRN.

Hoje, porém, o personagem que está sob o foco deste sarau é o poeta do *Noturno de Touros*. E antes de falarmos na sua poesia, vale chamar a atenção para uma curiosidade que cerca esse singular noturno praiano. Trata-se de um livro que incorpora sua própria crítica, e não importa se encomiástica ou o quê, é um apêndice que está definitivamente ligado ao destino desse livro que, inegavelmente, sai enriquecido com as apreciações e comentários de seus pares. Refiro-me a Diógenes da Cunha Lima, Dorian Gray Caldas, Sanderson Negreiros, Paulo de Tarso Correia de Melo, João Batista Pinheiro Cabral, Luís Carlos Guimarães, Tarcísio Gurgel, Silvio Caldas, Veríssimo de Melo, Olavo de Medeiros Filho, Monsenhor João Penna Filho e este que lhes fala. Por que tantos comentaristas? Com certeza, por se tratar de um texto denso, rico, que estimula a observação e deleita o espírito. Ou, dito de outra forma, é fácil extrair beleza da própria beleza, verdades poéticas da verdade poética que ele recende.

De fato, a paisagem tourense, tão ricamente mapeada na poesia de Luís Patriota e nas canções de Porto Filho, é o substrato que anima esse demorado e amoroso olhar que Nilson Patriota lança sobre a sua terra, depois de tê-la escrutinado minuciosamente, com a lupa do historiador, em obra anterior. A coincidência de temas no *Noturno de Touros* e no *Livro das Jangadas*, este último de Luís Patriota, que o publicou em 1936, comporta um rico material para um estudo de poesia comparada. Ao compartilhar a paisagem tourense com seu tio Luís, Nilson convida a essa reflexão, do mesmo modo como o ratifica nas inúmeras ocasiões do seu *Noturno* em que invoca seus ancestrais. Mas esta é uma tarefa para outra ocasião.

Em Touros o mar me espreita  
 Com os olhos de minha mãe  
 E a mirada de meu pai.

Nesse terceto final do poema intitulado “Mar de Touros”, Nilson resume o espírito que domina seu *Noturno*: a nostalgia da infância no convi-

vio com seus pais, parentes, amigos e até antepassados, tema desenvolvido com perfeição no poema “Minha gente”. Aqui, o poeta realiza um sonho que o romancista que traz em si não conseguiu: escrever um livro sobre a história de seus pais. Na poesia, porém, esse sonho se materializou.

Note-se, a propósito, a mestria com que o poeta encerra sua reflexão/confissão: “Debruçado sobre vórtices e abismo / Onde antepassadas sombras se ocultam / Vez por outra sonâmbulo me encontro / Perdido em labirintos de assombros / Onde seus pesadelos me espreitam / E acabam se misturando com meus sonhos”.

Mas é no poema “Noturno de Touros” que jaz a síntese modelar que dá nome ao livro. Épico conciso, nele, sonho e realidade se conflagram, disputando o butim de pérolas que o poeta subtraiu sub-repticiamente à sua cidade, como um antigo bucaneiro com parentesco com improváveis fenícios; numa hipótese mais realista, o poeta foi aquinhoado pela alma suntuosa e milenária de uma Touros particularíssima com as pérolas que disseminou negligentemente no seu *Noturno*, como seu legítimo herdeiro da mesma estirpe de onde provieram Porto Filho, Luís Patriota, Chico Brito, e um Itajubá que jazia esquecido até que ele o revivesceu com seu toque de Midas.

Dirigindo-se a um interlocutor indeterminado, lançando mão de um recurso estilístico que atualiza a poética dialógica, o eu lírico do poeta abre o poema com um indagativo: *Ouves?* A próxima estrofe, porém, se inicia com o imperativo: *Ouve*, depois *Escuta*, formas que se alternam na abertura das estrofes. Mas o que leva o poeta a fazer tais exortações? De início, para chamar a atenção do interlocutor/leitor para a especial configuração estelar da noite; logo um cantor ensaia um verso *de uma dorida canção*; furtivas sombras já se movem, indicando que algo surreal está a ensaiar sua aparição. Finalmente os boêmios se aproximam (o local, percebemos, é a Igreja do Bom Jesus), atraídos pelo concerto improvisado por espectros virtuosos que, a pouco e pouco, são enumerados: Nonhô, Antônio Carolino, Nelson, seu pai, e Luís Patriota, seu tio, Porto Filho, Chico Brito, Pereira e José de Paula, Zé Aeroplano, Nequinho de Regina, Zé Antão, Eduardo Medeiros, Caracua, Júlio Maria, Arlinda, Neide Penha. Súbito, esses mortos ganham uma segunda vez e iniciam um concerto alucinante

de vozes e instrumentos diante de um templo impassível. O poeta assim descreve esse momento:

A plateia se extasia  
E troca vária impressão  
Aplaudindo a maestria  
De músicos prestigiados.  
Vejo Antônio Carolino  
Repicando uma modinha,  
Patriota, o Nonhô,  
Que satisfeito ponteia  
Sobraçando um violão.  
Sentindo-se compensado  
De ver ali tanto gente  
Que há tempo não avistava  
Pois ausente se encontrava.  
Que gente? – tu me perguntas  
E eu então te respondo:  
- os boêmios do passado,  
que em noites de lua cheia  
harmonizavam a cidade.  
– Eles, porém, já morreram  
(dizes com certo sobrosso).  
E por isso eu te respondo:  
– eles não morreram, não.  
Pois não morreu quem ainda  
Faz despertar os neurônios  
Daqueles que não esquecem  
O tempo bom que passou,  
Quando alma tinha a cidade  
e vivia decantada  
por felizes corações.



No universo da poesia um encontro de seresteiros do passado é um acontecimento perfeitamente normal. É o que o poeta tenta dizer na última estrofe do seu *Noturno*:

Vês?  
 Agora a lua sai  
 E a serenata volta ao espaço.  
 Estou observando e só agora compreendo  
 Que estive dormitando, a sonhar...  
 Houve mesmo serenata?  
 Houve, sim.  
 A serenata em Touros  
 Jamais se acabará.  
 Pois basta que alguém almeje  
 Para fazê-la voltar.  
 Bendito alvorecer de minha vida!  
 Ah, serenatas de minha meninice!  
 Quanto encantamento!  
 Quanta graça!

Em seu longo poema, que é um preito em louvor da gente de Touros, Nilson reata os laços que o tempo, o corrosivo tempo das intempéries, ameaçava elidir.

Apoiado nos ombros dos poetas de sua terra, Nilson Patriota sai do seu *Noturno de Touros* com a alma banhada nas águas espirituais do Maceió e sob as bênçãos do Bom Jesus.

**Dois faróis** – A poesia do *Noturno de Touros* é de tal maneira analógica que repercute um outro livro, publicado em 1936, ou seja, 70 anos atrás. Aludimos ao livro *Poema das Jangadas*, de Luís Patriota, tio de Nilson Patriota e meu pai. Falamos em analogia porque nesse livro já aparecem alguns dos temas que seriam desenvolvidos no *Noturno de Touros*: o farol

de Touros, seu rio, seu mar, seus mangues, seus coqueirais e, onipresentes, habitantes reais ou imaginários que povoaram aquele vilarejo à beira-mar. É desnecessário dizer que ambos os poetas nasceram nessa praia e dela fizeram sua Pasárgada, seu porto seguro sempre que algum eclipse se interpôs entre eles e seu mundo. Nesse aspecto, ambas as obras como que dialogam e se iluminam mutuamente, nas inúmeras analogias que as aproximam. Gostaríamos de nos deter nas duas visões do Farol do Calcanhar, a de Nilson Patriota e a de Luís Patriota.

Nilson o cantou assim:

## O FAROL

**Nilson Patriota**

*Para Paulo Ernesto*

Seu lampejo vai longe,  
Furando a treva profunda  
Que se abate sobre o mundo  
Em noites de tempestade.  
O seu lampejo é constante  
E rápido como um raio,  
Dando esperança aos que viajam  
De barco ou de jangada,  
De transatlântico ou cargueiro,  
Sobre o abismo marinho  
Tempestuoso e convulso  
De certas noites fatais.  
Todo o tempo o farol passa  
Devotado ao timoneiro  
Que perdido se debate  
Entre perigos e ciladas

Na vastidão sem limite  
De onde só se regressa  
Em perfeita segurança  
Quando o relance do lume  
Indica o rumo da terra.

Desde o tempo de menino  
Aprendi a admirar  
A missão de salva-vidas  
Do Farol do Calcanhar.  
Antes era “Olho D’Água”  
Bem menor, porém leal,  
Feito arauto lampejando  
Para o nauta conduzir  
(Sem nada ao mesmo cobrar)  
Através do corredor  
De urcas e de escolhos  
Dos baixios de São Roque,  
Da parede e dos parrachos.  
Dos mil perigos do mar.  
O farol, facho altaneiro,  
Com segurança conduz  
O destemido marujo  
Que em noite de tempestade  
Corcoveia sobre as vagas  
E vai seu barco levando,  
Cumprindo árdua missão  
De viajar noite e dia  
Para os pontos cardeais.

## O FAROL

**Luís Patriota**

Alto, da noite ao fundo isolamento  
– como um grito de luz solto nos ares –  
O foco do farol, entre cismares,  
Brilha e rebrilha em suave movimento.

De súbito, qual lâmina que os mares  
Corte, num golpe rápido e violento,  
Ele, afrontando calma e vento,  
Projeta imagens de ouro e de luares.

Sentinela, a vigiar da noite enorme  
O fantasma esquisito e temeroso,  
Ei-lo de pé; não se distrai nem dorme...

Através da escuridão pestanejando,  
O farol sintetiza misterioso  
Fogo-fátuo nos ares se librando...

Dois estilos separam os dois poemas unidos em torno do motivo comum. O de Nilson, descritivo e analítico, o de Luís, denso e compacto. No primeiro, reina uma tranquilidade confiante no poeta para quem o farol é um ícone do progresso, um mensageiro da luz; no segundo, o farol é visto sob a forma de um Adamastor recolhido ao fundo da noite, ou ainda, numa incontornável metáfora, “um grito de luz solto nos ares”. Outros predicativos que lhe atribui o poeta de *Poema das Jangadas* é “sentinela da noite enorme” e “fogo-fátuo nos ares se librando”. Dois poetas, dois estilos e o mesmo encantamento fresco e perene da poesia.

Muito obrigado.

# UM PEDAÇO DA MINHA VIDA

*Carlos Roberto de Miranda Gomes<sup>8</sup>*

**E**stou no caminho dos meus 115 anos, pois nasci no dia 29 de março do longínquo ano de 1902, quando governava o Estado do Rio Grande do Norte o mecenas potiguar Augusto Frederico de Albuquerque Maranhão, numa reunião realizada no salão da biblioteca do velho Atheneu.

Os meus tutores iniciais foram os cidadãos: Presidente: Dr. Olympio Vital; Vice-Presidente: Dr. Alberto Maranhão; 1º Secretário: Dr. Pinto de Abreu; 2º Secretário: Dr. Luiz Fernandes; Orador: Desembargador Meira e Sá; Tesoureiro: Dr. Veríssimo de Toledo.

Ao longo do tempo ganhei alguns abrigos – em 03 de maio de 1903 no prédio da Intendência Municipal, hoje Prefeitura Municipal do Natal; depois passei para o imóvel da Rua 13 de Maio (hoje Rua Princesa Izabel), nº 640. Em 1906, o Governador Augusto Tavares de Lyra, um dos meus cuidadores, construiu um edifício para servir como minha casa, localizado na Rua da Conceição, nº 622, que dividiu com o Superior Tribunal de Justiça até 3 de maio de 1926, mudando-se para outro prédio na mesma rua da Conceição nº 577, ali permanecendo até 1938, quando o então Presidente da minha casa, escritor Nestor dos Santos Lima, obteve do In-

---

<sup>8</sup> Escritor e sócio do IHGRN.

terventor Federal Rafael Fernandes Gurjão a permissão para retornar para o edifício de nº 622, que se tornou o meu abrigo definitivo, conforme os Decretos nºs 503 e 543, de 07 de junho e 22 de agosto de 1938, respectivamente.

Cuidaram de mim, desde o meu nascimento, os cidadãos: Doutor Olympio Manoel dos Santos Vital (de 1902 a 1910); Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos (de 1910 a 1916); Coronel Pedro Soares de Araújo (de 1916 a 1926); Desembargador João Dionisio Filgueira (1926 – período para complementar o mandato em face da renúncia do Coronel Pedro Soares); Desembargador Hemetério Fernandes Raposo de Melo (de 1926 a 1927); Doutor Nestor dos Santos Lima (de 1927 a 1959); Doutor Aldo Fernandes Raposo de Melo (de 1959 a 1963); Doutor Enélio Lima Petrovich (de 1963 a 2012); Jurandyr Navarro da Costa (de 2012 até 2013, em complementação do mandato do seu antecessor, que faleceu no dia 06 de janeiro de 2012); Valério Alfredo Mesquita (desde 15 de março de 2013 até 29 de março de 2016), e agora sob o comando do escritor Ormuz Barbalho Simonetti, até 2019.

Abrijo dentro de mim uma grande riqueza em documentos, obras de todos os matizes, dizem que mais de 50.000 títulos, relíquias, enfim, a história da nossa terra, num período que corresponde ao Brasil Colônia até os dias atuais da República.

A população do Estado não me conhece em sua integralidade, apenas alguns mais curiosos e ávidos de conhecimentos das nossas raízes me procuram e tiram de mim a seiva de que carecem para alimentar os seus conhecimentos.

Entretanto, numa atitude absolutamente incoerente e incompreensível, nada ou quase nada fazem por mim, não ajudam a curar as minhas feridas, não ofertam recursos suficientes para a minha sobrevivência e me deixam em estado de inanição.

Se estou vivo, devo à abnegação de poucos cidadãos, que cuidam de mim nas horas vagas, pois nada ganham para isso e ainda têm que repartir o seu próprio pão para que eu não morra de fome, com a ajuda de servi-

dores emprestados pela Fundação José Augusto e eventuais prestadores de serviços.

Estranhamente, no entanto, sou apontado como pessoa ilustre, indispensável, carro-chefe da vida histórica do Estado, visitado por intelectuais, autoridades, estudantes, pesquisadores, e por curiosos, e até tive o reconhecimento como de utilidade pública pelo Governo do Estado através da Lei nº 303, de 18 de novembro de 1911, e pelo Município de Natal, pela Lei nº 6.467, de 17 de setembro de 2014.

Alguns poucos, vez por outra, aceitam formar um mutirão para amenizar as minhas dores, em torno de 200 pessoas, embora que mais da metade venha esquecendo de trazer os mantimentos e eu continuo sofrendo dificuldades.

Não tem sido esquecida a convocação de todos os parlamentares federais, estaduais e da cidade do Natal a consignarem ajudas oficiais. O resultado é surpreendente, isto é, apenas cerca de 10% tiveram sensibilidade para me ajudar e alguns, para minha honra, têm feito visitas, deixando-me infinitamente feliz.

Assim, vivo de pequenas subvenções obtidas do Poder Público, ora na Prefeitura da cidade, Assembleia Legislativa, Câmara dos Vereadores de Natal, Governo do Estado (SEEC e FJA) e, com mais assiduidade, de entidades corporativas da iniciativa privada, como a FECOMÉRCIO e a Federação das Indústrias, além das ajudas individuais esporádicas. Até modernizaram a minha forma de viver, atualizando o meu regramento com a aprovação de novo Estatuto em 02 de maio de 2012.

Recentemente, recebi um novo aliado – o Poder Judiciário Federal, que tem me proporcionado substancial ajuda, juntamente com a CO-SERN, que resolveu patrocinar as publicações da minha história e também da terra potiguar. Esse exemplo tem despertado a atenção de outras entidades, que já me olham com algum carinho.

Tenho sido sistematicamente vitimada por furtos de equipamentos que ajudam a minha segurança e também de retirada indevida de pedaços dos meus pertences, sem qualquer cerimônia.

Andaram querendo me dar um banho e retirar a poeira que danificam o meu corpo, mas um “amigo oculto”, à sorrelfa, foi se queixar ao órgão que vela pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e ele teve de intervir junto aos meus zeladores, fazendo a devida vistoria e decidindo pela continuidade dos primeiros socorros, embora continue muito rigoroso com a minha atuação, fazendo intervenções periódicas, a quem rogo um pouco mais de piedade.

Não sei o que será feito contra os que vêm ousando dificultar a minha caminhada. Aliás, existe um pelourinho na minha entrada, que ainda poderá ser usado. O denunciante anônimo vai continuar distante de mim? pois até desejaria conhecê-lo.

Houve até quem dissesse que eu já tinha vivido demais e esgotado a capacidade de servir.

### MEU DEUS, O QUE SERÁ DE MIM?

Apesar de tudo tenho sido prestigiado com algumas festas em nosso jardim, que recebe o nome ilustre de Vicente de Lemos, e também temos merecido guarida na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e na Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, no Centro Pastoral Dom Heitor de Araújo Sales, no nº 615 da mesma rua da Conceição.

Sempre que resolvem me considerar, a casa fica cheia de autoridades, muitos amigos e companheiros e até a Banda de Música da Gloriosa Polícia Militar vem prestigiando as minhas realizações e a Prefeitura de Natal não descarta da iluminação, em perfeita sintonia com a segurança. Fico feliz.

Registro, com orgulho, os meus novos moradores, que tiveram seus nomes sufragados nas últimas eleições: Presidente: Ormuz Barbalho Simonetti; Vice-Presidente: Roberto Lima de Souza; Secretário Geral: Odúlio Botelho Medeiros; Secretário Adjunto: Francisco Jadir Farias Pereira; Diretor Financeiro: Augusto Coêlho Leal; Diretor Financeiro Adjunto: José Eduardo Vilar Cunha; Orador: Francisco Honório de Medeiros Filho; Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu: Claudionor Barroso Barbalho. Conselho Fiscal: Eider Furtado de Mendonça e Menezes, Tomislav Rodrigues Femenick, Edgar Ramalho Dantas, Membros Titulares e Eduardo Antônio



Gosson, Membro suplente, como também a chegada de novos amigos que pretendem me ajudar.

Aproveito e exponho um antigo retrato da minha adolescência.



Obrigado a todos.

Respeitosamente,

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, apelidado de Casa da Memória.



# FÉ NO FUTURO

*Edgard Ramalho Dantas<sup>9</sup>*

*(Discurso de paraninfo dos engenheiros civis da UFRN – período letivo de 2008.2)*

A semana de Solenidades da Formatura da Turma de Engenheiros Civis concluintes do Período 2008.2, iniciada em 21 de março de 2009, culmina hoje, 26 de março, com esta Cerimônia de Colação de Grau a qual tenho a Honra Maior de Parainfar.

Tem esta data primeira especial significação na minha formação e vida pessoal.

Há 100 anos, precisamente em 21 de março de 1909, Manoel Dantas, meu avô paterno, pronunciou no Salão Nobre do Palácio Potengy, a Conferência *Natal Daqui a Cincoenta Anos*.

Levada ao ridículo pela oposição ao Governo de Alberto Maranhão, foi considerada uma fantasia por outros, no entanto, teve o seu texto reeditado inúmeras vezes e, hoje se constata, 100 anos após, ser a sua Natal antevista não um sonho, não um exercício de futurologia.

*Natal d'aqui a cincoenta anos* é, sim, o produto do raciocínio intelectual de um homem de visão, com sólida formação científica e espiritual,

---

<sup>9</sup> Professor e escritor, sócio do IHGRN.

inteiramente atualizado com a ponta do conhecimento de então e, principalmente com a Ficção Científica, capitaneada na Europa por Jules Verne (1828-1905) e Albert Robida (1848-1926).

Manoel Dantas antecedeu a conferência de 1909 com dois artigos, publicados em *A República* em junho de 1900, epigrafados de **FÉ NO FUTURO**, em ambos antevendo que as Secas periódicas que assolavam nosso Estado poderiam ser enfrentadas, poderiam ser vencidas, afirmando: “[...] quando o povo sertanejo compreender que na irrigação artificial está a riqueza, ela será explorada como um negócio lucrativo, aparecerá o esforço coletivo das associações e, virão os grandes reservatórios e os poços artesianos. Questão somente de tempo”.

E, em 3 de Janeiro de 1901, com um novo artigo em *A República* saúda o século XX, afirmando: “Entre todos os povos do mundo civilizado, surge o Século XX com a nota alviçareira da esperança e do progresso. O ar líquido, os fluidos, a própria vontade, são forças que estão em via de uma aplicação prática. Imagine-se o que será a humanidade de posse de tais elementos!”.

No ano de 1959, minha família republicou “Natal daqui a Cincoenta Anos”.

Com certeza, então, não era a Natal de hoje, que ainda tinha suas marcas e tintas provinciais.

Os cursos superiores eram iniciantes e poucos, e quem almejasse uma formação melhor e diversificada, só poderia ir para um lugar; Ir embora!!! Foi o meu caso.

Foi o ano em que parti de Natal para estudar Geologia em Recife.

Muitos não voltavam; outros como eu, voltaram.

E, com Fé no Futuro, construímos e construiremos essa cidade do Natal, essa Universidade Federal, esse Estado do Rio Grande do Norte, essa Região Nordeste do Brasil, que de hoje em diante recebem vocês, novos Engenheiros Civis, para compartilhar o comando do seu destino e do seu futuro.

Com muita Fé.

# DISCURSO DE POSSE DOS NOVOS SÓCIOS DO IHGRN – 29/03/2016

*Horácio Paiva<sup>10</sup>*

Senhor Presidente,

Senhores Diretores,

Cidadãos e cidadãs presentes a esta solenidade.

Várias são as linguagens do aprendizado existencial. E algumas frases trazem o efeito dessa ilustração: “A história é a mestra da vida” (Cícero); “A filosofia é uma preparação para a morte” (Sócrates); “A arte justifica o sofrimento da vida” (Schopenhauer).

Ocorre que fui designado para falar, neste evento, em nome dos onze novos sócios deste importante, tradicional e secular Instituto – “Casa da Memória” de nosso Estado.

Missão honrosa, pois trata-se de pessoas de alto valor e muito queridas em nosso meio social.

---

<sup>10</sup> E-mail: [horacio\\_oliveira@uol.com.br](mailto:horacio_oliveira@uol.com.br)

E de repente, não uma frase, mas versos vêm ilustrar essa unidade paradoxalmente plural e que, por ação do imaginário em nosso inconsciente, faz-nos pressentir, em determinados momentos, que somos mais que um. E os versos, belos versos de nosso Mário de Andrade, que julgava sepultados na estância da memória de meus vinte anos, eclodem sem licença e quase sem aparente explicação:

Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cinquenta,  
Mas um dia afinal eu toparei comigo...  
Tenhamos paciência, andorinhas curtas,  
Só o esquecimento é que condensa,  
E então minha alma servirá de abrigo.

Talvez porque hoje condensados na memória de quem avança na idade, de quem se desprende e abre o coração além de sua própria individualidade e compreende o outro – o semelhante, o próximo – em sua essencialidade de igual, de amigo, de irmão. Como os trezentos do imaginário de Mário de Andrade, ou como os trezentos espartanos históricos de Leônidas.

Dessa forma, e neste sentido de união e irmandade, a minha voz faz-se voz e saudação destes doze novos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que chegam com o propósito de integração, de solidariedade, de ajuda na preservação e ampliação de tão importante acervo de nossa memória coletiva.

Portanto, aqui nos fazemos presentes, eu, HORÁCIO DE PAIVA OLIVEIRA, e meus colegas e amigos

ALBERTO GONDIM DE FREITAS  
ANTONIA ALVES DE AMORIM MORAIS  
EULÁLIA DUARTE BARROS  
FRANCISCO DE SALES FELIPE  
HÉLIO FERNANDES SILVA

HENRIQUE EDUARDO DE OLIVEIRA  
 JOSÉ CLAUDINO LEITE FILHO  
 LUIZ GONZAGA DE MEDEIROS BEZERRA DA CUNHA DE  
 ALBUQUERQUE MESQUITA  
 MARCOS ANTONIO CAMPOS  
 RENAN II DE PINHEIRO E PEREIRA  
 OSWALDO JOSÉ DE PAULA BARBOSA

Nesta oportunidade, queremos demonstrar a nossa gratidão àqueles que nos convidaram ao honroso convívio associativo nesta egrégia entidade.

E dizemos de nosso agrado, de nosso olhar elogioso e afirmativo que se dirige à administração que hoje encerra seu mandato, responsável não apenas pelas obras físicas de conservação, restauração e reformulação da Casa, mas ainda – e quiçá, sobretudo – pelo chamamento à participação daqueles que em nosso Estado amam a história e guardam, em profundidade, o sentimento de sua importância e de seus ensinamentos, como templários da memória.

E podemos dizer-nos também felizes porque, conhecendo os componentes da nova diretoria – a quem expressamos nossos parabéns, porquanto hoje empossados – e seu inegável potencial de criatividade, temos a clara expectativa da magnitude do trabalho que desenvolverão.

Finalmente, seguindo o otimismo que anima o trabalho desenvolvido nesta Casa, não encerrarei minhas palavras com o desespero expresso naqueles trágicos e belos versos de Camões no final *d’Os Lusíadas*, quando lamentava o declínio de Portugal “No mais, Musa, no mais, que a Lira tenho / Destemperada e a voz enrouquecida [...]”, não obstante também viver nossa Pátria momentos de grande turbulência econômica e política.

Ao contrário, formulo o convite da esperança, aquela esperança que jorra e corre da eterna fonte, de Deus e do amor, nunca esquecida ou desprezada, e com sensibilidade celebrada pelo santo e grande poeta espanhol San Juan de la Cruz, em versos inolvidáveis, de beleza excelsa e pureza visionária, aqui destacados:

Que bien sé yo la fuente que mana y corre  
Aunque es de noche.

Aquella eterna fuente está escondida,  
Que bien sé yo lo tiene su manida,  
Aunque es de noche.  
[...]

A cuesta viva fuente que deseo,  
en este pan de vida yo la veo,  
Aunque es de noche.

Façamos, pois, deste momento de integração e fraternidade, nesta Casa onde se preservam a memória e o passado, um compromisso com o futuro e com a esperança!



# A EMPOLGANTE VIDA DE UM ADVOGADO

JOÃO MEDEIROS FILHO - 1904/1987  
(VIDA E OBRA)

*Odúlio Botelho Medeiros*

“**N**um sentido geral, sou um homem realizado e feliz desejando viver mais alguns anos para poder realizar os planos que tenho de servir, de ser mais útil ao Rio Grande do Norte.” (Últimas palavras de João Medeiros Filho, ao Projeto MEMÓRIA VIVA, da UFRN, levado ao ar pela TV – Universitária, citadas no livro “**Relembrando João Medeiros Filho**”, Organizado pelo Prof. João Batista Pinheiro Cabral – Coleção Mossoroense – série c – vol. DCL – 1990 – pág.36)

Se como quer **Ortega y Gasset**, “os indivíduos, à semelhança das gerações têm destino preestabelecido, do qual se não podem afastar, sob pena de censura da sociedade”; o advogado João Medeiros Filho foi um homem de vanguarda para sua época. Cidadão Norte-rio-grandense e natalense, por outorgas da Assembleia Legislativa Estadual e Câmara Municipal de Natal, teve por genitor o comerciante João Medeiros Santiago e D. Clara Sampaio de Medeiros. Entretanto, a sua infância e parte da adolescência

foi vivida na cidade de Guarabira, onde seu pai exerceu a profissão de comerciante. Foi exatamente nessa importante cidade do brejo paraibano que o nosso homenageado adquiriu os valores essenciais à sua vida, os quais, além de moldar o seu caráter, serviram de sustentáculo à profícua e valorosa existência.

Comentam os mais antigos que o Dr. João Medeiros Filho, aos 12 anos de idade tornou-se o orador oficial da cidade de Guarabira, fenomenal, portanto, tendo sido o seu prefeito aos 22 anos.

Estudou em Natal, precisamente no Colégio Santo Antônio, onde concluiu o curso primário, obtendo sempre as melhores notas, sendo um dos primeiros de sua classe.

Após a conclusão do curso primário, transferiu-se para o Colégio PIO X, em João Pessoa, que serviu de trampolim aos exames parcelados no Liceu Paraibano, com certeza o educandário de maior prestígio e rigor preparatório da capital tabajara.

Terminados os estudos no Liceu Paraibano, decidiu estudar Direito, matriculando-se na tradicional Faculdade de Direito do Recife, para, mais tarde, interrompê-los, viajando para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar do Realengo para ali cursar apenas dois anos, pois ao verificar que a sua vocação destinava-se às letras jurídicas, retorna ao Recife e retoma o Curso de Direito que fora interrompido anteriormente. Dispensável dizer que na tradicional Escola do Direito do Nordeste, o Dr. João Medeiros Filho revelou-se um profundo estudioso dos autores clássicos do Direito e das demais ciências sociais que lhe dão suporte. Estudou os grandes mestres. Leu os melhores clássicos da ciência jurídica e da literatura brasileira e universal, daí a sua sólida cultura.

Concluído o Curso de Direito e graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1927, turma CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL, o jovem bacharel torna-se logo atuante advogado. Em seguida foi nomeado Promotor Público de Jardim do Seridó até 1930, tendo passado também pela Comarca de Cajazeiras, por um pequeno período. Ainda no

ano de 1930 retorna ao Rio grande do Norte onde foi nomeado Segundo Promotor da Capital, até ser exonerado pelo então Interventor Mário Câmara, por questão de natureza política, comentou-se.

Irrequieto, ardente nas suas emoções e de temperamento dinâmico, aceitou o convite para exercer as funções de Delegado de Ordem Social do Estado da Paraíba. Iniciado o Governo Constitucional de Argemiro de Figueiredo, foi nomeado Secretário da Segurança Pública, que na época era designado Chefe de Polícia. No vizinho Estado exerceu também os cargos de Prefeito de Guarabira e Diretor do Jornal A UNIÃO, o órgão oficial daquele Paraíba.

Mas, tratando-se de Dr. João Medeiros Filho, de personalidade forte, tudo poderia acontecer. Tanto, que foi nomeado no mesmo ano de 1935, pelo Governador Rafael Fernandes, do RN, Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Norte.

E justamente nesse cargo é que o nosso homenageado enfrentou certamente, os momentos mais difíceis de sua exuberante trajetória de homem público.

Sobre esse histórico episódio, narra o escritor João Batista Pinheiro Cabral, organizador do livro RELEMBRANDO JOÃO MEDEIROS FILHO – DA Coleção Mossoroense – Série Ce – Vol. DCL-1990, À FL.19:

*“(...) Foi nessa função que João Medeiros Filho enfrenta os duros acontecimentos de 1935 a chamada Intentona Comunista. Nessa ocasião, com grande risco de vida, ele enfrentou com altivez e com dignidade as vicissitudes do breve, mas sangrento Governo Comunista que se instalou em Natal. Os violentos episódios da insurreição comunista de 1935, que o levaram ao cárcere e quase conduziram ao encontro de um pelotão de fuzilamento, estão magistralmente narrados em dois de seus livros, que se intitularam MEU DEPOIMENTO (SOBRE A INTENTONA COMUNISTA), 1941 E 82 HORAS DE SUBVERSÃO (INTENTONA COMUNISTA), 1980. Neste último*

*trabalho o autor responde, inclusive, às interpretações de Nelson Werneck Sodré a respeito do Movimento Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte, levando a vantagem de haver ele mesmo vividos graves momentos históricos como Chefe de Polícia, como prisioneiros dos sediciosos e como condenado à morte, situação da qual se livrou, em grande parte pela altivez com que enfrentou os seus captores (...)*”.

Consta ainda do livro citado, que contida a investida comunista de novembro de 1935 e restaurado o Governo Constitucional, o Dr. João Medeiros em 1936, pediu exoneração do cargo de Chefe de Polícia do Rio Grande do Norte, passando a dedicar-se exclusivamente à advocacia. Segundo os seus biógrafos, a partir daí ele se tornou um brilhante, combatente e atuante advogado criminalista em todo Nordeste, adquirindo fama e prestígio a nível nacional, tendo participado de famosos júris populares, com destaque especial para a exuberante oratória e o profundo conhecimento jurídico.

Além dos cargos públicos já mencionados, o nosso homenageado ainda exerceu importantes funções neste Estado, tais como: Diretor do Jornal A REPÚBLICA em Natal, no Governo Rafael Fernandes; Consultor Geral do Estado, no Governo José Varela e Procurador Geral da Justiça no Governo Aluísio Alves, contra quem fez campanha política em favor do Governador Dinarte Mariz, o valoroso Dr. Djalma Marinho. Consta que o Dr. Aluísio Alves ao convidá-lo para instituir e regulamentar o Ministério Público Estadual teria dito: ***“Não me interessa a posição político-partidária do Dr. João Medeiros, mas desejo aproveitá-lo no meu Governo para que ele possa reorganizar e dinamizar o Órgão do Ministério Público Estadual”***. Assim, foi nomeado o Dr. João Medeiros Filho para o exercício do cargo de Procurador Geral da Justiça do Estado, ao tempo em que se destacou pela firme atuação, fazendo publicar a Revista CADERNOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO que alcançou grande repercussão nos limites do Estado e em todo o Brasil.

Disse Woden Madruga, na sua coluna denominada Jornal de WM, da Tribuna do Norte, do dia 30 de julho de 2004, que:

*“(...) João Medeiros Filho exerceu no governo federal o cargo do Inspetor do Ensino Secundário e Diretor da Polícia Civil, em Brasília. E ainda: Consultor Jurídico da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro. Presidiu o Conselho Seccional da OAB/RN e o Instituto dos Advogados deste Estado”.*

Aproveitando outros trechos da mencionada crônica de Woden, que no entender do escritor e acadêmico Jurandyr Navarro é digna de uma antologia, destacamos:

*“(...) Foi um dos maiores criminalistas no Rio Grande do Norte. Sua atuação no Tribunal do Júri enriquece a história jurídica do Estado. Um orador arrebatado, veemente, convincente. Fez história, sim senhor. Veríssimo de Melo, seu companheiro da Academia de Letras, das tertúlias literárias, disse em letra de forma: “Ninguém se parece com João Medeiros Filho. Ele é único. Falando ou escrevendo é inconfundível. Prima pela correção e elegância da linguagem. Bom humor constante e fina ironia de comentários e críticas são outras tantas delícias de sua verve quotidiana...”.*

De sua vez, o seu grande amigo Ticiano Duarte, em artigo publicado no Diário de Natal em homenagem ao Centenário do Nascimento do grande jurista, também na edição do dia 30 de julho de 2004, com rara felicidade assim se manifestou sobre o idolatrado Mestre:

*“Este 30 de julho é o centenário de nascimento de João Medeiros Filho. Um paraibano que aqui chegou jovem,*

*recém formado em Direito, iniciando uma carreira profissional e pública, digna de registro, pelo talento, cultura, marcada, sobretudo, pelo amor ao Rio Grande do Norte, sua história e seu povo.*

*João Medeiros Filho constituiu uma família numerosa, com seus dois casamentos. Em segundas núpcias com a professora Etelvina Emereciano, filha do velho Montano, irmã da inesquecível figura de professor e advogado José Idelfonso Emereciano.*

*Campina Grande se considerava rei 'porque era dono de tudo, das jabuticabeiras, dos umbus, das calçadas'... Mas em Natal homem maduro, foi de uma personalidade e de um talento que o colocaram nos escalões mais altos da vida profissional, pública e cultural.*

*O espaço é pequeno para evocar sua presença inteligente, culta, em nossa terra. Brilhante orador do júri popular, jornalista de texto primoroso, de conversa excelente, boêmio e amigo fiel. Jurista respeitado, com teses de direito publicadas. Escritor, escreveu 'Contribuição à História Cultural do Rio Grande do Norte', entre outras obras.*

*O Mestre Cascudo a seu respeito disse: 'João Medeiros tem todos os valores que proclama desertos de sua atividade, o brilho verbal, a originalidade dialética, a documentação oportuna, o equilíbrio do estilo, a nitidez do argumento'.*

*Trouxe para nós todos, enquanto viveu a presença solidária e a coragem cívica, o destemor que marcava um tempe-*

*ramento de força, às vezes polêmica, mas seguramente honesto, sempre a serviço das grandes causas do nosso povo.”*

Não podemos, também, deixar de registrar o que asseverou o jornalista Paulo Macedo na sua Coluna no Diário de Natal do dia 30 de julho de 2004:

*“(…) SONHOU, DESEJOU E CONCRETIZOU – Vontadoso, corajoso, cumpridor de promessas, ainda quando jovem jurou ser fiel ao seu estado de origem e ajudar o estado que o adotou. E conseguiu a união do RN e da PB, através da cultura, fazendo jornal e lançando livros lá e cá. Promovendo seminários, congressos e simpósios sobre Direito e Jornalismo nos dois estados. Estabeleceu ponte cultural entre João Pessoa e Natal.”*

O escritor e acadêmico Jurandyr Navarro, um dos admiradores permanentes do homenageado, preleciona:

*“(…) Orador e conferencista. Como tribuno empolgava pela eloquência. As vezes usava sátiras mordazes contra seus contendores. Possuía uma verve insuperável. Falava de braços soltos em qualquer ambiente. Não havia flutuações na sua oratória, sempre brilhante toda vez que a usava. Para ele não havia dia aziago quando usava da palavra, audaz e serena, carregada de entusiasmo e de sabedoria.”*

*Reclamavam vez ou outra, da sua aparente arrogância intelectual. Mas, no relicário do seu espírito agasalhava a humildade, a simplicidade e a bondade.*

*Pertenceu a todas as instituições que fazem à inteligência do Estado...*” (Do livro RioGrande do Norte – ORADORES – 1989-2000, FL.327).

O Ministro José Augusto Delgado, que honra a magistratura nacional, ao prefaciar o livro “Presunções e Indícios em Matéria Pena (Direito Aplicado)” discorre que:

*“Na concepção de Gil A. Hernandez, in ‘Metodologia de la Ciencia Del Derecho, vol. I, Madrid, 1971 pág. 186, ‘o jurista não é mero receptor mecânico e classificador dos dados que lhe fornece o Direito positivado, por ele avaliá-los e testar sua validade através da confrontação de sua formalidade e conteúdo explícito com o sentido intrínseco da norma na sua conjuntura e estrutura social’.*

*Por tal motivo é que a atividade científica que desenvolve o mestre João Medeiros Filho, no campo do direito, é revestida da capacidade de criar continuamente momentos de cristalização formal na ordem jurídica, descobrindo o conteúdo e extensão da norma positiva.*

*Os princípios que norteiam o desenrolar da fundamentação atestam a preocupação renovada do cientista com a verdade que representa a sentença, pelo que não pode ser prolatada sem ser com base em prova certa, determinada e extreme de dúvidas.*

*A extensão doutrinária contida em ‘Presunções e Indícios em Matéria Penal’ se constitui leitura obrigatória para os que lidam com o Direito Penal, que busca, na atualidade, sob o amparo na Nova Escola de Defesa Social, criar padrões que ressocializem e reeduem o homem cometedor de ilícito penal.”.*



Já o livro 400 NOMES DE NATAL, da Coleção Natal 400 anos, editado pela Prefeitura Municipal de Natal, no ano 2000, com a coordenação da professora Rejane Cardoso, enaltece:

*“(...) João Medeiros não foi, porém, apenas o profissional exemplar, no campo do Direito. Intelectual de renome, deixou algumas dezenas de livros publicados na área jurídica ou no campo da literatura. Casado duas vezes, a primeira com d. Maria de Lurdes Fernandes e a segunda com d. Etelvina Cortês Emerenciano, deixando dois filhos do primeiro casamento e seis do segundo, desses, apenas dois seguiram os seus passos, como advogados: Jomar Fernandes, do primeiro matrimônio, juiz de direito; João Medeiros Neto, procurador aposentado da UFRN. Uma das paixões de João Medeiros foi a praia da Redinha, onde viveu os últimos anos de sua vida, em intensa atividade intelectual. Seu amor pelas letras, valeu-lhe a eleição para a Academia Norte-rio-grandense de Letra e para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A estrada que liga a vila de Igapó à praia da Redinha tem nome de Av. João Medeiros Filho em homenagem ao grande jurista e escritor(JL)” – fl.381/82.*

O jurista e professor de Direito Ivan Maciel de Andrade, em magnífico depoimento publicado na TN, assim descreve JMF:

*“O nosso Estado tem uma bela tradição de competentes e brilhantes advogados. Um deles, um dos mais completos profissionais do Direito que conheci até hoje, foi João Medeiros Filho. Era um dos melhores tribunos do júri – se não o melhor – de todo o Brasil. Atuava quase só na defesa e era nessa tribuna que exibia suas mais notáveis qualidades: profundo conhecimento do Direito Penal, presença de espírito para respostas mordazes de efeito arrasador sobre*

*Pertenceu a todas as instituições que fazem à inteligência do Estado...*” (Do livro RioGrande do Norte – ORADORES – 1989-2000, FL.327).

O Ministro José Augusto Delgado, que honra a magistratura nacional, ao prefaciar o livro “Presunções e Indícios em Matéria Pena (Direito Aplicado)” discorre que:

*“Na concepção de Gil A. Hernandez, in ‘Metodologia de la Ciencia Del Derecho, vol. I, Madrid, 1971 pág. 186, ‘o jurista não é mero receptor mecânico e classificador dos dados que lhe fornece o Direito positivado, por ele avalia-los e testar sua validade através da confrontação de sua formalidade e conteúdo explícito com o sentido intrínseco da norma na sua conjuntura e estrutura social’.*

*Por tal motivo é que a atividade científica que desenvolve o mestre João Medeiros Filho, no campo do direito, é revestida da capacidade de criar continuamente momentos de cristalização formal na ordem jurídica, descobrindo o conteúdo e extensão da norma positiva.*

*Os princípios que norteiam o desenrolar da fundamentação atestam a preocupação renovada do cientista com a verdade que representa a sentença, pelo que não pode ser prolatada sem ser com base em prova certa, determinada e extreme de dúvidas.*

*A extensão doutrinária contida em ‘Presunções e Indícios em Matéria Penal’ se constitui leitura obrigatória para os que lidam com o Direito Penal, que busca, na atualidade, sob o amparo na Nova Escola de Defesa Social, criar padrões que ressocializem e reeduquem o homem cometedor de ilícito penal.”.*

Já o livro 400 NOMES DE NATAL, da Coleção Natal 400 anos, editado pela Prefeitura Municipal de Natal, no ano 2000, com a coordenação da professora Rejane Cardoso, enaltece:

*“(...) João Medeiros não foi, porém, apenas o profissional exemplar, no campo do Direito. Intelectual de renome, deixou algumas dezenas de livros publicados na área jurídica ou no campo da literatura. Casado duas vezes, a primeira com d. Maria de Lurdes Fernandes e a segunda com d. Etelvina Cortês Emerenciano, deixando dois filhos do primeiro casamento e seis do segundo, desses, apenas dois seguiram os seus passos, como advogados: Jomar Fernandes, do primeiro matrimônio, juiz de direito; João Medeiros Neto, procurador aposentado da UFRN. Uma das paixões de João Medeiros foi a praia da Redinha, onde viveu os últimos anos de sua vida, em intensa atividade intelectual. Seu amor pelas letras, valeu-lhe a eleição para a Academia Norte-rio-grandense de Letra e para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A estrada que liga a vila de Igapó à praia da Redinha tem nome de Av. João Medeiros Filho em homenagem ao grande jurista e escritor(JL)” – fl.381/82.*

O jurista e professor de Direito Ivan Maciel de Andrade, em magnífico depoimento publicado na TN, assim descreve JMF:

*“O nosso Estado tem uma bela tradição de competentes e brilhantes advogados. Um deles, um dos mais completos profissionais do Direito que conheci até hoje, foi João Medeiros Filho. Era um dos melhores tribunos do júri – se não o melhor – de todo o Brasil. Atuava quase só na defesa e era nessa tribuna que exibia suas mais notáveis qualidades: profundo conhecimento do Direito Penal, presença de espírito para respostas mordazes de efeito arrasador sobre*

*os adversários, um poder de persuasão irresistível, carismático, quase hipnótico. Conseguiu em alguns julgamentos memoráveis, reverter e inverter expectativas, absolvendo réus que já tinham sido antecipadamente condenados pela opinião pública. Além disso, atuava com erudição e mes-  
tria em todos os demais campos do Direito.”*

A clara evidência, a obra do Mestre é notável. Avançado para sua época, pois escrevendo sobre assuntos diversos conseguiu consolidar a sua produção cultural nos mais variados campos do conhecimento humano. Dir-se-ia que João Medeiros, na intelectualidade, foi um clínico geral, tal a diversidade dos assuntos abordados, todos eles com rigor técnico e revestidos de ampla maturidade. A sua produção teve início com NOTAS DE UM PROMOTOR PÚBLICO – Imprensa Oficial – Natal – 1933, seguindo-se: ELOGIO DO JURISTA – Imprensa Oficial - Natal – 1936; MORTE POR ELECTROPLESSÃO – Epitácio Cia – Natal – 1937; MEU DEPOIMENTO (Sobre a Intentona Comunista de 1935) – Imprensa Oficial – Natal – 1937; DEBATE JUDICIÁRIO EM TORNO DO PROBLEMA DA LEPRO – Tipografia Augusto Leite – Natal – 1941; DISCURSOS E CRÔNICAS – Tipografia Augusto Leite – Natal – 1941; O DEVER DO ADVOGADO EM MATÉRIA CRIMINAL – A. Coelho Branco Filho – Rio – 1943; AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO – A. Coelho Branco Filho – Rio – 1943; TERRAS DEVOLUTAS – Tipografia Comercial – Natal – 1943; LIQUIDAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS PECUARISTAS – Imprensa Oficial – Natal – 1950; ANULAÇÃO DE CASAMENTO POR DOENÇA MENTAL – Tipografia Galhardo – Natal – 1951; APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DE MAGISTRADO – Tipografia Galhardo – Natal – 1952; REAJUSTE PECUÁRIO – José Konfino – Rio – 1953; ERRO ESSENCIAL DE PESSOA – José Konfino – Rio – 1954; O DIREITO E AS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – Publicação da Faculdade de Direito de Recife – 1958; CEDERNOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Imprensa Oficial – Natal – 1966; IMPEACHMENT E CRIME DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS

MUNICIPAIS – Editora Resenha Universitária – São Paulo – 1977; e tantos outros de igual expressão científica e literária.

Na verdade, o Dr. João Medeiros teve uma existência marcante sob todos os aspectos: jurista, historiador, jornalista por vocação, pesquisador, fundador e membro de academias, em muito valorizou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tanto que, várias de suas obras pertencem ao acervo desta vetusta Instituição. Certa vez o Ministro Seabra Fagundes disse-me em Belo Horizonte: “João Medeiros Filho é um dos melhores Advogados que eu conheci”. Também para o desembargador Ozias Nacre Gomes, da UFPB- “Dr. João Medeiros honra a classe dos advogados pelo talento, pela cultura jurídica e pela universalidade de sua cultura”. De sua vez, o escritor e poeta Nei Leandro de Castro, no seu Romance “Em Tempo de Rebelião – AS DUNAS VERMELHAS” – destaca a envergadura intelectual do nosso homenageado, conforme se observa às páginas 149, e seguintes.

Desejamos dizer, que tivemos o privilégio de ter convivido com o Dr. João Medeiros Filho durante os seus últimos vinte anos de vida. Ao passar do tempo, o velho Mestre continuava o mesmo: atento, produtivo, brilhante professor de Direito e de lições de vida. Ao lado dele aprendemos a defender o direito dos outros, especialmente, dos menos favorecidos. É dele o ensinamento que vale para todos: “Não digo que o meu cliente é santo ou demônio, entretanto, exijo que seja respeitado o seu direito”.

Ah! Quantos júris compartilhamos. Quantas lições de decência, honradez e honestidade recebemos! Exemplo de jurista, de professor, de jornalista, de escritor, mas, sobretudo, verdadeiro baluarte das boas causas e, em especial, porque praticou a verdade, a justiça e a dignidade. Não deveremos ter dúvida: João Medeiros foi e será sempre um exemplo a ser seguido por todas as gerações que admiram a cultura, o exercício correto e ético da profissão e o profundo respeito que se deve ter para com o próximo. De espírito contestador, atento e vigilante, principalmente nos temas do interesse da justiça e do cotidiano nordestino. Defendia a Praia da Redinha com tanto ardor como se ela fosse do seu próprio domínio. Por ela enfrentava os executivos da época em seus gabinetes, pugnando por obras

e melhoramentos em face do “esquecimento”, governamental. Certa vez escreveu um artigo na Tribuna do Norte denominado de “Em Defesa do Judiciário”, quando, em outras oportunidades, o criticava. Recentemente o festejado escritor e cronista Valério Mesquita fez publicar na TN, de 02 de fevereiro passado, algumas ironias do irrequeto jurista por mim anotadas a pedido do líder macaibense que se destaca, também, na área dos “causos” mais pitorescos da literatura potiguar. E entre essas: “certa vez um prefeito municipal, seu antigo cliente, que gostava muito de perguntar, ao percorrer a vasta biblioteca do escritório não resistiu e indagou em altos brados: *mestre, quantos livros!...será que o senhor já leu todos eles?* E veio a fulminante resposta: *se eu os tivesse lido, no mínimo já estava no hospital dos alienados. Totalmente doído. O advogado não tem obrigação de ler todos os livros, apenas faz consultas, conforme o delito praticado*”. O cliente emudeceu e foi embora.

No próximo dia 30 de julho o Dr. João Medeiros Filho que nasceu no ano de 1904, na cidade de Campina Grande, completaria 112 anos de trepidante existência. Se Câmara Cascudo considerava Natal “a noiva do sol” para João Medeiros certamente Natal seria a sua amante.

- *Fontes pesquisadas: “Relembrando João Medeiros Filho”, livro organizado pelo Prof. João Batista Pinheiro Cabral - Coleção Mossoroense- série c – vol. DCL – 1.990.*
- *A família do Dr. João Medeiros Filho, especialmente os relatos do seu filho Dr. João Medeiros Neto, meu cunhado e marido de minha dileta irmã Luciene Botelho Medeiros.*
- *Minha própria convivência durante vinte anos com o mestre João Medeiros Filho.*
- *Jornais e publicações do Estado, com destaque especial para Woden Madruga.*



## DISCURSO DE POSSE NO IHGRN – 2016/2019

*Ormuz Barbalho Simonetti*<sup>11</sup>

*A memória guardará o que vale a pena.  
A memória sabe de mim mais do que eu;  
e ela não perde o que merece ser salvo [...].*

*Eduardo Galeano*<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Presidente do IHGRN, sócio efetivo do ACLA, conselheiro do Conselho de Cultura do RN e da Liga de Ensino do RN, membro dos Institutos Históricos da Paraíba, Espírito Santo, Brasília, vice presidente do INRG.

<sup>12</sup> Escritor uruguaio falecido em 14 de abril de 2015.

Na importância deste dia, afloram, inevitavelmente, emoções repressadas em minha vida. Comparo ao dia no qual assumi, os quadros funcionais do Banco do Brasil, em São Paulo, Capital, no distante ano de 1972, o meu primeiro emprego.

Naquele inesquecível instante, tive a exata dimensão das grandes responsabilidades que teria pela frente. Primeiro, de estar iniciando minha vida profissional, em uma cidade grande, enfrentando sozinho, todos os problemas que certamente viriam com aquelas mudanças. E, para minha surpresa, elas chegaram bem mais cedo do que eu esperava.

Poucos dias após ter assumido, fui surpreendido com a notícia do repentino falecimento de meu pai. Naquele momento de incertezas e grande fragilidade, perdia abruptamente meu referencial de vida, meu esteio, meu chão.

Para meu pai, aquele momento seria **a sua grande felicidade**, como anteriormente havia proclamado: “com você não me preocupo mais. Sua vida está resolvida”.

Pois bem, é com esse espírito de grandes desafios que assumo hoje, juntamente com uma equipe de abnegados e valorosos colaboradores, 44 anos após aquele fatídico episódio, a grande responsabilidade de conduzir, por um período de três anos, o destino da mais antiga Instituição cultural do nosso Estado, e por que não dizer, uma das mais antigas e respeitadas do nosso país, denominada de **Casa da Memória**, na feliz inspiração do mestre/confrade Luís da Câmara Cascudo.

Apesar de ser sócio efetivo desta Casa há vários anos, passei a frequentá-la com mais assiduidade, após o falecimento do seu antigo presidente Enélio de Lima Petrovich, que a presidiu pelo longo período de 48 anos ininterruptos, e a assunção do vice-presidente Jurandyr Navarro, que chegou à presidência da Instituição por força do Estatuto, na condição de vice-presidente. Porém, deixou bem claro, desde o início, que iria concluir apenas aquele mandato.



Para isso, teve que renunciar à presidência da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte- ALEJURN, órgão que idealizou e ajudou a fundar com um grupo de colegas, no dia 8 de dezembro de 2008.

Pela mesma contingência, o confrade e amigo Odúlio Botelho assumia a presidência da ALEJURN, e passamos a frequentar esta Casa, quase que diariamente, com o objetivo de, discretamente, ajudar o presidente Jurandyr, naqueles momentos de importantes dificuldades que passava a Instituição.

Nesse curto e profícuo período de gestão, o presidente Jurandyr Navarro, por quem tenho especial admiração, promoveu importantes reformas, entre elas, a que modificou o estatuto vigente, que datava de 1927, adaptando-o ao atual Código Civil. Para isso, nomeou uma comissão composta de três sócios efetivos, presidida pelo jurista e confrade Dr. Carlos Roberto de Miranda Gomes, tendo como seus auxiliares nessa honrosa missão os confrades Ormuz Barbalho Simonetti e João Felipe Trindade. Consagrado no dia 2 de maio de 2012, após dois meses de estudos e discussões, através de uma Assembleia Geral, foi aprovado por unanimidade, com as alterações propostas e já adaptado ao novo Código Civil. Em 10 de setembro do mesmo ano, recebeu registro no 2º Ofício de Notas desta Capital.

Em uma das muitas conversas que tivemos com o presidente Jurandyr, ele confidenciou-me suas preocupações quanto à sucessão. Como não tinha pretensão de concorrer nas eleições que já se aproximavam, mostrou-se bastante preocupado quanto ao destino desta Augusta Casa, pois apesar de ter convidado vários confrades para esse mister, não tivera êxito em convencer nenhum deles na difícil missão de substituí-lo na condução da **Casa da Memória**.

Tal preocupação nos levou a reunir alguns sócios do **Instituto Norte-rio-grandense de Genealogia**, instituição que idealizamos e ajudamos a sua fundação no ano da graça de 2009 e naquela ocasião era seu presidente, para discutir esse importante assunto que também nos preocupava enquanto cidadãos e principalmente sócios efetivos.

Após algumas reuniões no escritório do Dr. Carlos Gomes, chamamos a responsabilidade para nós e decidimos que formaríamos uma chapa para concorrer na próxima eleição, para que aquela respeitada Instituição Cultural não caísse em mãos de quem não tivesse realmente compromisso de superar a situação difícil em que se encontrava.

Com a concordância dos confrades convidados, e a promessa de todos que trabalharíamos incessantemente para a sua recuperação, definimos os nomes que posteriormente comporiam a diretoria eleita para o triênio que hoje se encerra, após ter cumprido com êxito sua missão.

Para compor essa diretoria, procuramos alguns abnegados dentro da Instituição que presidíamos, pois já fazíamos um trabalho voluntário e desafiador. Sabemos das enormes dificuldades em gerir uma instituição cultural nesse país, imaginem senhores, criá-la, mantê-la viva e funcionando. Além do mais, poucos são aqueles que se submetem a doar seu precioso tempo para a realização de algum trabalho, sem que sejam devidamente remunerados.

Conseguimos enfim formar o corpo da chapa, porém precisávamos de um presidente que tivesse bom trânsito nos diversos setores de nossa sociedade. Essas características nos ajudariam a *abrir portas*, pois tínhamos o exato conhecimento dos graves problemas que iríamos enfrentar, caso fôssemos eleitos.

Como se tratava de instituição cultural, – é público e notório que cultura em nosso país é uma atividade extremamente mendicante – pouco valorizada e sempre relegada a segundo plano, principalmente por aqueles que dela têm o dever de cuidar, assim sendo, precisávamos de alguém com essas características.

Foi quando o confrade Carlos Gomes, já definido na chapa como Secretário Geral, lembrou-se do nome do presidente do Tribunal de Contas do Estado, o conselheiro Valério Mesquita, que naquela ocasião estava se aposentando compulsoriamente daquela Casa, seria a pessoa que já comprovava competência em cargos equivalentes, anteriormente ocupados, bem como partícipe importante do movimento cultural do Estado.

Não hesitei, pois como já o conhecia de atividades literárias, fui procurá-lo pessoalmente. Depois de vários convites e igual número de recusas, por fim, rendeu-se aos apelos daquele grupo de idealistas, que estavam dispostos a abrir mão de várias obrigações diárias e doar grande parte de seu tempo e até mesmo de seus recursos financeiros, em favor daquela que, orgulhosamente, dizemos ser a mais antiga instituição cultural do Estado do Rio Grande do Norte.

Portanto, meus amigos e confrades, ao assumir a presidência deste templo, tenho a plena consciência dos desafios que teremos a enfrentar, principalmente por se tratar de um ano nebuloso e cheio de incertezas, como este que se inicia.

O Brasil, como já disse anteriormente, é um país que deixa em segundo plano tudo que se refere à cultura e não demonstra respeito ao que foi construído no passado, olhando atravessado para sua própria história.

Um país que não preza o seu passado, nunca haverá de se orgulhar de seu presente e certamente não terá um grande futuro. E somente nós, enquanto cidadãos, podemos modificar esse quadro triste a que está submetido o nosso povo e o nosso país.

No início desta gestão, pleiteamos, a duras penas, agindo de forma republicana junto aos senadores potiguares, emendas parlamentares no valor de **R\$ 500.000,00**, (quinhentos mil reais), com nossos deputados **R\$ 430.000,00** (quatrocentos e trinta mil reais) e através de emenda da vereadora Júlia Arruda, mais **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, perfazendo um total de **R\$ 1.330.000,00**. Com esses recursos pretendíamos realizar a maior e mais ousada reforma que clamava nossa instituição. Tínhamos pressa, pois uma boa parte do nosso acervo já mostrava claros sinais de impossibilidade em sua recuperação. Somente com a aquisição de modernos scanners para realizar a tão sonhada digitalização do acervo, prevíamos um gasto em torno de **R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)**.

Do total de **R\$ 1.330.000,00**, **R\$ 430.000,00** estavam sob a responsabilidade do governo estadual. Os outros recursos, ou seja,

**R\$ 900.000,00**, perderam-se nos escaninhos da burocracia. Apenas **R\$ 230.000,00** chegaram efetivamente às nossas contas de convênio e de maneira fatiada, o que dificultou ainda mais a economia em sua aplicação, na realização dos serviços. Tanto é que os últimos **R\$ 30.000,00**, emenda do Deputado Vivaldo Costa, conseguimos seu repasse já no atual governo, a quem muito agradecemos. Como também agradecemos ao Secretário de Educação, Sr. **Francisco das Chagas Fernandes**, que garantiu a manutenção do convênio firmado com a ex-secretária **Betânia Ramalho**, no valor de **R\$ 218.000,00** destinados à aquisição de modernas estantes deslizantes para a guarda e segurança do nosso acervo, e que já se encontram em nossa Casa, aguardando apenas a recuperação do salão, onde as referidas estantes deverão ser instaladas.

E foi com esses poucos recursos, ou seja, **R\$ 230.000,00** que, administrados com mão de ferro, conseguimos recuperar importantes áreas do prédio principal, que vinham se deteriorando há vários anos, inclusive ameaçando a segurança de sócios, funcionários e usuários.

Iniciamos os serviços por aquela que seria a obra mais urgente: a substituição do piso do Salão Nobre, que a cada ano afundava mais e mais, sem que providência alguma fosse adotada.

O piso, que era composto por ladrilhos hidráulicos, tipo palatnik, como era conhecido, nome dado em homenagem ao seu fabricante, Bras-Palatnik, judeu russo que chegou a Natal por volta de 1915, e iniciando a fabricação dos tais ladrilhos somente no ano de 1922, portanto **16 anos** após a construção do prédio do IHGRN, que é de 1906., Essas informações foram colhidas do livro *Natal, uma comunidade singular*, no capítulo “A era dos Palatnik”, dos autores Egon e Frieda Wolf (à disposição no acervo do IHGRN).

Por conseguinte, como sempre defendi, o piso que foi substituído NÃO ERA ORIGINAL. Quando surgiram as primeiras publicações na imprensa, proveniente de denúncia anônima, gerou muitos comentários irresponsáveis e ilações levianas com relação a minha pessoa, tanto na imprensa escrita como nas redes sociais, por ser eu o administrador da obra. E, como desdobramento, sofremos a interdição dos serviços pelo IPHAN,

por um período superior a seis meses, o que significou sensível majoração no custo final da referida obra.

Nos dois últimos serviços realizados no salão nobre, para esconder seu precário estado de conservação, os ladrilhos foram cobertos com carpete, material sintético e impróprio para aquele local.

Impróprio também o piso que foi colocado na sala da presidência, no hall de entrada e na antessala do lavabo, nessas duas últimas os ladrilhos Palatnik foram cobertos com paviflex, outro revestimento sintético e também impróprio para aqueles locais.

Na reforma que fizemos nos pisos, foram utilizadas madeira de lei, obedecendo ao desenho da arquiteta e paisagista Aleniska Lucena, aprovada pelo IPHAN, alternando-se a cor escuro sóbrio do ipê com o amarelo cetim, numa paginação de excelente bom gosto, propiciando um novo visual, tanto no salão nobre com no hall de entrada, este último tendo recebido na composição do desenho e na execução, algumas peças do ladrilho ali existentes que conseguimos, com muita dificuldade, sua parcial recuperação, preservando-se, assim, para sempre aqueles ladrilhos. Com a finalidade de guardar a memória do mesmo piso existente no Salão Nobre, fizemos no Largo Vicente de Lemos a mesma amostragem com algumas peças também recuperadas, num painel medindo **2,00m por 1,5m**.

Já no Salão Nobre, colocamos cortinas novas, recuperamos a iluminação e os móveis ali existentes, birô, púlpito e mais seis cadeiras que compunham o belo e centenário conjunto de móveis, e ganhamos um lustre clássico, por liberalidade do Dr. Paulo Sérgio Luz. As cadeiras em particular, foram recuperadas por profissional de comprovada competência que utilizou, por nossa exigência, nesse verdadeiro trabalho de artesão, o mesmo material que foi utilizado originalmente em sua confecção, ou seja: o couro de boi. Algumas delas, de tão estragadas, já se encontravam no prédio anexo, em local destinado ao descarte.

Adquirimos para o Salão Nobre, 80 poltronas acolchoadas e escamoteadas, que facilitam a escrita quando necessário. Ao decidirmos pela aquisição dessas poltronas, já prevíamos que no futuro, seriam utilizadas nesse

espaço, para a nobre missão de alfabetizar jovens e idosos, pois enquanto instituição cultural, não podemos nem devemos ignorar aqueles infelizes, que por motivos diversos a vida lhe negar essa oportunidade. Tal pleito levamos ao **Secretário Francisco Fernandes**, que foi simpático à ideia, e já recebemos uma representante da Secretaria de Educação e Cultura para iniciarmos os primeiros estudos.

Fomos presenteados pelo SEBRAE, através de seu presidente José Carlos Melo, com dois sistemas de ar-condicionado tipo split, que naquela ocasião estavam sendo substituídos, em virtude de reforma no prédio. Esses splits, embora usados, estavam em perfeito funcionamento e chegaram em boa hora, pois o ar-condicionado presente no **Salão Nobre**, há muitos anos não funcionava.

Recuperamos portas, portais, janelas, paredes internas e externas, grades externas, sistema elétrico, este de tão danificado ameaçava a qualquer momento um curto-circuito com danos imprevisíveis. Recuperamos o sistema hidráulico, hidrossanitário e, por fim, o telhado que envolveu todo o sistema de calhas e escoamento correto das águas pluviais. Em dias de chuva muito forte, por várias vezes tivemos que mudar rapidamente parte do acervo, uma vez que as inúmeras goteiras ameaçavam estragar, para sempre, peças de valor inestimável.

Adquirimos e instalamos nos dois prédios moderno sistema de segurança, pois tanto o anexo como o prédio principal, vinham sendo sistematicamente alvo dos marginais que habitam a Praça André de Albuquerque.

Foram instalados diversos alarmes sensoriais e câmeras para monitoramento, presencial e a distância, que nos propiciou maior segurança na guarda dos nossos prédios e conseqüentemente do acervo.

Realizamos também pintura geral no prédio principal e pintura externa no anexo, este também um prédio histórico, que foi gentilmente doado. **Observem os senhores o que eu acabo de afirmar: prédio doado**, pela nossa sócia benemérita num ato de extremo desprendimento e benevolência, senhora Angélica Timbó, aqui presente, para quem peço, como-

vido e agradecido, uma salva de palmas. Quiçá, esse exemplo seja seguido por outras Angélicas!!

O prédio doado, também tombado pelo patrimônio histórico e cultural em nível federal, outrora abrigou a família do inesquecível professor **Celestino Pimentel**, a quem faço uma homenagem nesse instante, responsável pela formação de várias gerações de homens e mulheres de nossa sociedade.

Recuperamos os jardins do Largo Vicente de Lemos, inclusive instalando um sistema automático de irrigação que tem propiciado aos que por ali trafegam, além de uma agradável visão do colorido das diversas flores em seu desabrochar diário, o convívio com as famílias dos beija-flores, bem-te-vis, sanhaços e outros habitantes alados que ali encontraram um refúgio seguro em meio ao vai e vem de homens e carros que passam pela desprezada e não conservada Praça André de Albuquerque, sem se darem conta da importância daquele logradouro histórico, pois foi nesse local que, a 25 de dezembro de 1599, nascia a nossa querida cidade de Natal.

Conseguimos junto à Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOV) – através da Dra. Elequicina Santos – a demarcação de espaço em frente ao prédio principal, destinado a embarque e desembarque de visitantes, principalmente alunos dos diversos colégios que constantemente nos visitam, evitando, assim, acidentes indesejáveis.

A retenção determinada pelo governo anterior do restante dos recursos pactuados, ou seja, **R\$ 230.000,00** (duzentos e trinta mil reais), nos deixou numa situação aflitiva e impediu a realização de dois importantes projetos: primeiro, de iniciar a digitalização do nosso acervo, única maneira de preservar para o futuro o que nós temos de mais precioso, e a construção de um lavabo destinado a pessoas do sexo feminino, em observância à legislação vigente, que determina a dotação de sanitários para ambos os sexos, em todos os prédios públicos.

O nosso importante acervo, razão maior da existência dessa centenária Instituição, está com uma parte desse material irremediavelmente

perdido, justamente pela ausência de manutenção de qualquer natureza e, principalmente, por anos a fio de acondicionamento inadequado.

Em matéria que publiquei na imprensa em dezembro de 2014, onde fazia uma prestação de contas à sociedade da nossa administração, naquela ocasião eu já perguntava: “até quando os poderes constituídos e a sociedade em geral vão permitir que a **Casa da Memória** continue com seu acervo nessa vergonhosa situação de penúria?” – e nesse momento em que assumimos a presidência dessa instituição, continuo a perguntar: onde estão os hoje bem-sucedidos profissionais liberais, mestres, doutores, que outrora se valeram do seu rico acervo, para estudar, quando não tinham como adquirir os livros, que aqui os encontravam gratuitamente?

Esqueceram de lembrar desse velho casarão que há anos pede socorro para proteger o mesmo acervo que um dia manteve seus sonhos e pretende continuar ajudando a manter os sonhos de tantos outros como vocês?

Todos nós continuamos a desfaldar a mesma bandeira erguida pelo Presidente Valério Mesquita e dispostos a dar continuidade ao sonho que sonhamos juntos. O presidente Valério passa a ser, a partir de hoje, a exemplo do presidente Jurandyr, presidente honorário vitalício, com plena condição de continuar ajudando nessa administração que ora se inicia. Esse certamente é um acontecimento inusitado, pois nunca antes na história dessa instituição, tivemos ex-presidentes vivos. Espero, sinceramente, que eu também um dia possa fazer parte desse honroso quadro, de ex-presidentes vivos.

O principal legado que deixa esta administração, sob o comando do Presidente Valério, nesses últimos três anos, é a estrada bem pavimentada que construiu para que nós outros, ora diretores eleitos, pudéssemos trilhar um caminho em busca de melhores dias para essa Instituição.

Temos recursos assegurados pela Assembleia Legislativa do Estado, por iniciativa do Secretário-Geral **Dr. Carlos Augusto Garcia de Viveiros**, para iniciarmos a tão sonhada digitalização do nosso acervo. E ainda



a possibilidade de aprovação de verba anual para ajudar na manutenção e conservação dos prédios do IHGRN.

Todas essas medidas sob a recomendação e a aprovação do seu presidente **Deputado Ezequiel Ferreira de Souza**, também um grande parceiro nessa luta pela recuperação da Casa da Memória, como já o fizera o **Deputado Ricardo Motta**, presidente anterior. Nessa legislatura, foram destinados recursos no valor de R\$ 200.000,00, através de emenda coletiva dos deputados **Ricardo Motta, José Dias, Tomba Farias, George Soares e Dison Lisboa**, e mais R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) de emenda individual do deputado **Hermano Morais**, a quem agradecemos a todos os gestos de apreço com a cultura em nosso estado.

O sucesso da administração que hoje se encerra, e de que tenho orgulho de ter participado como seu vice-presidente, foi a divisão das responsabilidades administrativas por cada diretor. No meu caso, fiquei responsável pelo planejamento, execução e administração das obras realizadas.

Porém o que realmente fez a diferença foi a assiduidade da equipe nas reuniões diárias. Isso nos permitiu a proatividade na identificação dos problemas e, conseqüentemente, a busca imediata por soluções.

Termino minha fala com uma importante citação do consagrado **Cervantes** e renovada pelo saudoso **Dom Helder Câmara**: “sonho que se sonha só é só um sonho. Mas sonho que se sonha junto, torna-se realidade”.

Portanto, senhoras e senhores, nosso sonho que é compartilhado por toda esta diretoria e por aqueles que acreditam em nossa administração: transformar o IHGRN num dos mais modernos e bem equipados Institutos Históricos do Brasil.

Muito obrigado!



# ELOGIO AO PATRONO DA CADEIRA Nº 13, DIOCLÉCIO DANTAS DUARTE

*Adilson Gurgel de Castro<sup>13</sup>*



DIOCLÉCIO DANTAS DUARTE  
Político, Advogado, Jornalista  
Deputado Estadual e Deputado Federal-RN  
Deputado Estadual Constituinte de 1926 (24 de agosto)  
Deputado Nacional Constituinte de 1946 (18 de setembro)

---

<sup>13</sup> Advogado e sócio efetivo do IHGRN

Nosso homenageado era natural de Natal, onde nasceu no dia 16 de outubro de 1894, filho de Dioclécio Duarte e de Isabel Estela Dantas Duarte, descendente de tradicional família de políticos e proprietários rurais.

Fez o curso primário no Colégio Diocesano de Natal e o secundário no Atheneu Norte-rio-grandense, também na capital do Estado, onde teria sido aluno de José Augusto.

Em seguida, transferiu-se para Pernambuco, iniciando o curso universitário na Faculdade de Direito do Recife e tornando-se colaborador em diversos jornais e revistas literárias.

Ainda acadêmico, distinguiu-se como orador e jornalista, tendo sido convidado pelo Governador Miguel Borba para organizar e dirigir a Imprensa Oficial de Pernambuco. Em 1918, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife.

De volta a este seu Estado natal, ainda em 1918, elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Republicano Federal (PRF) do Rio Grande do Norte e assumiu a liderança da bancada do partido na Assembleia Legislativa.

Nessa época, dirigiu o jornal *A República*, de Natal, órgão oficial do PRF. Interrompeu o mandato em dezembro de 1920, para secretariar o senador e ex-governador do Rio Grande do Norte, Joaquim Ferreira Chaves, que assumira naquele mês a pasta da Marinha.

Continuou assessorando Ferreira Chaves quando este passou à chefia do Ministério da Justiça, em setembro de 1921.

No final de 1922 foi transferido para o Ministério das Relações Exteriores, sendo designado para servir no consulado do Brasil em Bremen, na Alemanha.

Na Europa, fez várias conferências de caráter científico e econômico em centros universitários.

Convocado pelo Partido Republicano (PR) do Rio Grande do Norte para candidatar-se mais uma vez à Assembleia Legislativa, retornou ao Brasil e elegeu-se deputado estadual na legenda da agremiação em 1924.

**Durante a legislatura participou dos trabalhos de redação da nova Constituição estadual, promulgada em agosto de 1926.**

No início de 1927 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte e em maio iniciou o mandato, que iria até 1930. Na Câmara dos Deputados tornou-se membro da Comissão Interparlamentar da Câmara e assim teve oportunidade de representar o Brasil na Conferência Interparlamentar de Comércio, realizada em Berlim, na Alemanha.

Reeleito Deputado Federal em março de 1930, exerceu o mandato até outubro, quando da vitória do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder.

Com a nova constituição do país, em outubro de 1934, candidatou-se a deputado estadual no Rio Grande do Norte na legenda do Partido Popular (PP), mas não conseguiu se eleger.

No decorrer dos 11 anos que se seguiram (1934-1945), ocupou diversos cargos administrativos e de direção nos setores público e privado. Como ele falava fluentemente alemão, inglês, francês e italiano, foi designado adido comercial junto ao consulado brasileiro em Bremen (Alemanha), onde se relata que foi Cônsul do Brasil. Ali desenvolveu um trabalho de excelente divulgação das potencialidades brasileiras. Representou o Brasil na Conferência Interparlamentar de Comércio, em Berlim, estendendo sua viagem a Hamburgo, onde pronunciou conferências sobre questões vinculadas à América Latina e ao Brasil; no I Congresso Pan-americano de Jornalismo, nos Estados Unidos, e num evento solene em homenagem a Santos Dumont, em Paris.

Foi também nesse período que ele chegou a ser Cônsul do Brasil em Bremen, na Alemanha.

Dentre outros cargos públicos que ele ocupou no decorrer daqueles anos, temos os de Secretário de Agricultura no Estado e de Secretário Geral do Estado, no governo de Georgino Avelino (15/8/1945 a 19/10/1945)

Também foi empossado como interventor federal no Rio Grande do Norte em agosto de 1945 e assumiu interinamente a interventoria no

período de 19 de outubro de 1945 a 17 de novembro de 1945, quando passou o comando para Miguel Seabra Fagundes.

Em 29 de outubro daquele ano, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe de Estado liderado pelos generais Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, e a chefia do governo foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares.

**No pleito de dezembro de 1945, foi eleito deputado pelo Rio Grande do Norte à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumiu sua cadeira em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer mandato ordinário, integrando a Comissão de Finanças da Câmara. Tentou reeleger-se em outubro de 1950, na legenda da Aliança Democrática, coligação formada pelo PSD, pelo Partido Social Progressista (PSP) e pelo Partido Republicano (PR), mas só obteve uma suplência.**

Deixou a Câmara em janeiro de 1951, mas a ela retornou por diversas vezes no decorrer da legislatura que se seguiu: entre setembro e dezembro de 1951, de dezembro de 1952 a março de 1953, entre setembro e dezembro de 1953 e entre janeiro e junho de 1954.

No pleito de outubro desse último ano, voltou a concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Rio Grande do Norte, na legenda do PR, e obteve novamente uma suplência. Voltou a exercer o mandato de março a julho e de agosto a novembro de 1955.

Assim, os anais da nossa Câmara dos Deputados registram que ele foi Deputado Federal nos períodos de 1930 a 1932 e de 1946 a 1949, além de suplente de Deputado, na legislatura 1951-1955.

Informa Jurandyr Navarro que ele pertencia ao Partido Social Democrático. “Nesta agremiação política destacou-se, no Estado, Georgino Avelino, e no plano federal Juscelino Kubitschek, que chegou à Presidência da República”. E afirma mais que: “Quando Deputado pela bancada de Minas Gerais, Juscelino recebeu aulas de Retórica de Dioclécio Duarte”.

Nomeado em dezembro de 1955 para a presidência do Instituto Nacional do Sal (INS), do qual já fora conselheiro técnico – e que em maio de 1957 passaria a se chamar Instituto Brasileiro do Sal (IBS) –, permaneceu nesse cargo até março de 1961.

Foi ainda presidente do Banco Aliança do Rio de Janeiro e do Banco Central-Mercantil, diretor-fundador da revista de crítica literária *Leitura*, redator e colaborador dos jornais cariocas Diário de Notícias, Diário da Manhã, Jornal do Brasil, A Manhã e Rio Jornal, entre outros.

Foi também membro da Sociedade Brasileira de Agricultura, da Liga de Defesa Nacional, da Associação Brasileira de Imprensa, da Asociación Internacional de Prensa e da Associação Brasileira de Municípios, entre outras.

É de se ressaltar que ele foi um dos fundadores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras – ANRL (em 1936), tendo sido o primeiro ocupante da Cadeira nº 17, que tem por patrono Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho e que hoje é ocupada pelo nosso confrade, Prof. Ivan Maciel de Andrade.

Ele também pertencia a várias outras instituições científicas e culturais, como: Instituto Brasileiro de Cultura, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco, Associação Brasileira de Imprensa, Asociación Internacional de Prensa, Sociedade Brasileira de Agricultura, Instituto de Cultura Hispânica, Associação Brasileira dos Municípios e Liga de Defesa Nacional.

Finalmente, é de se elogiar o fato de que recebeu a Legião de Honra das mãos do presidente francês, em Paris, e várias condecorações da Venezuela, do Paraguai e do Brasil. Na Venezuela, a comenda lhe foi outorgada porque é de sua autoria um estudo sobre Simon Bolívar pelo que foi agraciado com o título de Grande Cavaleiro da Ordem do Libertador, do Governo daquela República. No Paraguai, por ter sido o proponente da lei que devolveu àquele país alguns “troféus” da guerra que o Brasil travou com os paraguaios. Com isto, recebeu a condecoração da Legião de Honra e a Ordem do Mérito do Governo do Paraguai.

Ele era casado com Laura de Magalhães Duarte, senhora que conheceu no Rio de Janeiro, quando exercia o jornalismo por lá, tendo contraído núpcias em 1926. Com ela, Dioclécio teve duas filhas.

No dia 22 de dezembro de 1975, veio a óbito, na cidade do Rio de Janeiro.

Na sua bibliografia, verifica-se que publicou:

- *Para os que ficam* (1918)
- *Uma página do Brasil* (1919)
- *Problemas contemporâneos* (1921)
- *Estudos de economia brasileira* (1929)
- *A indústria extrativa do sal na economia do Brasil* (1942)
- *O sal na economia do Brasil* (1943)
- *O cooperativismo.*
- *Como exerci o meu mandato.*
- *A função social das universidades.*

Além disso, pronunciou inúmeros discursos e conferências.

Assim, todos podemos observar que Dioclécio Dantas Duarte foi um grande político e homem público potiguar, tendo se notabilizado como orador. E não é só. Foi também professor de retórica. Seus comentaristas afirmam que as suas orações dispersas por jornais, revistas e nos Anais da Câmara de Deputados, dariam alentados volumes, se publicadas fossem. Por todos esses motivos, foi o ilustre norte-rio-grandese alçado a ser patrono desta cadeira nº 13, da nossa ALEJURN, a qual temos a honra de ocupar.

**Fontes:**

CÂM. DEP. Deputados

CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (1946-1967)

CASCUDO, L. da C. História da República no Rio Grande do Norte

CISNEIROS, A. Parlamentares

CORTÉS, C. Homens

Diário do Congresso Nacional

Grande Enciclopédia Delta

MENESES, R. Dicionário

400 nomes de Natal (vários autores)

POPPINO, R. Federal

Quem é quem no Brasil

SENADO. Endereços

SILVA, R. Bacharéis

VAITSMAN, M. Sangue

WANDERLEY, N. História.

Antes de encerrar nossas palavras, gostaríamos de ressaltar o quadro jurídico da nossa República Federativa, pois, a uma Academia de Letras Jurídicas incumbe não só acolher aqueles que se dedicam a difundir as doutrinas do Direito e a lutar pelo triunfo da Justiça, mas também acompanhar e debater aquilo que vai acontecendo no país.

Com isso em mente, verificamos que o mundo jurídico-político hoje se degladia e debate desde um processo muito importante que examina o impedimento da Presidente da República até uma questão quase prosaica de se saber se o consumidor pode ou não assistir um filme levando sua própria pipoca!



Assim é o país em que vivemos: do impedimento do mandato da Presidente ao impedimento do meu direito de livremente comprar pipoca onde quer que eu queira.

Tudo isso discutido na nossa Suprema Corte!

É então de se perguntar dentro desta Academia:

→ temos uma Corte Constitucional ou temos mais uma terceira instância?

Com efeito, enquanto aqui nossos Ministros Supremos julgam individualmente milhares de processos por ano, a totalidade dos Ministros da Suprema Corte dos EUA julgam algo em torno de 150 processos no mesmo período.

Isto nos faz lembrar uma história vivenciada: certa vez tivemos oportunidade de visitar o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Washington, USA (onde tivemos oportunidade de morar por um ano, quando estudante secundário). Durante a audiência fraterna com o ilustre magistrado, tivemos que nos conter para não rir quando ele se mostrou estupefacto com o fato de que já tinha relatado e julgado, na Suprema Corte Estadual, a absurda quantidade de sete processos, naquele ano... E a visita se deu no mês de julho!!!

Então: queremos uma corte constitucional ou mais uma instância processual?

Mais: a desídia e a lentidão ou inoperância do Poder Legislativo, fez com que o Poder Judiciário assumisse o protagonismo de muito coisa e este poder passou a ter o que chamamos de “ativismo judicial”, fazendo com que tudo hoje seja judicializado, para termos uma solução de problemas que poderiam ser resolvidos pela conciliação.

Essa posição, voltou a funcionar ontem mesmo (05 maio de 2016), quando o STF não só afastou o Presidente da Câmara dos Deputados de sua missão, como suspendeu seu mandato de Deputado Federal.

Então: é isto que queremos? Essa miríade de processos sendo propostos todos os dias resolve nossos problemas jurídicos? A judicialização de

tudo é a solução? O que a Academia pode fazer para ajudar a mitigar essa sanha judicializante?

Outro fato jurídico-legal preocupante: Como se explica o descaso com que a União/Fazenda Pública trata de uma lei complementar? Com efeito, em janeiro de 2001, a LC 104 incluiu no CTN mais uma forma de extinção do crédito tributário: a dação em pagamento. Mas vinculou-a a uma vírgula!!! Explica-se: depois de determinar que a dação em pagamento é forma de extinção do crédito tributário, colocou uma vírgula para dizer que assim seria “nos termos da lei”.

Infelizmente e como sói acontecer, a Fazenda Pública não tem qualquer interesse em beneficiar o contribuinte (que somos nós) e, em consequência, não demonstrou qualquer boa vontade em regulamentar a matéria. Pior: com isto e infelizmente, os Tribunais foram ludibriados pela desídia e trama fazendárias, decidindo que essa forma de extinção não valia (mesmo criada por lei complementar) porque não havia lei para regulamentar. Com isto, se “esquecendo” que podia usar a LEF, por analogia do procedimento para a adjudicação de bens imóveis em prol da Fazenda Pública. Mais e com a devida vênia: assim agindo, beneficiou deliberadamente o infrator, ou seja: a regulamentação dependia da Fazenda Pública, mas ela se recusava a enviar ao Congresso Nacional a lei exigida, por um motivo óbvio: ela estava sendo beneficiada com a não regulamentação.

E não se para por aí. A pancada continuou sendo toda em cima do contribuinte. Sim, pois quinze anos depois e após longa tramitação, a lei regulamentadora finalmente é aprovada pelo Congresso Nacional. Em seguida, foi sancionada e, por último, publicada no dia 16 de março pp!

Alvissaras?! Coisa nenhuma! O Governo ainda tinha “uma carta na manga”! Assim é que, menos de 15 dias depois da publicação da lei ordinária, em 29 de março, e por uma medida provisória, sem nenhum pejo, modifica o conteúdo da lei... obviamente, para prejudicar o contribuinte, pois, contrariando a determinação da lei complementar, condiciona a extinção do crédito tributário à anuência da Fazenda Pública.

Tudo isso por uma medida liminar sem atender os critérios de urgência e relevância. Aliás, este seria outro tema a se debater. Assim é que colocamos um desafio em sala de aula para que os estudantes procurassem uma única medida provisória que tenha obedecido a ambos critérios para sua publicação!

Então: é assim que queremos o trabalho de *lege ferenda* no Brasil?

Antes de terminar e deixando de lado o pronome majestático para o pronome pessoal, gostaria de fazer uma homenagem a todos aqueles que foram responsáveis por minha formação jurídica na velha Faculdade de Direito da Ribeira, na memória dos meus diretores Otto de Brito Guerra e Antonio Soares.

E também uma homenagem particular àquele que foi meu mentor jurídico e da advocacia: trata-se da figura ímpar do Dr. Paulo Pereira da Luz: juiz, desembargador e advogado probo e de uma ética inquestionável, ao ponto até de desafiar desejos ou determinações da ditadura militar. Dele fui o único estagiário e dele recebi a honra de ser meu colega de escritório, juntamente com o Dr. Edilson França e o Dr. Albérico Batista da Silva, quando iniciei minhas lides advocatícias, na Rua Princesa Isabel. Dele recebi muitos ensinamentos, especialmente na área de Direito Civil, na qual ele tinha um grande domínio. Minha eterna gratidão, que a externo aqui de público, ao mesmo tempo em que rogo a Deus Pai que o tenha numa de suas muitas moradas nos Céus.

Por último, mas talvez até o mais importante, todos sabemos que um confrade nosso está sofrendo demais com uma imputação cujo teor, pelo que o conheço (eis que foi meu aluno na UFRN) e pelo que todos nós sabemos, não deve proceder. Trata-se do hoje Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. Já o enviei minha solidariedade pessoal e a minha disposição de, humildemente, ajudar em tudo que for possível.

Por tudo isso, considero feita a minha homenagem ao meu patrono da cadeira que ocupo, Dr. Dioclécio Dantas Duarte, homem público que muito honrou a política potiguar e a diplomacia brasileira. Que Deus o tenha também nos apriscos da morada eterna, no Paraíso.

Ao terminar, agradeço a todos e a todas vocês a consideração e amizade, especialmente porque estou tendo a concorrência da votação do relatório da Comissão Especial de Impeachment, no Senado da República (hoje, 06.mai.2016).

Muito obrigado e que Deus os abençoe e ao nosso país, sempre, e na nossa luta diária pelo triunfo do Direito e da Justiça.

Natal, 06/05/2016.

# O MENINO DE MÚCIO

*Armando Holanda*<sup>14</sup>

Senhora Desembargadora Presidente,

Senhores Desembargadores,

Senhores e Senhoras,

Autoridades.

Aqui estou para expressar os sentimentos e as expectativas dos advogados com a posse do Desembargador Federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.

Aos advogados peço licença para agregar à nossa formal manifestação, a voz do amigo, do admirador incondicional, do conterrâneo do Rio Grande do Norte.

Recordo e recolho instantes de vida, e são eles, ao meu sentir, eloquentes e inconcussos fundamentos do valor moral, intelectual, técnico e humano do Magistrado que agora assume honrada cadeira curul neste Tribunal.

---

<sup>14</sup> Advogado e sócio efetivo do IHGRN.

A Magistratura que hoje se inicia nasceu no amor, e eu vi esse amor nascer.

Fui testemunha dos carinhos e dos sonhos que embalaram a juventude de Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, e moldaram-lhe, desde então, o caráter ímpoluto e reto.

Foi no lar, sob os exemplos do pai, que se formou o jurista, hoje se doando à Magistratura do Nordeste, preparado pela ciência, companheira desde a adolescência, e coraçado por ética arraigada em compromisso de alma, e por isso constante e inexorável.

Permitam-me o depoimento, pois, senhoras e senhores, eu vi o pai Múcio moldar o filho Marcelo.

Vi um sábio, O Professor Múcio, no seu ofício de parecerista.

Uma mesa grande, desarrumada.

Livros espalhados. Uns postos dentro dos outros.

Folhas com anotações.

Canetas e lápis em profusão.

Em silêncio, produzia páginas e páginas.

Parecia que nada era improvisado.

Tudo acontecia como se o papel, inerte, fosse simples receptáculo do que já estava pronto e acabado na mente privilegiada.

Gradativamente, os processos da direita, prontos, passavam para a esquerda.

E assim, um a um, todos recebiam as luzes da sapiência.

Nunca o interrompi!

Silente, fui testemunha da intimidade do Mestre com os volumes que desafiavam sua capacidade.

Depois de dias, restavam, sempre, dois processos. Os mesmos.

Curioso, indaguei por que somente aqueles não passavam da direita para a esquerda. Eram problemáticos? Eram profundos? As partes interessadas eram importantes? O que os fazia diferentes dos outros?

Resposta: “sei que as partes têm direito. Acontece que não consigo encontrá-lo. Não sossegarei enquanto não puder apreendê-lo. Não posso negar aos auxiliares de serviços gerais o que lhes pertence”.

Os processos, dias depois, receberam os pareceres. Para cada um, o que lhes era devido.

O sábio, fisicamente morto e espiritualmente vivo, é, hoje, a presença mais ausente, ou a ausência mais presente.

Chamava-se ou chama-se Professor Múcio Vilar Ribeiro Dantas, o maior dos nossos constitucionalistas. Pai biológico e espiritual do Desembargador Federal Doutor Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.

Nele, no seu exemplo, na sua saudade, na sua memória, no que representa, em nome das gerações que educou, saúdo as autoridades presentes ou representadas.

Saúdo o “menino de Múcio”, que herda, a partir de hoje, o dever impostergável de debruçar-se sobre todos os processos, na solidão do julgador, até encontrar, dia após dia, o direito de cada um.

Senhora Presidente,

Senhores Desembargadores.

Foi em tal ambiente de ciência e de ânsia incontida por justiça, e com esses estímulos paternos, que nasceu o Magistrado Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.

Como outrora com Amaro Cavalcanti, potiguar ilustre no Supremo Tribunal Federal, agora o Rio Grande do Norte conduz Doutor Marcelo Navarro Ribeiro Dantas ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Não o apresento, pois Marcelo Navarro Ribeiro Dantas se representa, por seus méritos e pela concepção e feição moral do seu espírito.

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, depois de aprovado em concurso público para o qual se preparou com dedicação, consciente do dever de partilhar com os mais jovens os imensos talentos com os quais o agraciara a Providência.

Esses talentos, além de não se terem escondido em desvãos de avareza intelectual, foram lapidados com ingentes esforços em cursos de especialização e extensão nos centros mais avançados da pesquisa jurídica do País, e exercitados em já rica bibliografia em diversos campos do Direito.

Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, ao tempo da elaboração da Constituição, aliou ao rigor técnico de seus pronunciamentos jurídicos a perfeita compreensão da função social do Direito, com visão política da atualidade, certo de que as leis são instrumentos de liberdade, e não estagnação fatal da evolução da sociedade em sôfrega e constante busca do bem comum.

Procurador da República, depois de brilhante aprovação – 1º lugar – em concurso público de âmbito nacional, mais uma vez soube somar ao vigor técnico de seus conhecimentos jurídicos a percepção perfeita da realidade da Instituição, a que se dedicou com o ímpeto do idealismo e de inigualável competência.

Seus colegas do Ministério Público Federal o incluíram em indicação para este Egrégio Tribunal, que a acolheu em lugar de destaque ímpar, honra que o Rio Grande do Norte recebeu desvanecido, e retribui à Corte entregando ao seu serviço um dos melhores filhos.

Nomeado pelo Senhor Presidente da República, eis aqui e agora Marcelo Navarro Ribeiro Dantas Juiz, o jovem no qual vi nascer o amor pelo Direito e pela Justiça.

Eis Marcelo Navarro Ribeiro Dantas Magistrado, pronto para acrescentar à sua capacidade técnica e à sua higidez moral as mais dignas tradições do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.



Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, menino de esperanças, jovem idealista, estudante diligente, professor devotado, atuante servidor do Poder Legislativo, fiel órgão dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, passa a ser Juiz, Magistrado certamente moldado em todas essas tão profundas marcas de vida.

Senhora Presidente,

Senhores Desembargadores.

Senhor Desembargador Federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas:

Dante, no Paraíso, duvidava do Juiz:

Porém, quem és, assim tão presumido,

Para julgar de coisas dessa alteza,

Com a curta visão de que és provido? (Paraíso, XIX).

Mais que dúvida, é severa esta advertência aos Juízes.

Como eliminar dos julgamentos a “curta visão” de que somos, todos os contingentes filhos da Humanidade, de que somos todos nós providos?

Eis o enorme desafio que aos Juízes, primeira e precipuamente, cumpre arrostar e vencer.

Para enfrentar o incitante prélio, revista-se o Juiz com o escudo moral do exemplo de vida, que ostente sem nódoa alguma, e busque no meio social a inspiração maior de sua ação.

Não é sem propósito, nesta austera solenidade, a verve costumeiramente irônica de Quevedo: “Quem julga pelo que ouve e não pelo que entende, é orelha e não Juiz” (*Vida de Marco Bruto*).

Entender o fato social sob seu julgamento pessoal, eis a chave mestra da Magistratura, por cuja consolidação como instituição moderna e inovadora anseia o País.

Assim pregava Amaro Cavalcanti, sábio norte-rio-grandense e brasileiro ilustre, que os que querem bem a Marcelo Navarro Ribeiro Dantas lhe dão como padrinho nesta investidura.

Amaro Cavalcanti, entendendo mais profundamente do que ouvindo vozes de superfície, fixava há mais de um século este clamor moderno: “O direito é coisa humana e deve ser aplicado com humanidade”.

Senhora Presidente,

Senhores Desembargadores.

Coisa humana é o Direito!

Este conceito, entretanto, desde as formulações mais remotas, sempre se aplicou à Legislativa, em torno da qual se cristalizara a ideia de que o processo de formação das leis tem força motriz surgida das expectativas sociais.

As molduras das leis eram e são as limitadas pelas fronteiras da vida coletiva, o sentimento médio dos cidadãos, os usos já arraigados e socialmente consentidos.

As leis no Estado Democrático, por conseguinte, seguem-se à vida, e regulam os seus fatos, cristalizando-os para que seus atributos de impessoalidade e generalidade possam garantir a convivência social pacífica, e as relações justas entre as pessoas, e entre essas e as instituições públicas.

Vistas assim, contudo, as leis têm um destino paradoxal e mesmo trágico.

Elas se matam, pela inutilidade diante da avassaladora força dos sentimentos e da práxis da sociedade, que não se deixam agrilhoar com amarras frias e inertes.

Quando isso ocorre, compromete-se a Justiça, pois o rigor das leis costuma morrer só para os fortes, e, assim mortas para uns, são as leis usadas por outros para completar nos fracos a obra destruidora do seu parcial desuso.

Em outras circunstâncias, as leis não morrem, e, todavia, matam a liberdade, passando ao largo dos novos fatos sociais, nascidos da evolução das ideias e das mentes.

Assim se tornam instrumentos de dominação e terror.

As leis têm exibido este paroxismo de pretenderem nascer da vida dos povos, e, se democráticas, elas podem exibir este predicado, mas não têm sentimento, nem voz, nem alma. Surgem da vida, mas logo morrem, num inexorável processo de envelhecimento, ao fim socialmente perverso.

Diante de dilema assim tão sombrio, a sociedade moderna se volta para os seus Juízes, como se voltara outrora para seus Legisladores, aos quais pedia a interferência do Estado para prover os meios impessoais de harmonização dos conflitos e garantia dos direitos individuais e coletivos.

Esses meios, por mais eficientes que sejam, e marcados com os mais requintados primores de elaboração, têm sido letra fria e sem vida. O clamor, o novo clamor social se dirige aos Juízes.

Senhora Presidente,

Senhores Desembargadores,

O novo Juiz será a alma da Lei.

Não será só seu intérprete, na superada visão formal dos cultores fanáticos das ordenações bolorentas e dos rígidos códigos.

O intérprete tem as fronteiras e os limites, com os quais os teóricos da clássica divisão tríplice dos poderes insinuaram suas desconfianças quanto à honradez e à imparcialidade da Magistratura. Não criam que aos homens e às mulheres fosse possível concretizar cotidianamente o que supunham ser dados aos textos fazer!

Preferiram garantir a justiça por escritos herméticos de normas legais, supondo que os atributos próprios das leis seriam suficientes para abarcar, abrandar e harmonizar de vez e eficientemente as paixões, os amores, os vícios, as ambições, as virtudes dos que convivem em sociedade.

O Juiz moderno vai romper as amarras dessas fronteiras.

Será os **olhos das leis**, nos quais se reflita o futuro; **voz das leis**, que vibrem generosos comandos de conciliação; **braços das leis**, para que sejam ágeis e eficazes; e **sopro vital das leis**, para que não morram, e continuamente façam, nas circunstâncias mutáveis do tempo, a plena realização da justiça social e da paz coletiva.

Para tanto, Senhora Presidente, inestimável será o serviço que ao Brasil certamente prestará o novo Magistrado Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.

Seu talento reconhecido, seu espírito público comprovado, o ardor de seu ânimo por servir à causa social, fazem com que tenha assento neste Egrégio Tribunal um Magistrado que compreende não ser sua missão o arbítrio, nem mesmo o poder com que a Constituição reveste o insigne cargo que ele, a partir de agora, passa a ocupar.

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas traz para esta Corte um ideal de serviço, pois sua vida tem refletido a diretriz do Evangelho: **“O que manda seja como aquele que serve” (Lc 22, 26).**

O Rio Grande do Norte, que viu nascer em Marcelo Navarro Ribeiro Dantas o amor pelo Direito e pela Justiça, e pôde aqui testemunhar perante Vossas Excelências sua abnegada dedicação ao serviço público, deseja a seu filho todas as venturas, para cujo penhor conta com a proteção de Deus, e assegura a este Tribunal: os votos, as intervenções, os acórdãos e o trabalho de Marcelo Navarro Ribeiro Dantas vão engrandecer a Corte, e suas qualidades morais vão ornar ainda mais a ínclita Magistratura Federal brasileira.

Quanto a nós, os que estivemos a seu lado nos desafios passados, temos o espírito pacificado porque a escolha feita pelo Ministério Público Federal, por este Egrégio Tribunal e pelo Senhor Presidente da República,

se honrou o Rio Grande do Norte, deu-nos, graças ao prestígio desta Corte, o feliz ensejo de projetar um jovem filho de nossa terra entre honrados e doutos Magistrados, pronto para lançar-se à tarefa urgente de revolucionar, pelo exemplo e pelas ideias, o Poder Judiciário do Brasil.

Senhora Presidente,  
Senhores Desembargadores,  
Autoridades,  
Senhores E Senhoras.

Com fervor telúrico, registro que o Rio Grande do Norte, com re-fletida prodigalidade, cede, nesta cerimônia, o jurista, o Promotor de Justiça, o Procurador da República, o mestre e doutor em direito, o professor universitário, o poliglota, o escritor, o Desembargador Federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, para todo o Nordeste.

Entretanto, o poeta, o seresteiro, o amigo solidário, o declamador de versos, esse não, esse fica no Rio Grande do Norte, que o detém nas suas fronteiras físicas e humanas, como símbolo do que melhor possui.

O “menino De Múcio”, criativo e inquieto, é inalienável, portanto intransferível.

O Rio Grande do Norte examinará cedê-lo somente definitivamente para o Brasil, quando o seu talento e humanismo confirmarem o seu destino de homem além do seu tempo e do seu universo nordestino.

Marcelo:

Trato-o agora pelo nome, sem os títulos e as pompas.

Faço-o na condição de ex-professor, agora discípulo e jurisdicionado, para lembrar-lhe que no átrio da velha Faculdade de Direito de Natal, a da Ribeira, anos bem distantes, seus estudantes puseram em uma placa de

bronze o grito, jamais interrompido: “Até que tudo cesse nós não cessaremos”.

A frase, símbolo de uma luta, precisa ecoar nesta sua tarde-noite, para, como chamamento às novas lutas, dizer-lhe que não deixe cessar o bom combate contra os que, despudoradamente, pregam as ideias deletérias de que o **direito** deve ser **mais ou menos adquirido**, a **coisa julgada mais ou menos imutável** e o **ato jurídico mais ou menos perfeito**.

Quando os neófitos chegarem com essas canções – cantos de sereia – lembre-se do seu pai procurando e achando o direito dos despossuídos, dos mais simples.

Por último, agradeço a Deus pelo privilégio de anunciar: Marcelo é o novo Desembargador Federal do egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Que o pai Múcio o abençoe.

Que Deus Pai o proteja.

Muito obrigado.



## PALAVRAS DE DESPEDIDA

*Valério Mesquita<sup>15</sup>*

**N**aquela tarde de 29 de março de 1902, doze homens impolutos se reuniram em Natal e fundaram uma instituição que passou a ser conhecida como a Casa da Memória do Rio Grande do Norte. Eram desembargadores, políticos, juizes, militares, comerciantes, religiosos e jornalistas. Doze homens e uma sentença: “promover a verdade histórica da vida potiguar em qualquer sentido”. Esse propósito está na ata do trabalho

---

<sup>15</sup> Presidente Honorário do IHGRN.

inaugural e ainda, até hoje, permanece como fidelidade consuetudinária e chama votiva.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte atravessou ao longo de 114 anos, as noites escuras do tempo, quando muitas vezes, se assistiu manifestar contra ele, a sanha dos indiferentes e a descrença dos insensatos. O sopro idealista de um Vicente Lemos, Alberto Maranhão, Dionísio Filgueira, Nestor dos Santos Lima, Aldo Raposo de Melo, continuou ao longo de 47 anos nas mãos firmes e dinâmicas de Enélio Lima Petrovich. Uma instituição cultural de natureza privada chegar a essa idade é um fato raro em qualquer parte do país ou do mundo. Arrecadando meios insuficientes dos seus sócios e vivendo unicamente de pedir, aqui e ali, quase mendigando, faz-me crer que a tarefa não é para qualquer um. Mas ninguém pode negar o trabalho diuturno de um grupo de abnegados em favor do Instituto. O contraditório existe em todas as manifestações humanas, nas Igrejas, na Maçonaria, nas Forças Armadas, nas Organizações Sindicais e Patronais etc., mas, com relação ao IHGRN, é imperioso saber que ele é o guardião da memória colonial, imperial e republicana do Rio Grande do Norte. É preciso salientar, também, que esta diretoria consolidou a destinação histórico-cultural da entidade. Desde 2014, o desafio assumido por todos foi o de solidificar e ampliar o patrimônio histórico e físico do IHGRN, restaurando-o e adaptando-o ao tempo, à nova realidade, investindo na editoração de livros de pesquisa e de história, além da digitalização do acervo, cujo convênio será celebrado com a Assembleia Legislativa e instituições culturais públicas e privadas do Rio Grande do Norte. Nós não nos limitamos apenas a promover reuniões acadêmicas ou lítero-recreativas. O mérito que nos cabe hoje é o de haver redimensionado a capacidade do Instituto de produzir cultura com coragem, sacrifício e amor à causa.

Constituir e manter o mais valioso acervo de manuscritos históricos do Estado não é atividade fácil para qualquer administrador. Não desejo nessas considerações de reconhecimento e louvor pelos 114 anos da Casa da Memória, tão somente, pontuar os seus vultos principais, desde o governador Augusto Tavares de Lyra, que construiu o atual edifício que em



1938 passou efetivamente a pertencer ao IHGRN, por gestões do então presidente Nestor dos Santos Lima. Todas as suas fases foram de conquistas. Mas, nesse 29 de março de 2016, todos nós devemos olhar para o passado e refletir sobre a obra criada e sentir a imensidão de todos os espíritos que habitam a casa grande, nas fotos, nos livros, nos manuscritos, agradecendo e afirmando que todo o esforço não foi em vão.

Abençoados sejam todos os atuais diretores e confrades que direta ou indiretamente ajudam a não deixar cair por terra o impulso dos pioneiros daquela tarde plácida e fagueira de Natal de março de 1902. Nesta noite concluo o meu mandato de três anos com a certeza do dever cumprido e a gratidão aos colegas de cujo apoio não poderia prescindir.

Obrigado.



# ELOY DE SOUZA, UM HOMEM ALÉM DO SEU TEMPO

*Vicente Serejo*<sup>16</sup>

*- Liquide essa bacharelize que preciso de ti no Rio Grande do Norte!*

A frase é de Pedro Velho e está nas *Memórias* de Eloy de Souza.

É ele, o próprio Eloy, quem descreve a cena mais de um século depois no seu livro publicado só em 1975, pela Fundação José Augusto, lembrando seu primeiro encontro com o líder republicano.

Ele conta:

*- Eu não conhecia o Dr. Pedro Velho nem sequer de vista. Mas do Recife acompanhei suas campanhas no Rio Grande do Norte pela Abolição e pela República com todo o meu entusiasmo juvenil.*

O acadêmico de Direito Eloy de Souza não conhecia pessoalmente Dr. Pedro Velho, como todos chamavam o chefe republicano no Rio Grande do Norte. Mas ele lembrava, mesmo sendo um homem importante, e tinha guardado na memória os telegramas de 'calorosa solidariedade política' do jovem estudante que morava no Recife, mas com suas raízes antigas naquela Macaíba onde passara a infância, e onde as duas famílias

---

<sup>16</sup> Jornalista e sócio efetivo do IHGRN.

tinham relações desde o Século XIX, na cidade que era, então, o mais importante centro comercial do Estado.

O encontro foi no Cais da Lingüeta, onde hoje é o monumento do Marco Zero, no Recife, e onde está plantada a coluna de Francisco Brennand. Ali, ao lado de outros alunos, Eloy foi receber o novo líder político que acabava de representar o Estado na primeira Constituinte Republicana.

Vaidoso pela distinção, Eloy registra que o Dr. Pedro Velho não deixou que se despedisse como os outros estudantes. Fez questão de convidar a acompanhá-lo até a casa de sua sogra, na Rua Visconde de Goiana, onde iniciou uma conversa amigável, à sombra dos sapotizeiros, e que só terminou às duas horas da tarde, depois de um longo almoço.

Ali, naquela tarde, nasciam o jornalista e o político Eloy de Souza.

Formado em Ciências Sociais e Jurídicas, turma de 1894, mas político e jornalista a vida inteira, teve em Pedro Velho seu único líder ao longo de sua vida pública. Uma admiração que se manteve nas palavras que proferiu à borda do túmulo, no enterro de Pedro Velho, e foram repetidas anos mais tarde no discurso de inauguração do seu mausoléu, e, ainda alguns anos depois, quando o escolheu para ser patrono da cadeira que ocupou na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Leu praticamente o mesmo discurso nos três instantes, reafirmando de forma inabalável e fixando numa frase sua coerência de ferro, forjada, então, há quase um século.

Eloy Castriçiano de Souza nasceu no dia 4 de março de 1873, no Recife, e fechou os olhos para sempre a 7 de outubro de 1959, aos 86 anos. Era filho de Eloy Castriçiano, comerciante e político, e Henriqueta Leopoldina Pedroza de Souza. Era o mais velho e foi o mais longevo dos cinco irmãos: Henrique Castriçiano de Souza, poeta, escritor e homem de idéias, fundador da Liga de Ensino, da Escola Doméstica e dos Escoteiros do Rio Grande do Norte; Irineu Leão Rodrigues de Souza que faleceu jovem, vítima da explosão de um lampião de iluminação doméstica; Auta de Souza, a poetisa mística que faleceu aos 25 anos; e João Cância Rodrigues de Souza, o único a deixar filhos.

A melhor síntese da gênese da família Castriciano de Souza está no primeiro capítulo de 'Vida Breve de Auta de Souza', a biografia escrita por Câmara Cascudo publicada em 1961. É um livro-homenagem escrito para a poetisa mística, amiga de sua mãe, e que embalou nos braços tépidos aquele que seria seu biógrafo e o maior intelectual de sua terra.

A história dos Castriciano de Souza começa com o avô, Félix José de Souza, o Félix do Potengi Pequeno, vaqueiro de Francisco Pedro Bandeira de Melo, senhor de terras e de gados na ribeira do Potengi.

É Cascudo quem escreve, abrindo o livro:

*Apresento-lhes Félix José de Souza, Félix do Potengi Pequeno, município de São Gonçalo e depois de Macaíba, Rio Grande do Norte, vaqueiro de Francisco Pedro Bandeira de Melo, um Rei a Cavallo, com toda a ciência da equitação matuta e os segredos de amagotar e guiar o gado.*

E acrescenta, no parágrafo seguinte:

*Diziam que Félix do Potengi Pequeno tinha pauta com o cão porque touro não fugia da mão nem marruá desaparecia na serra. Trazia o lote unido e manso no domínio do aboio que se desenrolava no ar como uma fita melódica de sugestão magnética. No coice ou na guia da boiada ninguém o igualava.*

Da pobre glória de Félix Pequeno, o vaqueiro aboiador que Cascudo descreve como *baixo, escuro, enxuto, ágil, gato do mato para saltar em cima de uma sela e correr no limpo e no fechado, como peixe revira na água*, ficaram, como informa seu biógrafo ilustre, esses velhíssimos versos que vagam anônimos e alegres no sertão pastoril como se fossem seus:

*Fui moço. Hoje sou velho.  
Morro quando Deus quiser.  
Tive dois gostos comigo:  
Cavallo bom e mulher!*

O mundo de terras de Francisco Bandeira de Melo, informa ainda Cascudo, estirava-se na margem esquerda do Jundiáí, vila do Coité, mas

a gadaria se espalhava em fazendas incontáveis de sua propriedade. Ali, a filha dele, Damiana Maria, engraçou-se e casou com Fabrício Gomes Petrosa, Fabrício Velho (1809-1872), paraibano com origem em Brejo da Areia, viúvo de Maria da Silva de Vasconcelos.

De tanto trabalhar, uma vez ou outra, para o genro rico e poderoso do seu patrão Francisco Bandeira de Melo, o Seu Fabrício dos Guarapes, Félix criou as boas raízes da estima e acabou casando com a menina Cosma, cria da família. Do casamento, nasceu no dia primeiro de dezembro de 1842, Dia de Santo Eloy, um menino-homem que por isso se chamou Eloy Castriciano de Souza, o velho, futuro pai do primogênito que herdaria seu nome e seria bacharel, jornalista, deputado federal e senador, único dos irmãos a nascer no Recife, aonde o pai instalou comércio próspero e fez fortuna.

Eloy e seus quatro irmãos ficam órfãos de mãe muito cedo, em julho de 1879, quando a tuberculose, a peste branca, ceifou a vida de Dona Henriqueta, no Engenho Jundiaí, aos 27 anos. Na missa de trigésimo dia os avós maternos - Francisco de Paula Rodrigues e Silvina, a Dindinha - assumem os cinco netos. Dois anos depois, extenuado de uma grande luta política, o pai também contrai tuberculose e falece em 1881, aos 38 anos.

Foi a Dindinha uma fada-madrinha para aqueles pequenos meninos sem pai e sem mãe levados para o Recife. Conduziu os netos para os estudos, internando Auta de Souza como aluna no Colégio São Vicente, das irmãs francesas, Eloy e Henrique alunos externos em bons colégios, e depois na Faculdade de Direito. Irineu morre aos 12 anos vítima de um incêndio e o mais jovem, João Cância Rodrigues de Souza viveu 56 anos, no Recife, onde foi fiscal do consumo e deixou filhos, netos e bisnetos.

Ao fechar o texto de suas 'Memórias', Eloy não se nega a registrar a discriminação que sofreu ao longo das lutas na vida política. Mesmo consagrado como político e intelectual e sem nunca se deixar abater pela sua cor negra e deixa por escrito:

*Os que não podem responder pensam injuriar-me, aludindo à minha cor. Saibam estes que a minha maior saudade e a minha admiração não são*

*pelo meu avô branco e rico, mas pelo que era preto e pobre, porque foi deste que herdei a bondade dos fortes e a coragem estóica dos humildes.*

## **As idéias**

Em 1890, no dia 15 de novembro, menos de um ano depois de proclamada a República, Eloy faz sua estréia como orador e discursa - 'ainda cascabelho' - como conta nas 'Memórias', representando os estudantes naquele Recife de bacharéis valentes. Em 1894 estava formado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de Recife e Olinda. No mesmo ano, volta para Macaíba, então a verdadeira capital política do Rio Grande do Norte. Vestiu a toga de advogado e atuou no júri, foi delegado nomeado por Ferreira Chaves, primeiro governador eleito, em 1895. Disputou seu primeiro mandato de deputado federal, sob a liderança de Pedro Velho, alterando sua idade para provar ter 21 anos. Sempre reeleito, sua atuação foi brilhante, mesmo muito jovem.

Em 1906, chama a atenção da Câmara com um grave discurso denunciando a desgraça da seca contra a vida do sertanejo e a sobrevivência no sertão nordestino. É quando pronuncia a frase que ficaria famosa e que seria a epígrafe do seu primeiro livro, 'Calvário das Secas', lançado em 1938, e que influenciaria José Américo:

*Pior do que caminhar quarenta anos no deserto é chegar à terra da promessa e ter saudade do deserto.*

No ano seguinte, 1907, idealiza, redige e propõe no plenário da Câmara Federal a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas, IOCS, que mais tarde é transformado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Existe até hoje.

Em 1909 pronuncia e depois publica sua conferência 'Costumes Locais', no salão do Palácio Potengi, uma visão pioneira da importância dos hábitos, costumes e tradições quando a etnografia ainda não era reconhecida como ciência, Câmara Cascudo tinha 11 anos de idade e não era folclorista.

Em 1910, por sugestão de Afrânio Peixoto, de quem se tornara amigo no Rio de Janeiro, viaja ao Egito para conhecer de perto a famosa Barragem de Assuá e a questão da salinização nos grandes reservatórios de água para consumo humano. Conheceu Alexandria, Jerusalém e Paris, e foi a Lausanne, visitar o irmão Henrique Castriciano, internado num sanatório em busca de curar os pulmões cavernosos, ameaçados de tuberculose.

Dedica seu mandato e as suas idéias aos desafios regionais e nacionais e por isso propõe à Câmara Federal, em agosto de 1911, um amplo programa federal de irrigação nos moldes que viu no Egito garantindo a produção do algodão irrigado. Publica ainda em 1916 um pequeno, valioso e pioneiro ensaio de natureza econômico-social – ‘A Irrigação na Economia Geral do Nordeste’. Em março de 1919 viaja ao Rio na companhia de Câmara Cascudo que seguia para continuar seus estudos de medicina, quando tem uma vitória nacional de sua luta contra os efeitos da seca: é aprovada a lei criando o Fundo de Irrigação que Eloy propusera com o nome de Caixa das Secas.

Eleito senador em 1927, logo renuncia ao mandato alegando questões de foro íntimo para voltar à condição de deputado federal, até a dissolução da Câmara Federal na Revolução de 30. É preso em julho de 1932 no quartel do Batalhão de Caçadores, ao lado de 17 companheiros, por determinação de Café Filho, então chefe de polícia. No ano seguinte, 1934, foi o relator da Lei 175 que regulamentou o Artigo 177 da Constituição Federal de 1934, sancionada em janeiro de 1936 por Getúlio Vargas, acatando seu parecer para uma nova lei contra a seca.

Eloy é eleito senador outra vez para o período de 1935 a 1942, mas o Congresso é fechado pelo Golpe de Estado que dissolveu o Poder Legislativo, encerrando sua carreira legislativa. Volta ao Estado, assume a direção da Imprensa Oficial, e participa dos atos de fundação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras ao lado do irmão Henrique Castriciano.

Como estudioso da civilização da seca, e depois de - com o pseudônimo Jacinto Canela de Ferro - registrar a vida no sertão nas suas ‘Cartas Sertanejas’ apontadas pelo professor Francisco das Chagas Rocha como pioneiras no regionalismo literário, escreve e publica em A República, e



depois nas páginas da revista 'Bando', tendo à frente o escritor Manoel Rodrigues de Melo, o ensaio sobre 'A Habitação no Rio Grande do Norte', transcrito, informaria depois a própria 'Bando', na 'Revista de Ciências Sociais de Washington', volume II, número 13, em 1953.

Eloy ainda dirige a Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Norte e escreve um ensaio sobre 'A Política Financeira e as Caixas Econômicas', publicado em 1951.

Logo depois de sua morte, em 7 de outubro de 1959, recebe da Assembléia Legislativa uma grande homenagem: a criação do município de Eloy de Souza nomeando as terras da vila de Caiada de Baixo, desmembradas do município de Serra Caiada. O governador Aluísio Alves cria em 1963 a Fundação José Augusto e, na sua estrutura, a Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza que desaparece quando da absorção e federalização pela UFRN. Em 1975, são publicadas suas 'Memórias', até então inéditas, e republicadas em 2008 pelo Senado Federal em co-edição com a Fundação Pró-Memória de Macaíba. Com revisão, organização, cronologia e índice onomástico da jornalista Rejane Cardoso.

Suas idéias até hoje são temas de estudos permanentes, de dissertação de mestrado e de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Eloy de Souza foi um homem à frente do seu tempo. Defendeu a flora e a fauna sertanejas muito antes da ciência ambiental. Os morros e dunas de Natal, a irrigação, açudagem, barragens, costumes e tradições, sempre com os olhos para o futuro. Por isso suas idéias não envelhecem. Mas, ao longo de toda sua vida, teve sempre o mesmo líder, Pedro Velho. É tanto que na saudação ao seu patrono na posse como imortal da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, encerrou com a mesma frase que dissera diante do seu corpo sem vida e, anos depois, na inauguração do seu mausoléu no Cemitério do Alecrim e do monumento no square da Junqueira Aires, onde hoje é a Praça das Mães, depois removido para a praça que hoje tem seu nome:

*- Descansa em paz Lidador!*

Natal, março de 2015, nos 142 anos de Eloy Castriçano de Souza.

# PRAIA DA PIPA NOS ROTEIROS DA COSTA DO BRASIL I

*Francisco Fernandes Marinho*<sup>17</sup>

1587 - SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*<sup>18</sup>

## Dados biográficos

Gabriel Soares de Sousa, cronista português, nasceu no Ribatejo, em Portugal, cerca de 1540. Viajando para a África, entre 1569 e 1584, esteve pela primeira no Brasil, com Francisco Barreto, na cidade de São Salvador da Bahia. Passando 17 anos, constituiu família e estabeleceu-se como fazendeiro e senhor de engenho de açúcar, em Jequiriçá. No dia 10 de agosto de 1584, assinou testamento, antes de embarcar para Portugal, a fim de obter concessões para a exploração de riquezas minerais na região do rio São Francisco.

A autorização régia foi liberada em 1590, seis anos depois, para prosseguir em seus descobrimentos, além de uma patente de capitão-mor governador da conquista e descobridor do rio São Francisco. Nessa segunda

---

<sup>17</sup> Sócio efetivo do IHGRN.

<sup>18</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Comentários e Notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss. São Paulo: DAC/MEC, 1974. 489p. Brasiliensia Documenta, 7.

viagem empreendeu a expedição ao São Francisco, que deveria chegar às cabeceiras, mas a expedição malogrou. Adoecendo, faleceu em Paraguaçu, Bahia, em pleno sertão, por volta de 1592.

Após 1584, valendo-se de anotações feitas na Bahia, escreveu o famoso *Tratado Descritivo do Brasil*. Em referência ao *Tratado*, afirmou Arthur Cezar Ferreira Reis<sup>19</sup> que,

*Elaborado no decorrer de sua permanência em Madrid, esse texto vale como uma das mais autênticas peças socio-gráficas do Brasil nascente, pelas minúcias, pela intensidade do descritivo, pelo entusiasmo que o autor revela com relação à colônia.*

No “*Tratado Descritivo do Brasil*”, de 1587, com grandes informações de toda a costa, começando pela “*Angra de S. Roque*”, indo para o sul, até Santo Amaro, Gabriel Soares de Sousa listou dezenove topônimos, dentre os quais o **Itacoatigara**.

---

<sup>19</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *SOUZA, Gabriel Soares de*. In: SERRAO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Volume IV: SIS-ZURARA e Adenda. Porto: Iniciativas Editoriais, 1971. 746p. Il.

Texto

PRIMEIRA PARTE

*Roteiro Geral com largas informações de toda a costa do Brasil*

CAPÍTULO X

*Em que se declara a terra e costa do porto dos Búzios até a baía da Traição, e como João de Barros mandou povoar a sua capitania*

*Do porto dos Búzios a Itacoatigara<sup>20</sup> são nove léguas, e este rio se chama deste nome por estar em uma ponta dele uma pedra de feição de pipa como ilha, a que o gentio por este respeito pôs este nome, que quer dizer **ponta da Pipa**<sup>21</sup>; mas o próprio nome do rio é Garatui<sup>22</sup>, o qual está em altura de seis graus. Entre esta ponta e o porto dos Búzios está a enseada de Tabatinga, onde também há surgidouro e abrigada para navios em que detrás da ponta costumavam ancorar naus francesas e fazer sua carga de pau de tinta. De Itacoatigara ao Rio Guaramataí são duas léguas, o qual está em seis graus esforçados; do Guaramataí ao rio de Caramatibe são duas léguas, o*

<sup>20</sup> Itacoatigara = Itacoatisara, Mapa de Luiz Teixeira, 1574; Itacoatiara, “Atlas” de Albernaz, 1 e 3, 1626, 1631 e 1642; Itacoitiara, Mapa de Albernaz, 1631; Itacoatiara, Carta “Marítima Brasiliae Universae”.

<sup>21</sup> Existem várias divergências sobre a origem do nome da Praia da Pipa entre Cartógrafos, Historiadores, Roteiristas, etc.: A) CARTÓGRAFOS: a) “Oratapipy” ou “Oratapia”: “Mapas” dos Reinell, pai e filho (entre 1505 e 1515), de 1516; b) “Oratapipy”: “Mapa de Lopo Homem, 1519; c) “Oratapic”: “Mapa” de Jean Rotz, 1542; d) “Oracapica”: “Mapa” de Pierre Descaliers, 1550; e) “Pipa”: “Mapa”, de Jodocus Hondius, 1625; B) HISTORIADORES: a) Ponta de Ripas, conforme Relatório sobre as Capitánias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais, de Adriaen van der Dussen. Tradução e notas de Antônio Gonçalves de Mello, Neto. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947. 168p. Série História, 3. [Rio Grande, pp. 78/79]; [Pipa, p. 79]; C) ROTEIRISTAS: a) “Itacoatigara” e “Pipa”: “Roteiro” de Gabriel Soares de Sousa, 1587; b) “Ponta da Pipa”: “Mapa” de Arciszewesky, 1634; etc.

<sup>22</sup> Rio Garatuí. O rio Garatuí, citado em Gabriel Soares, não mais existe. O Tratado explica o topônimo como o fez Laet. A pedra está inteiramente coberta pelas areias. Laet indica ponta da Pipa. No “South America Pilot”, continua-se na comparação clássica: “Of this point is a detached rock resembling a wine pipe on its end”.

*qual está em seis graus e ¼, e entre um e outro rio está a enseada Aratipicaba, onde dos arrecifes para dentro entram naus franceses e fazem sua carga.*

## Informações gerais

Pirajá da Silva na “*Introdução, Notas e Comentários*” à Notícia do Brasil<sup>23</sup>, informou o seguinte: (45) [p. 12 - cap. X]. **Rio Itacoatigara** - Diz Gabriel Soares que o nome próprio deste rio é **Garatui**. Trata-se do rio **Trairi**, no Estado do Rio Grande do Norte; serve de sangradouro da lagoa **Groairas** no Atlântico, ao nordeste da ponta Negra e na proximidade dela, seis léguas ao sul do rio **Potingi** ou **Grande**.

Dá-se, também, a esse rio o nome de **Garatoni** (Milliet de Saint-A-dolphe, Paris, 1845). Aires de Casal escreveu - **Rio Tareiri**, aliás **Garatuni**. **Tarairi**, em tupi, significa - rio das traíras. Na edição de Fr. Mariano Veloso - *Descrição Geográfica da América Portuguesa* - o topônimo **Itacoatigara** vem grafado **Itacoatiara**. Na opinião do ilustrado Dr. Luís da Câmara Cascudo, **Itacoatigara** é a ponta da Pipa no município de Goianinha. “Melhor seria escrever **Itaquatiara**”. O rio **Garatui**, citado em Gabriel Soares, não existe mais. O Tratado explica o topônimo como o fez Læet. A pedra está inteiramente coberta pelas areias. Læet indica **ponta da Pipa**. No “*South America Pilot*”, continua-se na comparação clássica: *of this point is a detached rock resembling a wine pipe on its end*. [p. 316].

Na “*Revisão das etimologias Tupis*”, o Professor Frederico G. Edelweiss afirmou: I. cap. 10, p. 95, n. 1 [p. 316, n. 45, I]. - **Itacoatigara**. Parece ser o termo **itacoatiara** (**itaquatiara**) = *pedra de inscrições, pedra desenhada, embora a explicação do texto discorde*. Na edição de 1851 vem **itacoatajara** (\*)<sup>24</sup>. - A **pipa** [topônimo] era desconhecida aos nossos índios e assim não podem ser eles que apelidaram de **ponta de pipa**<sup>25</sup> um sítio que lhes era familiar muito antes da chegada dos portugueses. (Notícia do Brasil, 1974, pp. 439/474).

<sup>23</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*, 1974, p. 316.

<sup>24</sup> (\*) Na errata dessa edição (1851), Varnhagen emendou para **Itacoatigara** (Nota de E. C. F.).

<sup>25</sup> A primeira vez que apareceu o topônimo “**Oratapipy**”, foi no Mapa de Pedro Reinell, em 1516, e “**Ponta da Pipa**”, no “*Novus Brasiliae Typus*”, de Jodocus Hondius, em 1625.

José Moreira Brandão Castello Brando, no artigo “O Rio Grande do Norte e o Roteiro de Gabriel Soares”<sup>26</sup>, descreve:

*Tabatinga - Diz o historiador<sup>27</sup> que entre Búzios e o rio Itacoatigara há a enseada de Tabatinga, onde se abrigavam por traz da ponta naus francesas. Mouchez dá cerca de 6° 4' para Tabatinga, de sorte que deve ficar a pouco mais de uma légua de Búzios. F. Pereira situa Tabatinga ao N. dos morros de Madeiro e somente fala numa enseada ao N. da **ponta da Pipa** e na de Tibau, porém, Mouchez a coloca entre umas falésias vermelhas e um riozinho ao N., e um morro de 130 metros de altura e o rio Camoropim ao S. O mapa das Capitânicas consigna Tabatinga a esquerda (N) de **Itacoatigara** (1574). Vau-declaye anota Tabatu nas proximidades.*

*Garatuí - Dos Búzios ao rio **Itacoatigara** são 9 léguas, segundo o autor, provindo este nome de achar-se próximo uma ponta com uma pedra de feição de uma pipa, justamente a significação do topônimo na linguagem indígena. E acrescenta: o nome real do rio é Garatuí, que se acha na altura de 6°. Medindo-se, porém, 9 léguas a partir dos Búzios, alcançar-se-ia a ponta de Bacopari ou outro local mais ao sul, uma vez que, segundo o prático Pereira, até a **ponta da Pipa** são, apenas 5 léguas. Não atinamos com o rio Garatuí.*

*Goaramataí deve ser o rio Curimataú, a mais de 6° e a 2 léguas da **ponta da Pipa**, como alvitra Pompeu Sobrinho, o mais importante da zona, apesar de sua verdadeira latitude ser 6° 21' (Mouchez). Realmente, da **ponta da Pipa** à sua barra podem ser 2 léguas ou 5 milhas (6° 14' e 6° 21').*

<sup>26</sup> CASTELO BRANCO, José Moreira. O Rio Grande do Norte e o Roteiro de Gabriel Soares. Revista do IHGB, 202: 133/138, jan./mar., 1949. Rio de Janeiro: DIN, 1951. 298p., p. 137.

<sup>27</sup> O “Historiador” referido por José Moreira Brandão Castello Brando é Gabriel Soares de Sousa.

*Aratipicaba - A enseada deste nome, entre Goaramataí e o Camaratibe deve corresponder a atual baía Formosa, na sua parte austral, tendo arrecifes, justamente, na entrada do rio Cunhaú, onde entravam naus francesas, como diz Soares, para fazer sua carga. Vaudeclaye dá o apelido de **Arapita**, lembrando esses topônimos, os antigos de **Ora-tapipy**, **Ora tapia**, **Oracapica** e **Ora pinhom** dos velhos cartógrafos que, segundo vários escritores correspondem às pontas da **Pipa** e de **Bocapari**.*

## Comentários

Percebe-se, claramente, a ausência de informações confiáveis em Pirajá da Silva, na sua “*Introdução, Notas e Comentários*” à “*Notícia do Brasil*”, com referência ao **Rio Itacoatigara**. José Moreira Brandão Castello Branco, no artigo intitulado “*O Rio Grande do Norte e o Roteiro de Gabriel Soares*”, diz que tanto a edição do Dr. Pirajá da Silva quanto a da Brasileira, “*infelizmente, foram baseadas numa publicação imperfeita, em que faltam trechos substanciais*”. Para Pompeu Sobrinho, em sua Proto-História do Ceará, “*o grande cronista baseou-se mais em informações de navegantes peritos em marinhagem e singraduras do que propriamente em cosmografia*”.

O escritor potiguar, Luís da Câmara Cascudo, em “*Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte*”<sup>28</sup>, fez as três seguintes referências: a) **ITACOATIARA** - Nome indígena da Praia da Pipa no litoral de Goianinha. De Itacoatiá-iara, o lugar da pedra pintada. Pedra de letreiro, com desenhos rupestres [p. 93]; b) **GARATUÍ** - Rio em Goianinha, desaguando na praia da Pipa. De guira-tu-i, o passarinho de bico pequeno. É um psitácida, também denominado Tuí ou Tuim, [p. 87]; c) **TAPUIPARACEITABA** - Nome antigo da Ponta da Pipa, Goianinha. De Tapui-pará-renda-ba, o rio dos tapuios, dos indígenas inimigos [p. 127].

<sup>28</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte*: a) Natal: Fundação José Augusto, 1968. 321p. IHGRN: Coleção Cultura; b) Natal: Nordeste, 2002. 322p. [Edição fac-similar]. Edições Sebo Vermelho: Coleção João Nicodemos de Lima, 73.

A expressão “**Tapuya paraçeitapa**” aparece no Mapa “*Prefecturae da Paraíba, et Rio Grande*”, com ilustrações de Frans Post, de 1643, e publicado no “*Rerum Per Octennium in Brasília Historia*”, de Gasparis Barlaei (Gaspar Barléus, Gaspar Van Baerle) que o intercalou, fragmentando a “Tabula Nova” de Marcgrave, em quatro cartas, em Amsterdã, 1647.

De acordo com os seus constituintes “Itapuiaracaitaba” é composta pelas cinco seguintes palavras: “*Ita*” (pedra), “*Pui*” (delgada, fina, em folhedos), “*Para*” (mar, oceano), “*Cei*” (inclinada, inclinação), e “*Taba*” (Aldeia). Através das suas junções, podemos concluir que “*Itapui*” significa “a pedra delgada, fina, em folhedos”; “*Itapuiarará*”, “a pedra delgada, fina, em folhedos, inclinada”; “*Itapuiaracei*”, “a pedra delgada, fina, em folhedos, inclinada para o mar” e, “*Itapuiaracaitaba*”, “a Aldeia da pedra delgada, fina, em folhedos, inclinada para o mar”.<sup>29</sup>

Em Geografia do Brasil Holandês<sup>30</sup>, Câmara Cascudo, referindo-se ao Mapa de Marcgrave, informou:

*[...]. Começam os morros acompanhando o recorte litorâneo.*

*Tapuyparaçeitaba ou Ponta da Pipa (município de Goianinha) é o topônimo imediato. Gabriel Soares conhece-o por Itacoatijara, “este rio se chama deste nome, por estar numa ponta dele uma pedra de feição de pipa como ilha, a que o gentio por este respeito pôs este nome, que quer dizer Ponta da Pipa; mas o nome do Rio é Garatuí, o qual está em altura de 6 graus”. Johannes de Lâet aceitou a versão: - “Tem essa ponta um rochedo que se salienta um pouco com a forma de uma pipa, donde lhe veio o nome”. Os pescadores ainda a dizem Ponta do Moleque, e assim a registrou Omar O’Grady no seu “Esboço de Mapa do Rio*

<sup>29</sup> MARINHO, Francisco Fernandes. *A Praia da Pipa na Cartografia dos Séculos XVI e XVII*. Natal: [s.n.], 2007. 44p. Il. (Mapas).

<sup>30</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês. Presença Holandesa no Brasil. Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão. Mapa de Marcgrave - Carta de Matias Beck. Documentação e gravuras flamengas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 306p. [Rio Grande do Norte, pp. 229/254], p. 239.



*Grande do Norte” (dezembro de 1927). É povoação atual com cerca de duzentas moradas.*

*Depois de Tapuyparaçeitaba Marcgrave regista a Ens. Itacoatiara, a enseada de Itacoatiara, distinguindo-a da Pipa, o que é real, e logo a Ponta do Paranambuca, cuja lembrança desapareceu.*

## Edições

**Descrição Geográfica da América Portuguesa**, pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso, publicada em Lisboa, pela Tipografia do Arco do Cego, em princípios do século XIX, com 220 páginas. Frei Mariano Veloso era um monge franciscano brasileiro, notável e considerado o pai da botânica brasileira, que mandou imprimir a Descrição, quando Diretor da Tipografia Calcográfica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego. [Ver: FIGANIÈRE, Jorge César de. *Bibliografia Histórica Portuguesa ou Catálogo Metódico dos Autores Portugueses e alguns estrangeiros domiciliados em Portugal, que tratam da História Civil, Política e Eclesiástica destes reinos e seus domínios, e das nações ultramarinas, e cujas obras correm impressas em vulgar; onde também se apontam muitos documentos anônimos que lhe dizem respeito.* (1850, nº 870, p. 154)].

Academia das Ciências de Lisboa, 1825. [Ver: *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, Tomo III, Parte I].

**Roteiro**, publicado pelo jornal *O Patriota Brasileiro*, em Paris, 1830. Foram publicados os primeiros 29 capítulos, servindo-se do manuscrito da Biblioteca de Paris.

**Notícia do Brasil**, com *As Reflexões Críticas sobre o escrito do século XVI*, publicada na *Coleção de Notícias do Brasil para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, Tomo V, nº II, publicadas em Lisboa, pela Tipografia da Academia, em 1839, com 120 páginas, por Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro e Sócio Correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Extrato de um manuscrito que se conservou na Biblioteca de S. M. o Imperador e que tem por título - **Descrição Geográfica da América Portuguesa**; sem nome do autor, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839, tomo, I, referente ao 3º Trimestre.

**Tratado Descritivo do Brasil.** 1ª edição completa (ou 3ª edição), publicada por Francisco Adolfo de Varnhagen, no Tomo XIV, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851, com 422p.

\_\_\_\_. 4ª edição, com aditamento. Rio de Janeiro: Tipografia de João Inácio da Silva, 1879.

**Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** 6ª edição. [Rio de Janeiro]: Companhia Editora Nacional, 1938.



## **Igreja de Vila Flor-RN**

A igreja de Vila Flor-RN data do Século XVII. A atual igreja foi construída de 1942 a 1945, sob a administração do Frei André do Sacramento e dedicada a Nossa Senhora do Desterro. Em 1762 foi transformada em paróquia tendo sido extinta a 19 de julho de 1859, sendo a sede transferida para a Vila de Uruá, nome primitivo de Canguaretama. Por volta de 1963 foi restaurada e desmembrada do referido município.

De início a festa da padroeira era comemorada no dia 5 de fevereiro. Posteriormente as comemorações passaram a ser realizadas no dia 16, em virtude de projeto aprovado pela Câmara dos Vereadores de Vila Flor-RN.

**Ormuz Simonetti**

Referente ao Projeto aprovado pela Lei Câmara Cascudo sob o nº 027/2015

Casa de Câmara e Cadeia edificada no município de Vila Flor-RN, um dos mais antigos municípios do Rio Grande do Norte. Antiga aldeia de Gramació, localizada na margem esquerda da Barra do Cunhaú, área cedida pelo capitão-mor Antônio Vaz, então governador da província que foi cedida aos índios tupis. Torna-se Vila Flor em 1768, sendo o responsável por essa condição o dr. Miguel Carlos Caldeira Castelo Branco.

Principal edificação da Vila, não existe registro quanto à construção da Casa de Câmara e Cadeira. Edifício assobradado, em dois pavimentos, edificada num misto de alvenaria de tijolos e pedras. Nos fundos do primeiro pavimento ficava o cárcere. No segundo pavimento assim como no primeiro, as janelas são emolduradas com pedras talhadas (cantaria). As principais fachadas (frente e lado esquerdo) são apresentadas com belos e imponentes arcos construídos em alvenaria de tijolos. O telhado em quatro águas termina com “eira e beira”, os belos elementos arquitetônicos dos antigos casarões

**Ormuz Barbalho Simonetti**

